

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO -
CAMPUS de Presidente Prudente**

Rosivanderson Baia Corrêa

**Território e desenvolvimento: análise da produção de açaí na
região Tocantina (PA).**

Presidente Prudente - SP

2017

ROSIVANDERSON BAIA CORRÊA

Território e desenvolvimento: análise da produção de açaí na região Tocantina (PA).

Tese apresentada ao programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Campus de Presidente Prudente para a obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Nivaldo Hespanhol

Presidente Prudente - SP

2017

FICHA CATALOGRÁFICA

Corrêa, Rosivanderson Baia.
C845t Território e desenvolvimento : análise da produção do açaí na
 região tocantina (PA) / Rosivanderson Baia Corrêa. - Presidente
 Prudente : [s.n.], 2017
 210 f. : il.

 Orientador: Antonio Nivaldo Hespanhol
 Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de
Ciências e Tecnologia
 Inclui bibliografia

 1. açaí. 2. território. 3. desenvolvimento. I. Corrêa, Rosivanderson
Baia. II. Hespanhol, Antonio Nivaldo. III. Universidade Estadual
Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. IV. Título.

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: Uso do território e perspectiva de desenvolvimento: análise da produção de açaí na região Tocantina (PA)

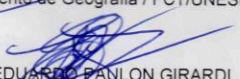
AUTOR: ROSIVANDERSON BAIA CORREA

ORIENTADOR: ANTONIO NIVALDO HESPANHOL

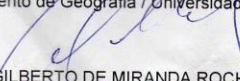
Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Doutor em GEOGRAFIA, área: PRODUÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO pela Comissão Examinadora:


Prof. Dr. ANTONIO NIVALDO HESPANHOL
FCT / UNESP/Presidente Prudente (SP)


Prof. Dr. ELISEU SAVERIO SPOSITO
Departamento de Geografia / FCT/UNESP/Presidente Prudente (SP)


Prof. Dr. EDUARDO PAILLON GIRARDI
Departamento de Geografia / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente


Prof. Dr. FRANCISCO FRANSUALDO DE AZEVEDO
Departamento de Geografia / Universidade Federal do Rio Grande do Norte


Prof. Dr. GILBERTO DE MIRANDA ROCHA
Núcleo de Meio Ambiente / Universidade Federal do Pará

Presidente Prudente, 14 de agosto de 2017

DEDICATÓRIA

Em memória de meu Pai Paulo Bahia Corrêa, cuja partida precoce se deu no ano de 2014 quando já estava fazendo o curso. Vítima da globalização da violência que invadiu mesmo os espaços rurais onde antes se via como um lugar de paz.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar a Deus por ter me dado forças para resistir a todos os problemas ocorridos nesse percurso.

Ao meu orientador, Prof. Antonio Nivaldo Hespanhol pelos encaminhamentos da pesquisa e incentivos mesmo em assuntos que não estavam no âmbito acadêmico.

A minha Mãe Rosina Baia , guerreira sempre a nosso lado. Minhas Irmãs Rosicleide grande incentivadora nos momentos em que eu queria fraquejar, Rosinalva e Rosinélis.

Aos meus filhos Paulo Neto , Bianca e Sophya, seus carinhos sempre afetuosos me fazem renovar.

A Dulce por sempre cuidar dos meus filhos no momento em que eu precisei me ausentar.

Aos Professores da Pós Graduação em especial aqueles com quem cursei disciplina e que estiveram mais próximos.

Aos colegas do DINTER, especialmente Paulo Melo e Calinhos Cordovil, pelo apoio, companheirismo e momentos de distração na estadia em Prudente.

Ao companheiro Itamar Batista, gestor do IBGE agência pela atenção e esclarecimento sobre o levantamento de dados.

A minha Tia Anita que muito contribuiu e incentivou desde o início desta caminhada.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para este trabalho.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo principal investigar e analisar a produção do açaí (*euterpe olerácea martius*) na região tocantina no estado do Pará, em particular os municípios de Cametá, Igarapé-Miri e Oeiras do Pará pertencentes à Microrregião Geográfica de Cametá, por serem estes grandes produtores de açaí. Tendo este produto experimentado nos últimos anos uma grande expansão/aceitação no mercado externo regional, nacional e global. O recorte temporal selecionado se estende de 1990 até os dias atuais, por ser este o momento em que o açaí-fruto, em forma de polpa, começa a ser comercializado fora da região, além do consumo interno na Amazônia. Dessa forma surgem novos produtos a partir da polpa do açaí como o sorvete de açaí, mix, energéticos, refrigerantes etc. As principais problemáticas investigaram quais têm sido as vantagens para as comunidades ribeirinhas que produzem açaí, com a expansão do circuito espacial da produção para os mercados nacional e internacional? Quais têm sido as metamorfoses impressas no território que indiquem mudanças? Quais medidas podem ser adotadas para fomentar o desenvolvimento que beneficie não apenas os comerciantes e as agroindústrias, mas também os produtores de açaí e as comunidades locais? Realizamos a investigação utilizando a pesquisa bibliográfica, a pesquisa de Campo e a pesquisa documental e os resultados apontam que existe perspectiva de desenvolvimento a partir a produção de açaí se aliada a outras atividades, como a pesca e a cultura de outros produtos.

Palavras-Chave: Desenvolvimento, Comunidades Ribeirinhas, Açaí

ABSTRACT

The present work has as main objective to investigate and to analyze the production of the açaí (*Euterpe oleracea martius*) in the area tocantina in the state of Pará, in matter the municipal districts of Cametá, Igarapé-Miri and Oeiras do Pará belonging Geographical Microrregião of Cametá, for they be these big producing of açaí. Tends that this experienced product in the last years a great expansion in the regional, national and global external market. The selected temporary cutting if it extends from 1990 to the current days, for being this the moment in that the açaí-fruit, in pulp form, begins to be marketed out of the area, besides the internal consumption in the Amazonian. In that way new products do appear starting from the pulp of the açaí as the açaí ice cream, mix, energy, soft drinks etc. which THE main problem investigated the advantages have been for the riverine communities that produce açaí, with the expansion of the space circuit of the production to the national and international markets? Which have the metamorphoses been printed in the territory that you/they indicate changes? Which measures can be adopted to foment the development to not just benefit the merchants and the agribusinesses, but also the producing of açaí and the local communities? We accomplished the investigation using the bibliographical research, the research of Field and the documental research and results point that development perspective exists to break the açaí production if allied to other activities, as the fishing and the culture of other products.

Keywords: Development, Riverine Communities, Açaí

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 : Localização da Microrregião de Cametá no Estado do Pará	17
Figura 2 - Principais teorias em economia regional	50
Figura 3 - Representação gráfica dos anéis de Thünen	53
Figura 4 - Representação gráfica do Circuito Espacial da Produção	67
Figura 5 - Mapa de localização da área de estudo	69
Figura 6 - Denso açazal manejado no município de - Oeiras do Pará	73
Figura 7 - O açazeiro com os frutos	74
Figura 8 - Processo de retirada dos frutos do cacho de açai.....	75
Figura 9 -O açai fruto nos cestos para ser vendido e transportado	76
Figura 10 - Barcos típicos de transporte de açai	77
Figura 11 - Açai é repassado do cesto para basqueta	78
Figura 12 - Abastecimento dos Caminhões para o transporte do açai até as agroindústrias	79
Figura 13 - Transporte do açai em Caminhão Baú.....	80
Figura 14 - Batedeira de açai elétrica	82
Figura 15 - Suco(vinho) de açai pronto para ser consumido	83
Figura 16 - Consumo do açai com camarão por comunidades Ribeirinhas da Amazônia.....	84
Figura 17 - açai com peixe (mapará) assado	85
Figura 18 - Vista panorâmica do porto da vila de Carapajó (Cametá)	86
Figura 19 - Palmito retirado do açazeiro.....	88
Figura 20 - DESIGN do Circuito Espacial da Produção do Açai (MICRORREGIÃO-CAMETÁ)	89
Figura 21 - Vista panorâmica da empresa Açai Miriense:	105
Figura 22 -Vista da Empresa Açai Vitanat.....	106
Figura 23 - Vista da empresa DAPANCOL.....	107
Figura 24 - Paneiro usado para colocar açai (Cametá), Ano de 2016	114
Figura 25 - Peconha utilizada para colheita do açai, (Oeiras do Pará), Ano de 2016.....	115
Figura 26 - Mapa do território da cidadania do Baixo Tocantins-PA.....	167
Figura 27 - Dados básicos do território do Baixo Tocantins.....	168

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Produção extrativa do açaí 2014 comparativo Brasil (outros estados) e estado do Pará.....	91
Gráfico 2 - Produção extrativa do açaí 2014 comparativo Brasil/Pará/Cametá	92
Gráfico 3 - Produção extrativa do açaí 2014 Brasil/Pará valor da produção	92
Gráfico 4 - Valor da produção do açaí 2014 Brasil/Pará/Cametá.	93
Gráfico 5 - Comparativo da produção de palmito: Brasil, Pará e Micorregião Cametá	109
Gráfico 6 - Utilização de objetos técnicos no processo de produção do açaí (Cametá, Igarapé-Miri e Oeiras do Pará), anos de 2014-2016	116
Gráfico 7 - Modalidade de produção do açaí (Cametá, Igarapé-Miri e Oeiras do Pará), anos de 2014-2016.....	118
Gráfico 8 - Principal fonte de renda nos municípios de Cametá, Igarapé-Miri e Oeiras do Pará, anos 2014-2016	119
Gráfico 9 - Faixa salarial familiar dos produtores de açaí pesquisados em Cametá, Igarapé-Miri e Oeiras do Pará, anos 2014-2016.	125
Gráfico 10 - Tipo de mão de obra utilizada pelos produtores pesquisados em Cametá, Igarapé-Miri e Oeiras do Pará, anos 2014-2016	128
Gráfico 11 - Grau de escolaridade dos entrevistados em Cametá, Igarapé-Miri e Oeiras do Pará, Anos 2014-2016.	139
Gráfico 12 - Grau de escolaridade ofertado nas comunidades pesquisadas de acordo com os entrevistados em Cametá, Igarapé-Miri e Oeiras do Pará, Anos 2014-2016.....	140
Gráfico 13 - percentual de entrevistados que possuem título de propriedade da terra em Cametá, Igarapé-Miri e Oeiras do Pará, Anos 2014-2016.....	143
Gráfico 14 - Tamanho médio dos lotes de produtores pesquisados em Cametá, Igarapé-Miri e Oeiras do Pará, Anos 2014-2016	144
Gráfico 15 - Preço estimado da terra pelos produtores de açaí os pesquisados em Cametá, Igarapé-Miri e Oeiras do Pará, Anos 2014-2016.	146

Gráfico 16 - Principais atores estão envolvidos no processo de compra do açaí diretamente do produtor em Cametá, Igarapé-Miri e Oeiras do Pará, Anos 2014-2016.....	148
Gráfico 17 – Percentual do preço do açaí vendido pelo produtor (em lata) no período da safra nos municípios de Cametá, Igarapé-Miri e Oeiras do Pará, anos 2014-2016	151
Gráfico 18 - Percentual do preço do açaí vendido pelo produtor (em lata) no período da entressafra nos municípios de Cametá, Igarapé-Miri e Oeiras do Pará, anos 2014-2016.....	152
Gráfico 19 - Medidas que poderiam melhorar a qualidade de vida do produtor de açaí do ponto de vista dos entrevistados, em Cametá, Igarapé-Miri e Oeiras do Pará, anos 2014-2016.....	154
Gráfico 20 - Meio de transporte mais utilizado para se locomover internamente na comunidade pelos entrevistados em Cametá, Igarapé-Miri e Oeiras do Pará, anos 2014-2016	158
Gráfico 21 - Frequência em que os entrevistados vão até a cidade sede do município em Cametá, Igarapé-Miri e Oeiras do Pará, anos 2014-2016	160
Gráfico 22 - Percentual de entrevistados que possuem algum tipo de financiamento nos municípios de Cametá, Igarapé-Miri e Oeiras do Pará, anos 2014-2016.....	177

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Quantidade de açaí extraída entre 1994 e 2003 no Brasil, no Pará e na Microrregião de Cametá - Em Toneladas	95
Tabela 2 - Quantidade de açaí extraída entre 2004 a 2014 no Brasil, no Pará e na Microrregião de Cametá - Em Toneladas	97
Tabela 3 - Valor da produção de açaí extraída entre 1994 e 2003 no Brasil, no Pará e na Microrregião de Cametá - em Reais	99
Tabela 4 - Valor da produção de açaí extraída entre 2004 e 2014 no Brasil, no Pará e na Microrregião de Cametá - Em Reais	100
Tabela 5 - Classificação do açaí quanto a nomenclatura/ textura e preço vendido.	103
Tabela 6 - açaí despulpado empresa Sabor do açaí ano 2015	104
Tabela 7 - Ranking dos maiores produtores de palmito do Brasil-2014.....	108
Tabela 8 - Principais atividades produtivas e fontes de renda paralelas dos produtores de açaí pesquisados em Cametá, Igarapé-Miri e Oeiras do Pará.	120
Tabela 9 - Idade mínima que os entrevistados começaram a trabalhar nos açaiçais em Cametá, Igarapé-Miri e Oeiras do Pará	131
Tabela 10 - Quantitativo de barco motorizado que possuem os entrevistados em Cametá, Igarapé-Miri e Oeiras do Pará, Anos 2014-2016	133
Tabela 11 - Quantidade de aparelho de rádio que possuem os entrevistados em Cametá, Igarapé-Miri e Oeiras do Pará, Anos 2014-2016	135
Tabela 12 - Quantitativo de aparelho de TV que possuem os entrevistados em Cametá, Igarapé-Miri e Oeiras do Pará, Anos 2014-2016	135
Tabela 13 - Quantitativo de aparelho de celular que possuem os entrevistados em Cametá, Igarapé-Miri e Oeiras do Pará, Anos 2014-2016.	137
Tabela 14 - Quantitativo e tipo de sistemas de geração de energia elétrica que possuem os entrevistados em Cametá, Igarapé-Miri e Oeiras do Pará, Anos 2014-2016.....	138
Tabela 15 - Exemplo apontados como melhoria da qualidade de vida na perspectiva dos produtores de açaí pesquisados em Cametá, Igarapé-Miri e Oeiras do Pará, anos 2014-2016	156
Tabela 16 - Síntese das informações Programa Bolsa Família para os municípios de Cametá, Igarapé-Miri e Oeiras do Pará.	169

LISTA DE SIGLAS

BASA – Banco da Amazônia

CAR – Cadastro Ambiental Rural

CAMTA – Cooperativa Agrícola mista de Tomé-Açú

DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf

DIT - Divisão Territorial Trabalho

EMATER – Empresa de Assistência Técnica Rural

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FNO – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte

GOCA – Guaranteed Organic Certification Agency (Agência garantida de

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEFLOR - Instituto de Desenvolvimento Florestal do Pará

MPEG – Museu Paraense Emílio Goeldi

NAEA – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PTC – Programa Territórios da Cidadania

SAF's – Sistemas Agroflorestais

SAGRI – Secretaria de Agricultura do Estado do Pará

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena Empresa

SEICOM-PA - Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Mineração do Estado do Pará

SEDAP - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca

SPU – Secretaria de Patrimônio da União

STTR Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

UFPA - Universidade Federal do Pará

UNESP - Universidade Estadual Paulista

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
1.1 JUSTIFICATIVA, MOTIVAÇÕES, PROBLEMÁTICA E APONTAMENTOS INICIAIS.....	20
1.2 OBJETIVOS.....	24
1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	24
1.4 HIPÓTESES	27
1.5 A TESE	27
CAPÍTULO II – ABORDAGEM SOBRE TERRITÓRIO, DESENVOLVIMENTO E ENFOQUE DOS PRINCIPAIS ESTUDOS SOBRE A TEMÁTICA DO AÇAÍ NA AMAZÔNIA.	30
2.1 DIFERENTES CONCEPÇÕES SOBRE O CONCEITO DE TERRITÓRIO	31
2.2 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E PRODUTO COM IDENTIDADE TERRITORIAL	36
2.3 PARADIGMAS DO DESENVOLVIMENTO	38
2.4 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO X CRESCIMENTO ECONÔMICO.....	39
2.5 DESENVOLVIMENTO LOCAL ENDÓGENO	42
2.6 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	44
2.7 DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE	47
2.8 DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	49
2.9– ABORDAGEM DOS PRINCIPAIS AUTORES QUE ESTUDAM O AÇAÍ NA AMAZÔNIA.	55
2.10 ESPAÇO-TEMPO DO AÇAÍ NA AMAZÔNIA	59
CAPÍTULO III – CIRCUITO ESPACIAL DA PRODUÇÃO DO AÇAÍ NA REGIÃO TOCANTINA: do lugar a totalidade	63
3.1 CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A REGIÃO.....	68
3.2 – Design do circuito Espacial da Produção do açaí.....	72
3.3–DADOS SOBRE A PRODUÇÃO DO AÇAÍ NA REGIÃO TOCANTINA	90
3.4 – PRINCIPAIS AGROINDÚSTRIAS DE PROCESSAMENTO NA REGIÃO E SUA RELAÇÃO COM O MERCADO EXTERNO.....	102
3.5- PRODUÇÃO DE PALMITO.....	108

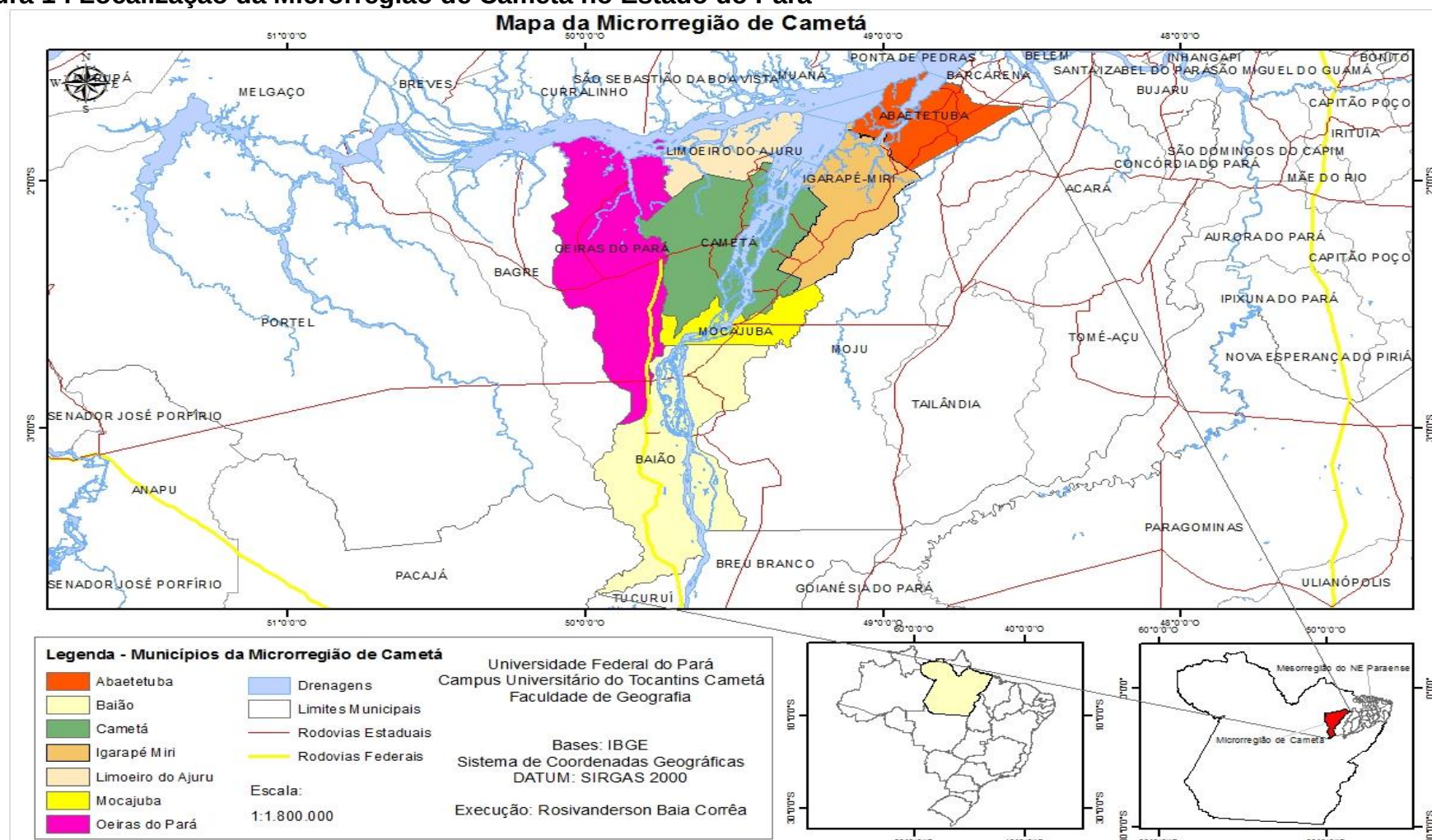
CAPÍTULO IV – A TERRITORIALIDADE DAS COMUNIDADES	
PRODUTORAS DE AÇAÍ E AS CONTRADIÇÕES DO PROCESSO	
PRODUTIVO	111
4.1. CARACTERIZAÇÃO DA PALMEIRA AÇAÍ	111
4.2. SÍNTESE DOS DADOS E ANÁLISE DA PESQUISA DE CAMPO	112
4.3. RELAÇÃO CAPITAL X TRABALHO.....	127
4.4. A INSERÇÃO DE BENS DE CONSUMO ELETRÔNICO NAS COMUNIDADES.....	132
4.5. QUESTÃO DA PROPRIEDADE DA TERRA.....	141
4.6. PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO DO AÇAÍ.....	147
4.7. PERSPECTIVAS DO PONTO DE VISTA DO PRODUTOR DE AÇAÍ ..	153
4.8. COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO	157
4.9. MEIOS DE TRANSPORTE UTILIZADOS	158
CONSIDERAÇÕES DO CAPÍTULO	161
CAPÍTULO V: TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO: POLÍTICAS	
PÚBLICAS, PRODUÇÃO DO AÇAÍ E PERSPECTIVAS FUTURAS.....	163
5.1 TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO	163
5.2 O PROGRAMA TERRITÓRIOS DA CIDADANIA NA MICRORREGIÃO CAMETÁ.....	167
5.3 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.....	168
5.4 O AÇAÍ E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NA MICRORREGIÃO CAMETÁ	170
5.5 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA CADEIA PRODUTIVA DO AÇAÍ NO ESTADO DO PARÁ - PRÓ AÇAÍ	171
5.6 A PRODUÇÃO DO AÇAÍ E O FOMENTO A PARTIR DO FNO E PRONAF	175
5.7 PRINCIPAIS GARGALOS NA PRODUÇÃO DO AÇAÍ: ENTRAVES AO DESENVOLVIMENTO	178
5.8 PERSPECTIVAS FUTURAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	181
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	184
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	194

1 INTRODUÇÃO

No presente trabalho é realizada a investigação e análise da produção do açaí em espaços Ribeirinhos (rurais) na Amazônia, em especial nos municípios Cametá, Igarapé-Miri e Oeiras, que se localizam na Região Tocantina, no Estado do Pará. O tema do açaí vem nos chamando a atenção por ser relativamente recente na Amazônia. O açaí que era um produto apenas de consumo local, passou a ser consumido por outros mercados fora da Amazônia, inclusive no exterior, e de uma forma completamente diferente do consumo tradicional. Certamente, isso ocasionou mudanças na produção e tem gerado impactos sociais e econômicos na vida das famílias e comunidades que produzem açaí.

Selecionamos como *lócus* para pesquisa os municípios de Cametá, Igarapé-Miri e Oeiras do Pará, por entender que na região Tocantina estes se destacam na produção e exportação do açaí. Sendo desta forma essencial para que possamos investigar como as famílias organizam a produção nesses municípios. Observa-se na Figura 1 a localização da região estudada:

Figura 1 : Localização da Microrregião de Cametá no Estado do Pará



Nos municípios de Cametá, Igarapé-Miri e Oeiras do Pará, bem como em toda a região do baixo Tocantins, é bastante expressiva a produção do açaí (*euterpe oleracea*). Muitas famílias ribeirinhas residentes nas ilhas têm como principal meio de subsistência a colheita do açaí, comercializando-o geralmente na própria ilha, onde os atravessadores¹, cooperativas e geleiras² realizam a compra, ou nas áreas urbanas, sede dos municípios e distritos, onde a venda ainda é realizada em feiras, como era feito no passado.

O principal objetivo da pesquisa foi analisar a produção do açaí em comunidades ribeirinhas na Amazônia selecionando três municípios para a realização da investigação empírica, como já ressaltado anteriormente. Dessa forma, analisar como estas comunidades têm se organizado atualmente tendo um produto que é valorizado no mercado externo, tendo seu circuito espacial da produção ampliado para conexões com sistemas nacionais e globais. Entretanto o consumo local continua sendo realizado da mesma forma, não tendo sofrido a influência do modo como o produto passou a ser consumido fora da região produtora.

A análise do objeto de pesquisa requer conexões com outras escalas, sendo assim, não podemos nos eximir desta interligação do lugar com a totalidade, não podendo então se limitar apenas aos três municípios da região, pois eles estão em conexão com o mundo e sempre que necessário recorreremos a outras escalas para proceder a análise.

O recorte temporal selecionado se estende de 1990 até os dias atuais, por ser este o momento em que o açaí-fruto, em forma de polpa, começa a ser comercializado fora da região, além de seu consumo interno na Amazônia. Surgindo assim novos produtos a partir da polpa do açaí como o sorvete de açaí, mix, energéticos, refrigerantes etc. Portanto, são essas

¹ Pessoas que realizam a intermediação entre os produtores e as feiras, cooperativas e agroindústrias sempre com a intenção de obter uma margem de lucro.

² Regionalmente chamamos geleiras para barcos que são apropriados para o transporte de produtos que precisam de gelo durante o transporte, seus porões são forrados com camadas de isopor, seria uma versão do caminhão frigorífico adaptada para o rio, é muito utilizado para transportar peixe e vem sendo utilizado para o transporte do açaí, quando o percurso é mais longo, haja vista o caráter perecível deste produto que em 24 horas perde suas propriedades naturais.

dinâmicas que mais nos interessam, por ser o momento propício para que haja mudanças significativas na forma de reprodução socioeconômica das comunidades ribeirinhas, dando um impulso na produção do açaí. Uma demanda de açaí externa ao estado do Pará que tem gerado impactos e estimulado a ampliação da produção. Cerca de 40% do açaí é consumido fora do estado do Pará, de acordo com a Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Mineração do Estado do Pará (SEICOM-PA) (2010, p. 12). A produção brasileira foi 198.149 (cento e noventa e oito mil e cento e quarenta e nove) toneladas no ano de 2014, segundo IBGE (2014).

Ressalte-se também que antes da demanda por açaí-fruto, houve uma demanda pelo palmito de açaí nas décadas de 1970 e 1980, como ressaltou Sobrinho (2005). Para o referido autor, o esgotamento das fontes de *Eutherpe Edulis* na mata atlântica e a transferência das indústrias de palmito para regiões de várzea no Pará, nas décadas de 1970 e 1980, provoca uma grande pressão pela extração do palmito do açaí (*Euterpe olerácea*) na região do *Baixo-Tocantins*, onde, muitas famílias no período da entressafra do açaí, sobretudo entre os meses de janeiro a junho, acabam abatendo as árvores para a exploração do palmito.

No momento atual, ainda ocorre a retirada do palmito, como explicaremos adiante, mas não em série como ocorria no passado. Atualmente a retirada é feita como parte do manejo do açaizal, sendo retiradas as árvores com baixa produtividade. No período conhecido como entressafra, alguns pequenos produtores praticam a retirada se houver necessidade, principalmente nos caso de doença na família, são os que mais contribuem, são os que mais contribuem para essa retirada, pois, o palmito funciona como uma reserva de capital para a família.

O açaí na região tocantina tem um período de safra, que se estende basicamente de julho a dezembro, enquanto que a entressafra compreende o período de janeiro a junho. No entanto, as condições atmosféricas, principalmente a ausência de precipitação, podem provocar alterações no período da safra do açaí.

É importante frisar que além da produção do açaí estas famílias ribeirinhas também desenvolvem outras atividades, como a pesca artesanal imprescindível para sua alimentação e condições de existência. Tem especial destaque no caso de Cametá onde a pesca do mapará (*Hypophthalmus marginatus*), que inclusive é fator de identidade territorial para o município que recebe o título de "capital do mapará", devido ao alto consumo deste peixe acompanhado com açaí. Mas o mapará é apreciado em toda a região, tanto que a abertura da pesca na região no dia 1º de março é motivo de festa em muitas comunidades.

1.1 JUSTIFICATIVA, MOTIVAÇÕES, PROBLEMÁTICA E APONTAMENTOS INICIAIS

A inquietude com a temática sobre as famílias que vivem da produção do açaí na Amazônia remonta pelo menos ao ano de 2000, quando tivemos a oportunidade de trabalhar como recenseador do IBGE no município de Cametá, interagindo com diversas famílias produtoras de açaí, e com várias lideranças dos ribeirinhos.

Isso foi despertando o interesse pela temática, não só por envolver o açaí, mas por estar discutindo a Amazônia no contexto da integração nos processos da globalização e sua inserção nos mercados nacional e internacional, tendo como base a nova Divisão Territorial Trabalho-DIT.

Produtos ressignificados, como a castanha-do-pará, o cupuaçu que ainda não tinham destaque fora da região amazônica e que eram consumidos regionalmente passaram a ser comercializados e consumidos em outras regiões do país e do exterior. Tal processo começou a provocar certa especialização produtiva da região com base nos seus produtos. Em alguns produtos se agrega valor ao se extrair a polpa, enquanto que outros são comercializados *in natura*.

Desta forma, realizamos a pesquisa de mestrado (Programa de Pós Graduação em Geografia-UFPa) sobre a produção do açaí no município de

Cametá. A dissertação tem como título: DO TERRITÓRIO RECURSO AO TERRITÓRIO ABRIGO: O PROCESSO DE VALORIZAÇÃO DO AÇAÍ NO MUNICÍPIO DE CAMETÁ-PA. Para tal pesquisa foram estudadas apenas duas comunidades do município de Cametá e a pesquisa teve como foco a análise do processo de valorização do açaí. No doutoramento focamos na problemática do desenvolvimento e território, ampliando o *lócus* de pesquisa para os municípios de Igarapé-Miri e Oeiras do Pará, também na região tocantina e grandes produtores de açaí.

Desde então nossas pesquisas e reflexões têm se pautado sobre a problemática do açaí na Amazônia, em especial no estado do Pará. Temos acompanhado como tem ocorrido a valorização do açaí no mercado externo, constatando-se a elevada discrepância existente entre o preço recebido pelos produtores e o preço vendido pelas batedeiras nas cidades e, principalmente, com o preço do açaí beneficiado e vendido em todo o país e no exterior como produto energético, sendo os Estados Unidos da América o maior mercado consumidor do produto no exterior.

Há uma dificuldade por parte das famílias nas comunidades ribeirinhas em agregar valor ao seu produto. O açaí é vendido para cooperativas e atravessadores de forma *in natura*, sendo outros atores sociais que fazem o beneficiamento transformando-o em outros produtos que são negociados no mercado.

A partir daí, começamos a pensar no tema e a ler alguns trabalhos que tratam do assunto e verificamos que existem técnicas de cultivo (manejo) que possibilitam estender o período de produção ao longo do ano. Existem produtos gerados a partir do açaí que são vendidos no mercado externo. Então poderia estar faltando incentivos e financiamento para as comunidades se organizarem e produzirem por um período mais longo no decorrer do ano, mas também para se organizarem em cooperativas que beneficiem a matéria prima e a transforme em produtos demandados pelo mercado.

A inclusão do açaí na dieta alimentar da classe média, principalmente do Rio de Janeiro e São Paulo ocorreu “na década de 1990, quando o suco de açaí passou a ser moda entre jovens de classe média no Rio de Janeiro e São

Paulo, introduziu-se uma demanda por frutos em escala nacional” (SOBRINHO, 2005, p. 2). Portanto, há uma grande corrida para a venda do produto, o que por vezes tem causado a falta do mesmo à população dos locais de produção.

A safra de 2015 foi bastante curta, devido a aceleração na venda do produto para o mercado externo, os produtores de açaí sabem que quando retiram os frutos mais maduros do cacho acelera o seu processo de amadurecimento do restante, por isso diz-se que a safra foi bastante rápida, uma vez que há uma necessidade demandada pelo mercado externo de abastecer os caminhões de açaí para satisfazer essa demanda externa à região.

O preço do açaí pago pelos atravessadores é sempre mais baixo do que o esperado pelas famílias que o cultivam, pois, os preços são estabelecidos pelo exportador com quem o atravessador negocia, conforme demonstraremos ao analisar o circuito espacial da produção³. Apesar da concorrência entre diversas Agroindústrias, como a oferta de açaí é abundante durante a safra, o seu preço acaba caindo muito, o que tem apresentado um mercado oligopsônico, no qual poucas empresas centralizam a compra para a exportação, além do mais a intermediação entre os produtores e as agroindústrias é feita através de muitos atravessadores. Sendo que, poucos são os produtores que comercializam os seus produtos diretamente com a agroindústria processadora do fruto.

Como registramos no ano de 2015 em Oeiras do Pará o preço pago em média nas ilhas era de R\$ 18,00 pela lata (cesto de 15 quilos). Em Cametá e em Igarapé-Miri o preço pago em média era de R\$ 20,00. No mesmo ano a agroindústria pagava R\$ 24,00 o cesto. Como já dito não existe uma relação direta entre o produtor e a agroindústria, com poucas exceções, são os

³ Embora o circuito espacial da produção não seja um conceito central no presente trabalho, utilizaremos o mesmo para analisar como funciona a cadeia produtiva do açaí e como esta cadeia se especializa, baseado nos pressupostos de Santos (1986) e Santos e Silveira (2001). Desta forma, será destacada a produção, distribuição, troca e consumo do açaí, é isso o que estamos chamando de circuito espacial da produção do açaí, conforme apresentado no capítulo 3 deste trabalho.

atravessadores e as cooperativas que fazem a intermediação, pois esses agentes reúnem uma quantidade maior do produto e vendem às agroindústrias.

É necessário que encontremos interligações, de forma que possamos estabelecer elos entre a produção do açaí, desenvolvimento e território, de forma que o produto, juntamente com outros produtos regionais, possam contribuir para o desenvolvimento da sociedade como um todo. Já que no momento o que se tem são trocas extremamente desiguais, embora não neguemos a importância que este produto tem para economia do Estado e das comunidades, de um modo geral.

Cabe problematizar quais têm sido as vantagens para as comunidades ribeirinhas que produzem açaí, com a expansão do circuito espacial da produção para os mercados nacional e internacional? Quais têm sido as metamorfoses impressas no território que indiquem mudanças? Quais medidas podem ser adotadas para fomentar o desenvolvimento regional que beneficie não apenas os comerciantes e as agroindústrias, mas também os produtores de açaí e as comunidades locais?

Buscamos compreender os processos em cada município estudado, realçando as especificidades de cada um, sempre se voltando para o entendimento do objeto de estudo. No caso da produção do açaí, há algumas especificidades, sendo que mesmo havendo a comercialização do produto no mercado externo por grandes empresas como a *Sambazon*, por exemplo, a produção nas áreas de várzea continua sendo feita artesanalmente, devido à dificuldade de modernização, densidade dos açais e as particularidades dessa produção.

No caso da produção do açaí as características produtivas da pequena propriedade familiar, gerenciada pela própria família, quase não utilizando mão-de-obra externa, com poucas exceções, estão sendo criados mecanismos, com algumas empresas revestidas pelo nome de associações que conseguem a certificação como orgânico, de exclusividade da venda do produto.

1.2 OBJETIVOS

Geral:

Identificar e analisar a forma como se organiza a produção do açaí na Amazônia, em especial nos municípios da região tocantina, também chamada de Amazônia Tocantina, com vistas a fomentar o desenvolvimento territorial.

Constituem objetivos específicos da pesquisa:

- a) Identificar as relações de produção e comercialização do açaí nos mercados local e externo à região;
- b) Analisar como se organiza a produção do açaí pelas comunidades ribeirinhas na região;
- c) Identificar e analisar os indicadores sociais e econômicos das famílias envolvidas no processo de produção do açaí;
- d) Identificar formas de manejo sustentável do açaí, tanto as promovidas pelo Estado como as realizadas pelas próprias comunidades associadas à ONGs;
- e) Analisar o papel de atores sociais como as agroindústrias, atravessadores e cooperativas.

1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para o desenvolvimento da pesquisa foi analisado o papel desempenhado por todos os atores sociais que participam do circuito espacial da produção do açaí, tais como: o pequeno produtor; as associações e cooperativas de compra e venda de açaí; as agroindústrias; os atravessadores; as lideranças comunitárias; as colônias de pescadores e os sindicatos de trabalhadores. Neste sentido, serão realizadas discussões sobre o papel da produção do açaí do ponto de vista econômico e social, principalmente para as comunidades ribeirinhas onde é produzido e de que forma isso pode vir a ser uma perspectiva para o desenvolvimento territorial.

As técnicas de pesquisa utilizadas como componentes da metodologia foram a pesquisa bibliográfica, a qual nos deu o embasamento teórico para formar o arcabouço conceitual necessário, procurando dialogar com os principais autores que discutem os conceitos de território e de desenvolvimento, bem como o levantamento dos trabalhos acadêmicos desenvolvidos sobre o açaí na Amazônia, procurando elementos que possam subsidiar as análises.

Outro recurso metodológico também utilizado no trabalho foi a pesquisa documental. Realizamos levantamentos junto ao IBGE e as agroindústrias de processamento, conforme detalhado no capítulo III.

Ainda realizamos levantamento nas cooperativas de compra e venda do açaí e no Sindicato dos Trabalhadores Rurais e documentos da secretaria estadual de agricultura do governo do Estado do Pará, com o intuito de buscar dados e informações que subsidiassem as nossas análises.

Foi utilizada ainda a pesquisa de campo, especialmente nas comunidades ribeirinhas produtoras de açaí e nas agroindústrias de processamento do fruto. Esse contato direto na pesquisa de campo nos forneceu a base empírica para a compreensão do objeto estudado. A vivência nas comunidades ribeirinhas produtoras do açaí nos permitiu não só a realização das entrevistas, mas a observação direta do processo de produção, elemento que o roteiro não contemplava e que não era possível indagar em uma entrevista, como exemplo a questão da participação das crianças no processo produtivo.

A pesquisa de campo teve como base a realização de entrevistas com a utilização de roteiros semi-estruturados, cujas cópias se encontram nos anexos. As entrevistas foram de grande relevância para conhecermos as peculiaridades da produção do açaí da região tocantina e obter informações mais detalhadas sobre o processo e sobre a situação socioeconômica das comunidades ribeirinhas produtoras do açaí. Os atores sociais envolvidos no processo de produção e comercialização do açaí demonstraram certo otimismo em relação à produção, um empenho muito grande dos produtores em cultivar os açaizais com vistas à comercialização do produto, uma atividade bastante promissora para a região e apontaram as dificuldades de financiamento devido

à falta de uma política específica para o açaí e a queda no preço no período da safra.

A realização de seminários para fomentar o debate sobre a problemática do açaí tem se dado dentro de um projeto de extensão financiado pela PROEX-UFPA e coordenado pelo autor. Apesar deste projeto não ter feito parte da metodologia deste trabalho foi de grande importância no contato com o objeto e na obtenção de dados. O projeto tem trabalhado apenas numa comunidade no município de Cametá, a comunidade de Joroca Grande. Os debates têm se dado em torno da melhoria do preço do açaí na safra, os cuidados higiênicos com a produção exigidos já que é um produto orgânico e a preocupação com o surgimento de casos da doença de chagas (*Trypanosoma cruzi*) que estão sendo associados ao consumo do açaí no estado do Pará.

Os dados e informações obtidos foram analisados tanto quantitativa quanto qualitativamente, privilegiando, no entanto, os aspectos qualitativos, utilizando a metodologia de abordagem de *análise de conteúdo*. Conforme destacado por Moraes (1999, p. 3):

A análise de conteúdo é uma técnica para ler e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos, que analisados adequadamente nos abrem as portas ao conhecimento de aspectos e fenômenos da vida social de outro modo inacessíveis.

A metodologia de análise de conteúdo engloba não somente o texto escrito, mas diversas outras modalidades de material que tenham sido originados em uma comunicação, conforme ressalta o mesmo autor:

A matéria-prima da análise de conteúdo pode constituir-se de qualquer material oriundo de comunicação verbal ou não-verbal, como cartas, cartazes, jornais, revistas, informes, livros, relatos autobiográficos, discos, gravações, entrevistas, diários pessoais, filmes, fotografias, vídeos, etc. (MORAES, 1999, p. 3):

Dessa forma, a utilização de categorias, conceitos e métodos peculiares ao objeto de estudo como comunidades ribeirinhas, dinâmicas agrárias e desenvolvimento e uso do território foram empregadas por meio da metodologia de análise de conteúdo.

A metodologia quantitativa foi utilizada para a tabulação dos dados advindos da pesquisa documental e da aplicação dos questionários. Os dados foram organizados em tabelas e gráficos.

1.4 HIPÓTESES

As hipóteses formuladas foram as seguintes:

A expansão do açaí no mercado externo, levando em consideração o volume da produção na região, tem gerado poucos benefícios para as comunidades ribeirinhas e, por consequência, as famílias que produzem o açaí, porque as mesmas vendem o açaí ao atravessador de forma *in natura* e a preços baixos, sem nenhuma agregação de valor;

Existem poucas mudanças impressas no território, levando em consideração o volume da produção advinda da atividade produtiva do açaí, uma vez que a principal agregação de valor ao produto se dá externamente aos territórios onde a produção é realizada.

O nível de organização dos produtores é muito baixo e as associações podem se constituir numa alternativa viável para agregar valor ao produto e fomentar o desenvolvimento, mas deverá ser feita a partir da organização dos produtores em associações e criando formas de inovação como a transformação do açaí em outros produtos, uma vez que há matéria prima em abundância na região.

1.5 A TESE

A produção do açaí possui uma grande potencialidade econômica, social, ambiental e cultural, no sentido de subsidiar o desenvolvimento territorial, tendo como base a agregação de valor, a montagem de cesta de serviços, o aproveitamento dos saberes que estão impregnados no território das comunidades ribeirinhas na Amazônia. O produto possui uma forte

identidade territorial, sendo que o produtor é, ao mesmo tempo, um consumidor assíduo, fazendo parte de sua dieta alimentar, tendo dessa forma um envolvimento em diversas dimensões de sua vida. Esta produção deve estar articulada com outras formas de produzir, pois apenas um produto não conseguirá alavancar o desenvolvimento e contemplar todas as suas dimensões, sob o risco de se transformar em monocultura. A região possui outras potencialidades que podem ser articuladas criando sistemas agroflorestais juntamente com o buriti, cacau, cupuaçu. Outra potencialidade que também não é a aproveitada e pode vir a ser é a questão do turismo, uma região com muitas ilhas e praias interioranas pode ser aliada a produção do açaí, demonstrando os produtos que são gerados a partir dessa matéria prima.

O trabalho está estruturado em cinco capítulos: o capítulo I é composto por essa introdução, onde estão expostos os aportes iniciais do trabalho: objetivos, justificativa, metodologia e as hipóteses.

O capítulo II intitulado “Abordagem sobre território, desenvolvimento e enfoque dos principais estudiosos sobre a temática do açaí na Amazônia”, são analisadas as relações estabelecidas entre território e desenvolvimento, bem como analisados trabalhos que se dedicaram ao estudo da temática do açaí na Amazônia buscando elementos para a compreensão da problemática estudada.

No capítulo III, intitulado “Circuito espacial da produção do açaí na região tocantina: do lugar a totalidade”, discutimos as principais etapas do circuito produtivo do açaí desde a sua produção até seus principais destinos, além disso, analisamos os dados oficiais principalmente do IBGE sobre a produção do açaí na região, comparando com outras escalas.

No capítulo IV, intitulado “A territorialidade das comunidades produtoras do açaí e as contradições do processo produtivo”, apresentamos e analisamos a situação atual das comunidades ribeirinhas, procurando demonstrar dados e indicadores que foram colhidos na pesquisa de campo.

No capítulo V, intitulado “Território e desenvolvimento: políticas públicas, produção do açaí e perspectivas futuras”, discutimos as principais políticas

públicas, interligando-as ao conceito de desenvolvimento e a base empírica da pesquisa, bem como debatemos os principais gargalos e as perspectivas de futuro levando em consideração a produção do açaí.

CAPÍTULO II – ABORDAGEM SOBRE TERRITÓRIO, DESENVOLVIMENTO E ENFOQUE DOS PRINCIPAIS ESTUDOS SOBRE A TEMÁTICA DO AÇAÍ NA AMAZÔNIA.

INTRODUÇÃO

No presente capítulo será realizada uma abordagem sobre os conceitos de Território e de Desenvolvimento no âmbito da Ciência Geográfica e da Economia, especialmente baseado em autores como Furtado (1974), Raffestin (1993), Sen (2000), Sachs (2002, 2004, 2007), Haesbaert (2004), Ribeiro *et al* (2005), Pecqueur (2005, 2009), Souza (2005), Ortega (2007), Saquet (2007, 2013), Saquet e Spósito (2009) e Bresser-Pereira (2014).

A intenção é fazer não apenas uma abordagem conceitual, mas buscar os elos existentes entre os principais conceitos para o trabalho realizado e a empiria. O objeto de estudo, portanto, procurará identificar as interligações entre território e desenvolvimento, principalmente quando se fala em uso do território, numa vertente mais econômica do território, enfocada por Santos (1994).

A abordagem metodológica para o presente capítulo se deu basicamente fundamentado na pesquisa bibliográfica, a partir do levantamento dos estudos que fazem parte da literatura produzida na subárea do conhecimento que enfatizam os conceitos de território e desenvolvimento, para que possa construir a interligação entre o conceito e o objeto estudado que é a questão da produção do açaí nas comunidades ribeirinhas da Microrregião Geográfica de Cametá.

2.1 DIFERENTES CONCEPÇÕES SOBRE O CONCEITO DE TERRITÓRIO

O PROCESSO HISTÓRICO E ABORDAGENS SOBRE O CONCEITO DE TERRITÓRIO

Uma das primeiras acepções que se tem notícia da utilização do termo território advém das ciências biológicas, sendo utilizado para demarcar o terreno utilizado por determinado grupo de animais, utilizando como delimitação a própria micção. Percebemos que já existe desde os primórdios a utilização do termo para a demarcação, delimitação da área de determinado grupo, ligada ao poder. Sendo enfatizadas por Di Méo (1998, p.42) apud Haesbaert (2004, p.45) como sendo a concepção mais primitiva de território é a de um “espaço defendido por todo animal confrontado com a necessidade de se proteger”.

Segundo Saquet (2007, p. 13) “o território é um destes conceitos complexos, substantivado por vários elementos, no nível do pensamento e em unidade com o mundo da vida”, desta forma por ser conceito complexo assume diferentes acepções, sendo considerado por isso um conceito polissêmico.

Outra classificação que merece destaque é aquela elaborada por Haesbaert (2004) que destaca diversas perspectivas para tentar definir território, frente à complexidade que o conceito apresenta. Destacando desta forma: O território nas perspectivas materialistas, sendo subdividida em três formas: As concepções naturalistas, a concepção de base econômica e a tradição jurídico-política de território; território nas perspectivas idealistas e o território numa perspectiva integradora.

A concepção de base naturalista segundo Haesbaert (2004, p.44) seria na

medida em que é possível conceber uma concepção naturalista de território, seja no sentido de sua vinculação com o comportamento dos animais (o território restringido ao mundo animal ou entendido dentro do comportamento “natural” dos homens seja na relação da sociedade com a natureza (o território humano definido a partir da relação com a dinâmica- ou mesmo o “poder”- natural do mundo).

Havendo, dessa forma, o estabelecimento entre o comportamento natural, animal e a sociedade. Não podemos estabelecer a dicotomia entre natureza e sociedade, uma vez que o homem depende exclusivamente dos recursos naturais.

Em relação à concepção de base econômica é importante destacar o pensamento de Godelier (1984), ao conceituar território como controle e usufruto dos recursos, conforme explicitado a seguir:

Designa-se por território uma porção da natureza e, portanto, do espaço sobre o qual uma determinada sociedade reivindica e garante a todos ou a parte de seus membros direitos estáveis de acesso, de controle e de uso com respeito à totalidade ou parte dos recursos que aí se encontram e que ela deseja e é capaz de explorar (GODELIER, 1984, p. 112 apud HAESBAERT, 2004, p. 56).

Está presente, portanto a ideia de território associada a uso, controle e acesso o que não está longe de se associar ao poder, delimitação. Vejamos que Godelier também utiliza o termo “espaço”, o que ratifica que o território é um tipo ou a uma porção do espaço, sobre a qual vive determinada sociedade.

Dentro da concepção de base econômica Haesbaert destaca o papel desempenhado por Milton Santos, conforme enfatizado no trecho a seguir:

Entre os geógrafos embora minoritárias e quase sempre impregnadas de fortes vínculos com outras perspectivas encontramos algumas posições que podem, com alguma simplificação, ser consideradas abordagens que privilegiam a dimensão econômica na construção do conceito de território. Provavelmente a concepção mais relevante e teoricamente mais consistente seja aquela defendida pelo geógrafo brasileiro Milton Santos, em que o “uso” (econômico sobretudo) é o definidor por excelência do território (HAESBAERT, 2004, p. 58).

Evidencia-se que Milton Santos defendia que o “território usado”, correlato de espaço geográfico é onde acontecem as tramas de relações complementares e conflitantes. Dentre as principais conceituações de território quando diferencia o “território recurso” e território abrigo”, enfocando como o

mesmo território possui utilizações diferenciadas por determinados atores sociais, conforme é enfatizado por Haesbaert (2004, p. 59):

Numa distinção muito interessante entre território como recurso e território como abrigo, Santos afirma que, enquanto “para os atores hegemônicos o território usado é um recurso, garantia de realização de seus interesses particulares” para os atores hegemonzados trata-se de “um abrigo, buscando constantemente se adaptar ao meio geográfico local, ao mesmo tempo que recriam estratégias que garantam suas sobrevivências nos lugares.

Temos procurado utilizar essa distinção quando comparamos a utilização do açaí como produto agrícola das comunidades ribeirinhas na Amazônia, tendo servido de alimento e produto de subsistência para as mesmas durante séculos (território abrigo) e, principalmente, a partir da década de 1990, quando alcançou o mercado externo à Amazônia, passando a ser comercializado em outros estados, regiões e países, envolvendo diversos atores sociais com interesses diversos, mas principalmente em obter lucro (território recurso). Não que queira-se dicotomizar, mas apenas para fins analíticos, pois uma vez o açaí estando envolvido num circuito espacial de produção mais amplo ele acaba se tornando território recurso para as comunidades também, uma vez que ela depende da sua venda para reprodução socioeconômica.

E, desta forma, faz-se necessário vislumbrar o território na tradição jurídico-político que é aquela que “estabelece o vínculo mais tradicional na definição de território é aquele que faz a associação entre território e os fundamentos materiais do estado” (HAESBAERT, 2004, p. 62).

O conceito de território passa a ganhar mais destaque especialmente a partir das décadas de 1950-60. Para Saquet (2007, p. 14) é possível identificar e caracterizar, envolvendo a Filosofia e as Ciências Sociais, quatro tendências metodológicas que condensam os estudos e debates sobre o conceito de território:

a) uma centrada na discussão teórico-metodológica, a partir de obras de Dematteis, Deleuze e Guattari, Quaini, Bagnasco e Raffestin;

- b) outra pautada na compreensão da dimensão Geopolítica do Espaço como fazem Gottmann, Soja, Raffestin e Guichonnet;
- c) outra ainda voltada à explicação do desenvolvimento territorial, da reestruturação do capital e de movimentos sociais, a partir dos estudos de Muscará, Bagnasco, Managhi, Becattini, Dematteis, Idoquina e Calabi;
- d) uma quarta semiológica como faz Umberto Eco;

Conforme destaca o autor essa divisão é apenas didática, o que se percebe quando observamos que determinados autores aparecem em mais de uma corrente teórico-metodológica classificada pelo mesmo. Isso pode representar a maneira diversificada que determinado autor tem trabalhado ou uma mudança de orientação durante o seu percurso.

Neste contexto, outro autor que merece destaque pela realização de estudos sobre o conceito de território é Souza (2005 e 2009). Para que o território esteja ligado diretamente ao poder, para ele o território “é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 2005, p. 78), trazendo consigo o questionamento de quem domina ou influencia ou como domina ou influencia esse espaço?.

Dessa forma, temos o território como instrumento de dominação, utilizado não muito raro para mascarar conflitos e contradições sociais, e isso faz com que haja necessidade do próprio questionamento do conceito de poder: seria este sinônimo de violência? Ou apenas uma relação como ressaltou Raffestin (1993). Souza (2005) estabelece um diálogo com Arendt (1985), para quem:

O ‘poder’ corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido. Quando dizemos que alguém está no ‘poder’ estamos na realidade nos referindo ao fato de encontrar-se esta pessoa investida de poder, por um certo número de pessoas, para atuar em seu nome. No momento em que o grupo, de onde originara-se o poder (*potestas in populo*, sem um povo ou um grupo não há poder), desaparece, ‘o seu poder’ também desaparece” (ARENDR, 1985, p. 24 apud SOUZA, 2005, p. 80).

Visto dessa forma o poder como sendo peculiar de um grupo e não apenas de uma pessoa, centralizado como frequentemente o vemos atribuído, sem haver uma reunião de forças não há poder. Segundo Arendt (1985) a violência vem à tona quando o poder está em vias de ser perdido.

Raffestin (1993) na tentativa de precisar o que é o 'poder' estabelece um diálogo destacando cinco pontos na teoria de Foucault (1976) que visam uma definição de poder, sendo:

- 1) O Poder não se adquire: é exercido a partir de inumeráveis pontos;
- 2) As relações de poder não estão em posição de exterioridade no que diz respeito a outros tipos de relações (econômicas, sociais etc.), mas são imanentes a elas;
- 3) O poder vem de baixo; não há uma oposição binária e global entre dominador e dominados;
- 4) As relações de poder são concomitantemente, intencionais e não subjetivas;
- 5) Onde há poder há resistência e no entanto, ou por isso mesmo, esta jamais está em posição de exterioridade em relação ao poder (RAFFESTIN, 1993, p.53 apud FOUCAULT, 1976).

A interligação entre território e poder sendo intrínseca, tendo dessa forma um conjunto de relações advindas de determinado grupo. Sendo assim, Raffestin (1993, p.143) compreende “que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível”.

Desta forma ao analisar as relações entre território e espaço Raffestin (1993, p.144) acrescenta que: “o território nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si”.

Outra contribuição importante é a diferenciação apresentada por Bernard Pecqueur, por meio da qual busca diferenciar território dado de território construído. O território dado seria:

A porção de espaço que é objeto da observação. Neste caso, postula-se o território como pré-existente e analisa-se o que aí acontece. É, de qualquer forma, o território a *priori*; não se procura analisar sua gênese e as condições de sua constituição; é apenas um suporte. Trata-se, geralmente, do território institucional: a região, o distrito, a província, etc. (PECQUEUR, 2005, p.12-13).

Nesta conceituação o território dado seria apenas um recorte, um suporte, um pouco próximo daquilo que Lefévre chamou de espaço concebido. Não obstante seria o território construído que o mesmo conceituou, mas ambos estão interligados, não há uma fragmentação:

O território construído: nessa perspectiva, o território é o resultado de um processo de construção pelos atores. O território não é postulado, é constatado a *posteriori*. Isto significa dizer que o território construído não existe em todo lugar; podemos encontrar espaços dominados pelas leis exógenas da localização e que não são territórios (PECQUEUR, 2005, p.13).

Sendo que esse processo de construção se dá pelos atores sociais, não é algo instituído, nem imposto de forma exógena, está impregnado por características de enraizamento cultural. Assim, podemos trilhar alguns caminhos para pensar no conceito de território que pode ser construído na produção de açaí na Microrregião Geográfica de Cametá, a qual está impregnada de referenciais identitários e culturais, sendo um híbrido entre economia, cultura e o saber-fazer das comunidades ribeirinhas. Temos desta forma no conceito de território construído o qual procuramos aproximar na presente tese.

De acordo com Flores (2006, p. 5) "se percebe o território construído como um espaço de relações sociais, onde há o sentimento de pertencimento dos atores locais à identidade construída" reforçando o caráter da importância da identidade para o conceito de território construído.

2.2 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E PRODUTO COM IDENTIDADE TERRITORIAL

Ultimamente o desenvolvimento territorial tem recebido bastante destaque nos estudos sobre desenvolvimento, são muitas tentativas de compreensão e abordagem desse conceito bastante complexo e a tentativa de dar respostas práticas, muitos modelos têm sido colocados em prática e avaliados da mesma forma também.

Frente as evoluções recentes da economia internacional, o *desenvolvimento territorial* emerge como uma questão a aprofundar não apenas para as economias industrializadas mas também para as

economias dos países em via de desenvolvimento (PECQUEUR, 2005, p.11).

Pecqueur (2005) defende um aprofundamento do enfoque de desenvolvimento territorial, para o que ele inclui as economias em desenvolvimento ou economias do sul e não somente os países centrais. Conforme ressaltado no trecho a seguir:

A hipótese implícita deste texto considera que o “desenvolvimento territorial” após ter sido implantado em vários casos nas economias industrializadas, também pode ser aplicado com pertinência às economias do Sul. O modelo funcionaria como um ressurgimento das relações de produção pré-capitalistas revalidadas pelas práticas e renovadas por dinâmicas territoriais (PECQUEUR, 2005, p.11).

Relações pré-capitalistas seriam relações que ocorrem dentro do capitalismo, mas que possuem outras características que não são próprias do capitalismo, como o escambo, e o pagamento de trabalhadores com produtos. Isso nos remete a pensar que dentro da produção do açaí determinadas práticas durante a colheita se dão utilizando relações pré-capitalistas, que são os meeiros, que apanham⁴ o açaí em troca ganham a metade da produção, voltaremos mais à frente a analisar esse processo.

Aborda ainda que "O desenvolvimento territorial se caracteriza a partir da constituição de uma entidade produtiva enraizada num espaço geográfico" Pecqueur, (2005, p.11). Sendo essa uma característica fundamental, a identificação de uma atividade produtiva diferenciada, com um certo enraizamento cultural ao espaço geográfico. Encontramos bem essa característica na atividade produtiva do açaí, está bastante enraizada na cultura, além de ser uma atividade produtiva que faz parte da alimentação básica das comunidades, esse saber fazer das comunidades pode ser atrelado a uma dinâmica territorial mais intensa.

Cabe ainda destacar a definição de desenvolvimento territorial de Pecquer:

⁴ apanhar o açaí significa a retirada do açaí, subindo nas árvores, a debulha, tirando o açaí fruto do cacho e colocando no paneiro, e carregar até a casa onde é entregue ao produtor.

O desenvolvimento territorial designa todo processo de mobilização dos atores que leve à elaboração de uma estratégia de adaptação aos limites externos, na base de uma identificação coletiva com uma cultura e um território (PECQUEUR, 2005, p.12).

Essa definição do autor envolve três dimensões: a primeira é a mobilização dos atores envolvidos no processo produtivo, é preciso envolvimento dos atores sociais; a segunda a elaboração de estratégia de adaptação; a terceira, identificação coletiva com uma cultura e um território, ou seja, a identificação do enraizamento cultural do processo produtivo com aquele território, não podendo ser uma atividade produtiva exógena. Elucida ainda a definição afirmando que:

o desenvolvimento territorial não pode ser implantado por decreto; permanece uma construção dos atores, mesmo que políticas públicas apropriadas possam estimular e mobilizar esses atores. Essa construção só pode ser concebida como uma dinâmica e, portanto, inserida no tempo (PECQUEUR, 2005, p.12).

Neste contexto, uma das dinâmicas do mercado para valorizar determinados produtos no momento atual é a venda de produtos com identidade territorial, na tentativa de apresentar certa ruptura como o mercado de *commodities*. Parte-se do princípio de que certos produtos são próprios de determinados territórios, possuindo características específicas e exclusivas.

2.3 PARADIGMAS DO DESENVOLVIMENTO

Um conceito bastante utilizado nos últimos tempos, principalmente a partir da década de 1950 nas ciências sociais e trazido para a Geografia é o de desenvolvimento, adquirindo diferentes adjetivações, tendo orientado diversas políticas públicas, tendo sido utilizado em alguns casos sua natureza ideológica, associado sempre à ideia de progresso, como herança do projeto de modernidade. Conforme destacou Bresser-Pereira (2014, p. 35): “O progresso é um conceito do Iluminismo do século XVIII, quando a França e a Inglaterra estavam envolvidas em sua Revolução Capitalista; o desenvolvimento, um conceito do pós-Segunda Guerra Mundial”.

Nesse sentido, propomo-nos discorrer sobre o conceito de desenvolvimento procurando uma orientação metodológica que possa ser coerente com a realidade das comunidades ribeirinhas que produzem açaí na Microrregião de Cametá. Realidade que se apresenta com uma diversidade bastante ampla para se pensar em desenvolvimento, levando em consideração a produção do açaí e a realidade das comunidades ribeirinhas dessa Microrregião.

Para a compreensão das comunidades ribeirinhas produtoras de açaí na região tocantina iremos discorrer sobre algumas perspectivas de desenvolvimento resgatando as principais abordagens que permeiam este conceito, enfatizando as principais correntes dentro do paradigma desenvolvimentista, em especial enfatizando as correntes apontadas como alternativas. Com a clareza de que o conceito de desenvolvimento assume diversos significados, de acordo com o tempo-espaço, em determinados sociedades as necessidades da busca de melhor se desenvolver.

2.4 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO X CRESCIMENTO ECONÔMICO

Uma das concepções mais vulgarizadas do conceito de desenvolvimento é a de desenvolvimento como crescimento econômico, entendido a partir da conjugação entre Produto Nacional Bruto⁵ (PNB) e renda *per capita*. Esta concepção foi bastante difundida para demonstrar o desenvolvimento de um país a partir de alguns critérios econômicos, muitas vezes utilizado com o intuito de mascarar a realidade social. Essa concepção não leva em consideração as desigualdades regionais e sociais de um país partindo apenas de uma visão bastante estatística como se todos tivessem a mesma participação nas riquezas produzidas.

⁵ Utilizamos a expressão Produto Nacional Bruto (PNB) sendo este a soma das riquezas produzidas em determinado país subtraídas da Renda Líquida Enviada ao Exterior (RLEE) e acrescidas da Renda Líquida Recebida do Exterior (RLRE), uma vez sendo o Produto Interno Bruto (PIB) a soma das riquezas produzidas no território de um país. Dessa forma temos, portanto: $PNB = PIB - RLEE + RLRE$, baseado em Vasconcelos (2009, p. 214-215).

Sen (2000) enfatizou a importância do crescimento econômico, destacando que isso poderia elevar as rendas privadas e financiar serviços sociais, possibilitando a minimização da pobreza desta forma, deixando claro que isso necessitaria de uma intervenção forte do estado, conforme destacado a seguir:

o crescimento econômico pode ajudar não só elevando rendas privadas, mas também possibilitando ao Estado financiar a seguridade social e a intervenção governamental ativa. Portanto, a contribuição do crescimento econômico tem de ser julgada não apenas pelo aumento de rendas pelo aumento de rendas privadas, mas também pela expansão dos serviços sociais (incluindo, em muitos casos, redes de segurança social) que o crescimento econômico pode possibilitar (SEN, 2000, p. 57).

Esse paradigma deve ser avaliado com bastante cautela apesar das suas limitações e o viés ideológico para o qual é utilizado nas análises setoriais, sua importância tem sido reconhecida na ciência econômica. E ainda como afirmou Bresser-Pereira (2014) que os casos em que ocorre crescimento sem desenvolvimento são exceção:

Na literatura econômica, desenvolvimento econômico e crescimento econômico são normalmente usados como sinônimos. No entanto, alguns economistas fazem uma distinção entre desenvolvimento econômico (que envolveria mudança estrutural) e crescimento econômico (que não a envolveria)... Os casos em que há crescimento da renda per capita sem mudança estrutural são a exceção, não a regra (BRESSER-PEREIRA, 2014, p. 55).

Desta forma, o Brasil estaria incluído na exceção e não na regra, pois houve expansão econômica, mas não foi capaz de promover o desenvolvimento em outras áreas como educação, saúde e segurança para a sociedade como um todo. Foi mantido o alto grau de concentração da renda e não foram oferecidos serviços de qualidade para a maioria da população. O aumento do padrão de vida se deu de forma seletiva e elitizada. Portanto, é uma abordagem bastante limitada para se pensar em desenvolvimento numa região específica do território brasileiro, que de certa forma não assegura proporcionar qualidade de vida a todos.

Já na perspectiva do desenvolvimento econômico teríamos outros setores associados, apesar de ainda estar fortemente impregnada a questão econômica, como evidenciado na concepção de autores com tendência a dialogar com a essa perspectiva, vejamos na definição de Bresser Pereira:

Tendo em vista o papel estratégico do desenvolvimento econômico na criação do excedente econômico necessário para que haja progresso, como defini-lo? Desenvolvimento econômico é o processo histórico de acumulação de capital incorporando conhecimento técnico que aumenta o padrão de vida da população (BRESSER PEREIRA, 2014, p. 53).

Percebemos que para o autor a acumulação de capital é um elemento importante para o aumento do padrão de vida da população, não que seja decisivo, mas um elemento importante, mas sem que haja distribuição de renda pode ocorrer apenas a acumulação de capital.

Ainda enfatiza Bresser-Pereira (2014, p. 54): "o desenvolvimento econômico envolve mudanças nas três instâncias da sociedade – mudança direta na instância econômica e mudança indireta nas instâncias normativa e cultural". Fazendo referência a questão normativa e cultural para além da questão econômica, sendo responsável indiretamente o desenvolvimento econômico de proporcionar mudanças normativas e culturais.

Para Furtado (1974), o desenvolvimento econômico é um mito, já que ele não pode ser proporcionado a toda uma coletividade e sim a uma pequena parcela da sociedade, os mais ricos. Principalmente quando vemos afirmações de que é impossível a realização do desenvolvimento a todos os habitantes do planeta, pois não temos recursos naturais suficientes, seriam necessários vários "planetas terra" para que todos pudessem desfrutar do mesmo padrão de vida, esse discurso soa como uma justificativa para a pobreza, a desigualdade social, tendo como base uma falsa defesa do ambiente, conforme ressaltou Furtado:

Temos assim a prova cabal de que o *desenvolvimento econômico* - a idéia de que os *povos pobres* podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais *povos ricos* é simplesmente irrealizável. Sabemos agora de forma irrefutável que as economias da periferia nunca serão *desenvolvidas*, no sentido de similares às economias que formam o atual centro do sistema capitalista (FURTADO, 1974, p. 88-89).

Esse reconhecimento de Furtado das diferentes formas de desenvolvimento pode ser relacionada a questão evolucionista do conceito de desenvolvimento, aos etapismos que são colocados aos países periféricos, como se todos devessem passar por essas etapas e os atuais países ditos desenvolvidos tivessem passado por essas etapas. E ressalta que:

como desconhecer que essa idéia tem sido de grande utilidade para mobilizar os povos da periferia e levá-los a aceitar enormes sacrifícios para legitimar a destruição de formas de culturas *arcaicas*, para *explicar* e fazer *compreender* a *necessidade* de destruir o meio físico, para justificar formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo? Cabe, portanto, afirmar que a idéia de desenvolvimento econômico é um mito (FURTADO, 1974, p. 89).

É importante destacar que estes dois paradigmas analisados não são os que melhor se adéquam as especificidades sócio econômicas das comunidades ribeirinhas da Microrregião de Cametá, haja vista necessitar de um conceito de desenvolvimento que esteja mais próximo a propiciar benefícios para todos os envolvidos com a produção do açaí e não para uma parcela mínima da sociedade.

2.5 DESENVOLVIMENTO LOCAL ENDÓGENO

Um paradigma do desenvolvimento bastante divulgado na literatura da ciência econômica é a conhecida como desenvolvimento regional/local endógeno, baseada metodologicamente na ideia de ruptura do "desenvolvimento de cima para baixo" do desenvolvimento econômico e em busca do "desenvolvimento de baixo para cima".

Essa abordagem privilegia as especificidades do local, aproveitando as vantagens que o local oferece como disponibilidade de matéria-prima por exemplo. Dentro desse paradigma muitos conceitos se destacam como de "milieu innovateur", "Cluster", "distritos industriais", "arranjos produtivos locais" "sistemas locais de inovação".

Por outro lado, este paradigma também está interligado ao paradigma do crescimento econômico, conforme salienta Amaral Filho (2001, p. 262):

o conceito de desenvolvimento endógeno pode ser entendido como um processo de crescimento econômico que implica uma contínua ampliação da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Esse processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região.

Enfatiza-se o desenvolvimento na escala local, como se essa possuísse um "poder ilimitado", como se não fosse dependente de outros fatores, de outras escalas como ocorre nas

Abordagens de *clusters*, sistemas locais de inovação, incubadoras, distritos industriais etc. Possuem tal viés a banalização de definições como "capital social", redes, "economia solidária e popular", o abuso na detecção de toda sorte de "empreendedorismos", voluntariados, talentos pessoais e coletivos, microiniciativas, "comunidades solidárias" (BRANDÃO, 2007, p. 38).

Essas abordagens criariam uma "cortina de fumaça" no debate do tema sobre o desenvolvimento ao repassar para a escala local o peso de uma responsabilidade da estrutura macro. Ocorrendo assim, o repasse de responsabilidades para a escala local, manifestando-se de diversas formas demonstrando as mesmas características de aproveitar a vocação do local e de certa forma escamoteando os problemas estruturais que impedem que ocorra o desenvolvimento, conforme afirma Brandão:

Essa "endogenia exagerada" das localidades crê piamente na capacidade das vontades e iniciativas dos atores de uma comunidade empreendedora e solidária que tem controle sobre seu destino e procura promover sua *governança* virtuosa lugareira. Classes sociais, oligopólios, hegemonia etc. seriam componentes, forças e características de um passado totalmente superado, ou a ser superado (BRANDÃO, 2007, p.38).

Seriam esses fatores Hegemônicos, os oligopólios, as classes sociais, que são mascaradas na abordagem endógena, como se pudesse resolver tudo

a partir da escala local, existindo fatores externos que influenciam diretamente nas tomadas de decisão, não apenas uma vontade ou a vocação local.

2.6 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Um dos grandes desafios nos dias atuais é conciliar o desenvolvimento com a questão ambiental, com a clara consciência de que os recursos naturais são finitos. O paradigma atual de desenvolvimento, com um alto grau de consumo dos recursos naturais, é inviável, e a sua continuidade levará ao esgotamento das fontes de recursos naturais.

Um conceito que ganhou bastante destaque no meio acadêmico de um modo geral como na mídia por exemplo, é o conceito de desenvolvimento sustentável, tentando conciliar, em sua proposição o desenvolvimento com a questão ambiental. Para Diegues (2008) Gifford Pinchot⁶ engenheiro florestal americano de formação alemã, no século XIX foi o criador do movimento de conservação dos recursos naturais e defendendo seu uso racional, conforme salienta:

Na sua concepção, a natureza é freqüentemente lenta e os processos de manejo podem torná-la eficiente; acreditava que a conservação deveria basear-se em três princípios: o uso dos recursos naturais pela geração presente; a prevenção do desperdício; e o uso dos recursos naturais para benefício da maioria dos cidadãos. (DIEGUES, 2008, p. 31)

Não muito distante essa concepção das mais difundidas atualmente e daquelas definidas pelas conferências ambientais. Destaque para a defesa do uso dos recursos naturais pela maioria da população naquele contexto histórico, sendo que hoje há um aprofundamento da concentração do consumo principalmente pelos Estados Unidos. Defende Pinchot uma utilização racional e não uma concepção preservacionista, sendo ele um dos principais expoentes do conservacionismo ambiental.

Nesse sentido muitas discussões têm sido apresentadas, muitas conferências foram realizadas como a ECO-92 no Brasil, com o intuito de

⁶ Gifford Pinchot (1865-1946) Engenheiro florestal e político norte-americano, grande defensor da conservação dos recursos naturais, notável político tendo sido duas vezes governador da Pensilvânia.

apontar soluções para viabilizar o desenvolvimento com qualidade ambiental. Dentre as questões cruciais estão a emissão de carbono, o aquecimento global, a escassez da água entre outras.

O conceito de desenvolvimento sustentável começa a ser utilizado pela primeira vez com a publicação do relatório intitulado “Nosso futuro comum”, no qual se define desenvolvimento sustentável como sendo “O desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades” (BRUNDTLAND, 1987, p. 24-tradução livre)⁷. Esse relatório também ficou conhecido como Brundtland, pois a comissão foi chefiada pela ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland.

Sachs (2007, p. 37) elenca cinco dimensões para ser levadas em consideração para a sustentabilidade:

Sustentabilidade social: a meta é construir uma civilização com maior equidade na distribuição de renda e de bens, de modo a reduzir o abismo entre os padrões de vida dos ricos e dos pobres; sustentabilidade econômica: deve ser tornada possível através da alocação e do gerenciamento mais eficiente dos recursos e de um fluxo constante de investimentos públicos e privados; sustentabilidade ecológica: ampliar a capacidade de carga da espaçonave terra, limitar o consumo de combustíveis fósseis, reduzir o volume de resíduos e poluição etc.; sustentabilidade espacial: deve ser dirigida para a obtenção de uma configuração rural-urbana mais equilibrada e uma melhor distribuição territorial dos assentamentos humanos e das atividades econômicas; sustentabilidade cultural: incluindo a procura de raízes endógenas de processos de modernização e de sistemas agrícolas integrados.

A partir dessas cinco dimensões é possível afirmar que a questão do desenvolvimento não é apenas ecológica, mas envolve outras dimensões como a social e a econômica, pois a dimensão ecológica é um reflexo de como as outras dimensões se organizam. Dependendo das escolhas feitas, de como a

⁷ development sustainable to ensure that it meets the needs of the present without compromising the ability of future generations to meet their own needs.

sociedade produz seu espaço. A matriz de desenvolvimento influenciará diretamente no consumo de recursos naturais.

Para Managhi (2000) *apud* Flores e Medeiros (2013, p. 137), "a sustentabilidade deve ser pensada além de uma concepção ecológica, abordando cinco dimensões de sustentabilidade ou "cinco sustentabilidades": política, social, econômica, ambiental e territorial. A dimensão espacial presente no relatório Nosso futuro comum é substituída pela dimensão territorial, enquanto que a dimensão cultural por estar contida no território, é substituída pela dimensão política.

Flores e Medeiros concluem que:

o fato é que trabalhar sustentabilidade nos obriga a repensar perspectivas e tratamentos. Apesar de ser uma meta global, a sustentabilidade, não aceita regras generalizadoras e uniformizantes, e requer um pensamento contextualizado para fazer sentido e o que pode ser favorecido pela utilização da abordagem territorial (2013, p. 141).

Neste contexto, a região amazônica tem sido alvo de bastante "preocupação" mundial pelo fato de ainda apresentar uma rica biodiversidade. Mendes e Sachs (1997, p.135) denominam esse processo de "inserção ideológica da Amazônia" no cenário mundial, sobretudo as bandeiras levantadas pelos movimentos ecologistas.

Num primeiro patamar a região é chamada à cena como a última reserva mundial de energia seja sob a forma de gás natural ou de potencial hidrelétrico, seja sobretudo como enorme depósito de biomassa a ser oportunamente explorada (MENDES; SACHS, 1997, p.135).

É dessa forma que o açaí da Amazônia é inserido no contexto internacional, pois ao ser retirado o fruto, mantém sua árvore em pé, o açazeiro, para que possa cumprir o papel de capturar carbono e de reserva da biodiversidade. Além de ser um produto orgânico facilmente aceito no mercado externo.

Portanto, o açaí tem uma contribuição muito grande para a questão da sustentabilidade na Amazônia, pois é um produto ambientalmente equilibrado, e que pode trazer renda para as famílias, ajudando na melhoria de vida das

mesmas, contemplando as dimensões econômica, social e ambiental da sustentabilidade.

2.7 DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE

Existe uma complexidade muito grande em se trabalhar com o conceito de desenvolvimento devido as variabilidades que ocorrem de acordo com o tempo-espço em que o mesmo ocorre, parâmetros utilizados em determinados países não servem para outros, devido a fatores de diferenciações socioeconômicas, históricas e territoriais dos mesmos.

Por conta disso, alguns modelos que são transpostos de um país para outro se tornam experiências mal sucedidas por não levar em consideração as especificidades existentes e as características próprias de cada país. No caso do Brasil, e em especial da Amazônia, o exemplo do modelo dos polos de crescimento de François Perroux, pensado para a realidade francesa e implantado para uma realidade completamente diferenciada em um espaço ainda pouco fluido e interligado naquele momento histórico.

Amartya Sen, economista indiano, elaborou uma proposta de desenvolvimento baseada no aumento das liberdades individuais, destacando não somente a questão econômica como essencial ao desenvolvimento de uma sociedade, mas aquilo que ele chamou de liberdades substantivas, que possam contribuir para a melhoria do padrão de vida.

As liberdades substantivas incluem as capacidades elementares como por exemplo ter condições de evitar privações como a fome, a subnutrição, a morbidez evitável e a morte prematura, bem como as liberdades associadas a saber ler e fazer cálculos aritméticos, ter participação política e liberdade de expressão etc. Nessa perspectiva constitutiva, o desenvolvimento envolve a expansão dessas e de outras liberdades básicas: é o processo de expansão das liberdades humanas, e sua avaliação tem de basear-se nessa consideração" (SEN, 2000, p. 52).

A abordagem do desenvolvimento como liberdade, distancia-se do tradicional viés do crescimento econômico típico das teorias desenvolvimentistas, avaliando parâmetros como a subnutrição, morbidez, participação política e questões de leitura. A expansão das liberdades básicas do indivíduo seria crucial para o desenvolvimento.

Conforme exemplo comparativo elaborado por Sen (2000) um país com uma renda *per capita* mais elevada pode ter a longevidade menor que outro, por haver outros fatores associados, como o caso de minorias dentro de um país e o citado caso dos afro-americanos nos Estados Unidos, que possuem uma longevidade menor que muitos países com renda *per capita* muito menor do que os Estados Unidos. Mas por se tratar de um caso específico de minoria étnica a questão econômica não consegue lhes assegurar uma longevidade maior.

Na proposta elaborada por Sen (2000), são elencados cinco tipos de liberdades instrumentais essenciais para a construção do desenvolvimento como liberdade:

Considerarei em particular os seguintes tipos de liberdades instrumentais: (1) liberdades políticas, (2) facilidades econômicas, (3) oportunidades sociais, (4) garantias de transparência e (5) segurança protetora (SEN, 2000, p. 55).

Esses cinco tipos de liberdades seriam essenciais, as liberdades políticas para garantir a participação do indivíduo nas decisões da sociedade, as liberdades econômicas para garantir o direito a renda, as oportunidades sociais garantindo acesso as políticas públicas como educação e saúde, garantias de transparência para assegurar o acesso as informações, e a segurança protetora para garantir ao cidadão o direito a se sentir seguro sem sofrer com assaltos, violências etc.

Essas ideias, do desenvolvimento como liberdade, contribuem significativamente para a construção de uma proposta de desenvolvimento que possa proporcionar uma melhor qualidade de vida para as comunidades

ribeirinhas que produzem açaí na Amazônia, em especial na Microrregião de Cametá.

2.8 DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Neste subitem apresentaremos as principais abordagens sobre o conceito de desenvolvimento regional. Abordaremos o desenvolvimento regional a partir dos principais autores que trataram do desenvolvimento, discutindo a influência dos principais clássicos da teoria da localização tendo como pioneiro Von Thünen (1926) e Isard (1956) e modelos dos polos de crescimento, de François Perroux (1955), abordando também as teorias dos lugares centrais de Christaller (1933), ressaltando o contraponto com a teoria da base de exportação e dos polos de crescimento na teoria de Albert Hirschman (1958) e teoria econômica de Myrdal (1957). Também trataremos dos principais autores que discutiram o desenvolvimento regional na perspectiva da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

As principais teorias do desenvolvimento regional são elaboradas no contexto pós segunda guerra mundial pela necessidade de reconstrução do mundo e a tentativa de amenizar os problemas deixados pela grande guerra, mas seus pressupostos são anteriores no campo da economia do desenvolvimento.

Cavalcante (2008, p.4) as classifica em duas grandes correntes, destacando também as principais obras dos autores, a primeira seria:

O conjunto de teorias clássicas da localização que evoluiu de forma mais ou menos contínua da publicação de *“Der Isolierte Staat in Beziehung auf Landschaft und Nationalökonomie”* (VON THÜNEN, 1926) à publicação de *“Location and Space Economy”* (ISARD, 1956).

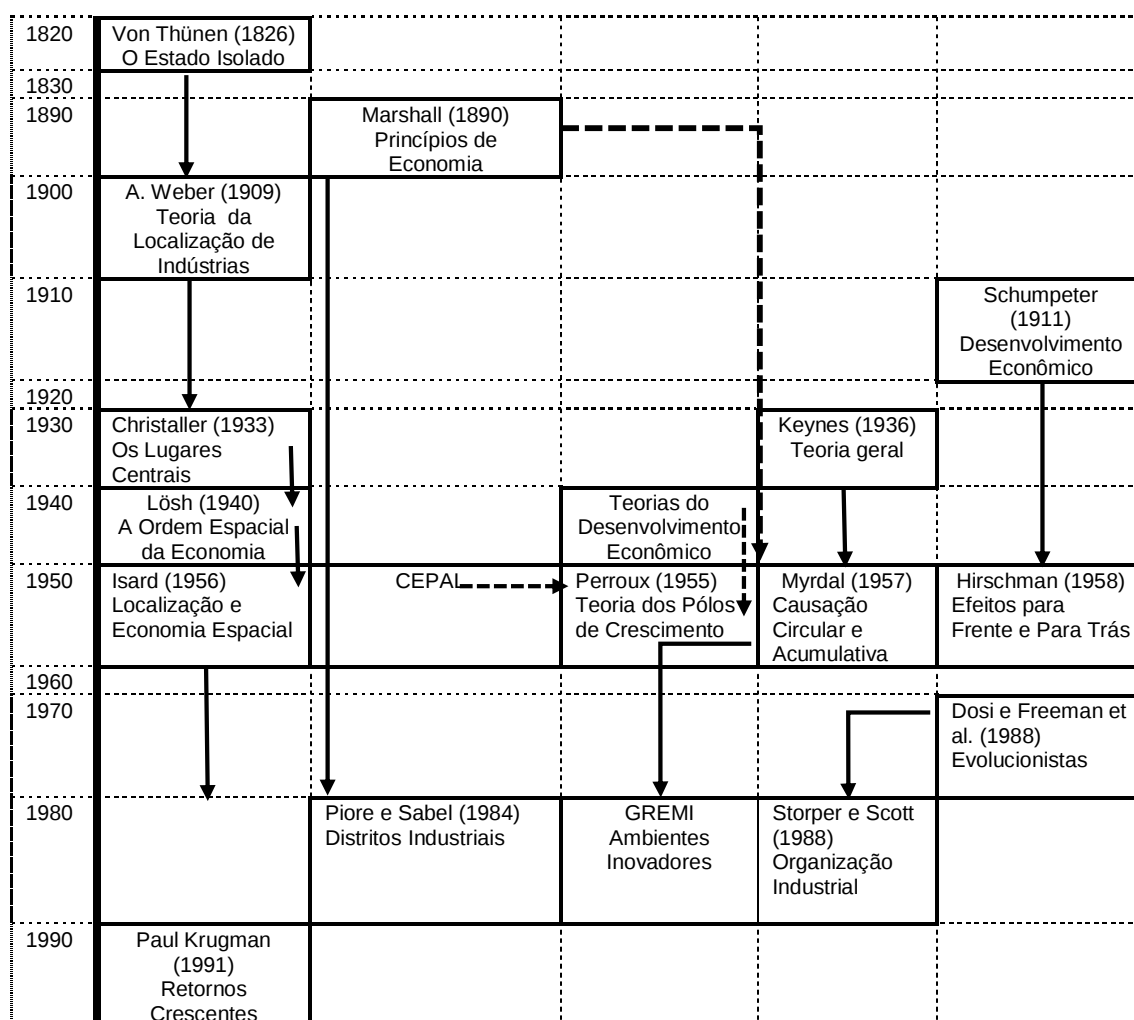
Embora ainda haja outras influências teóricas que merecem ênfase como a de Christaller (1933). E a segunda corrente classificada, seria:

O conjunto de teorias de desenvolvimento regional com ênfase nos fatores de aglomeração de inspiração marshalliana e keynesiana que floresceram a partir da década de 1950 e cujas principais referências que enfatizaram de alguma forma o desenvolvimento de espaços

subnacionais são “*Note sur la notion de pôle de croissance*” (PERROUX, 1955), “*Economic Theory and Under-Developed Regions*” (MYRDAL, 1957) e “*The Strategy of Ecomic Development*” (HIRSCHMAN, 1958) (CAVALCANTE, 2008, p.4)

Conforme ressaltado por Cavalcante (2008), os teóricos do desenvolvimento regional apresentam forte inspiração nas ideias de John Maynard Keynes (1883-1946) e Alfred Marshall (1842-1924). Além das influências já mencionadas, outros são importantes e merecem ênfase, como destacado na Figura 2:

Figura 2 - Principais teorias em economia regional



Fonte: Cavalcante (2008)

Iremos nos deter mais especificamente em alguns autores, cuja contribuição foi maior para a teoria do desenvolvimento regional e para os

estudos geográficos sem a pretensão de debater todos apenas dando ênfase para os mais importantes.

É bastante consensual na literatura da economia do desenvolvimento que Von Thünen (1826) e sua principal teoria bastante debatida na teoria do desenvolvimento conhecida como teoria do estado isolado como pioneira na discussão da teoria da localização. Conforme enfatiza Cruz (2000, p. 56):

o trabalho pioneiro que tentou sistematizar a análise espacial foi de autoria de Johann-Heinrich Von Thünen, escrito em 1826 - que se tornou referência quase obrigatória nos primeiros livros-textos de economia regional e urbana.

De sua teoria a ênfase maior está nos “anéis concêntricos” que estabelece relação direta entre as distâncias e a renda da terra agrícola, sendo a distância das terras agrícolas em relação ao mercado consumidor (cidade) o fator decisivo para o rendimento do agricultor:

Com os seus “anéis” ou “círculos” concêntricos, preocupava-se com a formação dos preços agrícolas, a renda dos agricultores e a influência da distância das cidades (centros de consumo), reduzindo o rendimento do produtor. Seus resultados, todavia, estavam limitados pelos pressupostos de homogeneidade da fertilidade do solo, das oportunidades de acesso à cidade, dos preços, produtos e “fatores”, além da presença de acidentes geográficos e do sistema de transporte. (CRUZ, 2000, p. 56)

O autor não deixa de apontar as fragilidades dessa teoria, como um tratamento de homogeneidade da fertilidade do solo, a não consideração dos acidentes geográficos e das diferenciações que surgem na prática da agricultura. No entanto, outros autores ressaltam que ele não deixa de contemplar a variabilidade que o solo poderia ser cultivado, como Aragón (2007, p.10 tradução livre) enfatiza:

Von Thünen considerava para seu modelo, uma população isolada, que se abastecia dos produtos que os camponeses produzem na terra dos arredores, partindo da hipótese de que os cultivos podiam diferir do rendimento por hectare e custo de transporte, sem deixar de

contemplar a possibilidade de que cada cultivo poderia ser cultivado com intensidade variável⁸

Além disso, esta mesma autora nos coloca duas outras questões, principalmente problematizando como seria essa repartição das terras para que fosse construído esses anéis tal como proposto, como podemos analisar nas questões abaixo:

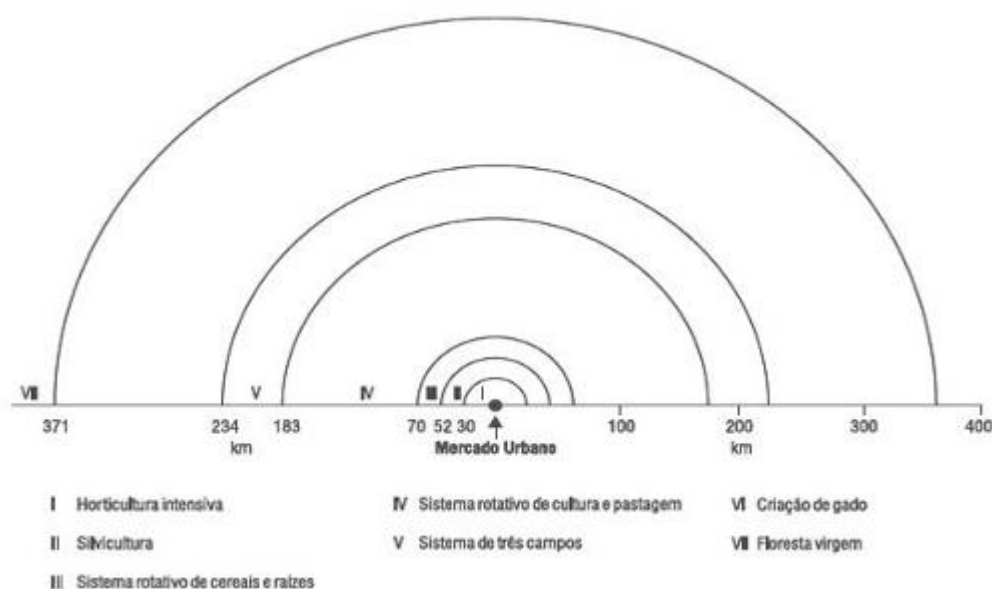
como poderia se distribuir as terras dos arredores dessa população para minimizar os custos globais e resultantes de produção e transporte uma determinada provisão de alimentos para aquela população? Como acabaria por dividir as terras sem se permitir uma competição sem controle entre agricultores e proprietários de terras, onde cada um atue pensando unicamente em seu próprio proveito? Confrontado com estas questões, o que você tem é que a distribuição de terra seria implementado pela concorrência entre os agricultores, resultando em um gradiente de rendas da terra, que por sua vez iria diminuir desde o pico registrado com a população correspondente a zero no final da área cultivável (ARAGÓN, 2007, p.10 tradução livre)⁹.

A Figura 3 demonstra o desenho tal como foi teorizado os anéis concêntricos de Thunen:

⁸ Von Thünen consideraba para su modelo, una población aislada, que se abastecía de los productos que los campesinos producen de la tierra en los alrededores se parte de la hipótesis de que los cultivos podían diferir en rendimiento por hectárea y costo de transporte, sin dejar por ello de contemplar la posibilidad de que cada cultivo pudiera cultivarse con intensidad distinta.

⁹ ¿cómo habría de distribuir las tierras de los alrededores de esa población para minimizar los costos globales resultantes de producir y transportar una determinada provisión de alimentos hasta la población? ¿Cómo acabaría por repartirse la tierra si se permitiera una competencia sin control entre agricultores y terratenientes, en la que cada cual actuara pensando únicamente en su propio provecho? Ante estas interrogantes, lo que se tiene es que la repartición de tierra se llevaría a cabo por medio de la competencia entre agricultores, traduciéndose en un gradiente de rentas de la tierra, que a su vez iría descendiendo desde el máximo registrado junto a la población hasta el cero correspondiente al final de la zona cultivable

Figura 3 - Representação gráfica dos anéis de Thünen



Fonte: Extraída de Cabral, 2011, p. 409

Thünen teve grande contribuição aos estudos espaciais, e muitas são as críticas a sua teoria, algumas de suas conclusões hoje parecem óbvias, em relação aos aspectos que deixou a desejar Cavalcante (2008, p. 7) sintetiza:

Custos de produção uniformes decorrentes da hipótese de homogeneidade das condições naturais e tecnológicas; Fatores de produção (exclusive a terra) perfeitamente móveis e divisíveis, o que significa assumir rendimentos constantes; Comercialização dos produtos agrícolas limitados a um mercado consumidor puntiforme. Correspondente a uma cidade localizada no centro de um estado isolado de forma circular; Uniformidade da rede de transporte em todo o espaço geográfico; Custos de transporte proporcionais à distância do mercado central e constantes no tempo

Resumindo as principais críticas estão em desconsiderar os acidentes geográficos, isso não se dá de forma concêntrica como elaborado em sua teoria, surgem outros centros e sub-centros, os transportes se dão de forma diferenciada e não em uma escala ascendente de acordo apenas com a distância, como em sua teoria, quanto mais afastado do centro maior o custo de transporte.

Outro teórico importante para a teoria da localização é o economista alemão Alfred Weber (1868-1958), tendo lançado em 1909 a sua “teoria da localização da indústria”. Para Cavalcante (2008, p. 15) Alfred Weber baseia

sua teoria da localização de atividades industriais a partir de três fatores: “o custo de transporte, o custo da mão-de-obra e um ‘fator local’ decorrente das forças de aglomeração e desaglomeração”.

O custo de transporte, mão de obra e aglomeração e desaglomeração das indústrias seriam decisivos para a concentração das mesmas em determinado local, o autor também baseia sua teoria com base num mercado equilibrado. Como aponta Sandoval (2014, p. 25): “Assim como Von Thünen, Alfred Weber desenvolveu o seu modelo a partir de uma estrutura de mercado em equilíbrio e também um mercado consumidor puntiforme”.

Por pensar esse mercado em equilíbrio e um mercado consumidor bastante organizado em pontos bastante estratégicos em relação a indústria ele é classificado como neoclássico. A base da teoria de Alfred Weber apresenta alguns pontos em comuns com Thünen como a minimização dos custos de transportes. Sandoval (2014, p. 25) enfoca as principais diferenças entre os dois teóricos, quanto ao objeto de análise: Von Thünen “analisava a distribuição das diversas atividades ao redor do centro consumidor” e Alfred Weber “estuda a localização ideal das firmas a partir da localização dos recursos produtivos bem como do mercado consumidor”.

Assim Alfred Weber é bastante reconhecido com os estudo sobre a aglomeração e desaglomeração da indústria, embora, como afirma Ferreira (1989, p. 102), “não os tenha tratado objetivamente”. Isso suscitou muitas críticas, além da questão de não considerar os ganhos crescentes de escala.

Avançando para o campo do desenvolvimento regional, especificamente falando, podemos destacar três autores, que desenvolvem três conceitos básicos. Como o elaborado por Amaral Filho (2001, 263): “O primeiro, o conceito de “pólo de crescimento” [PERROUX, 1955]; o segundo, o conceito de “causação circular cumulativa” [MYRDAL, 1957]; e, o terceiro, o conceito de “efeitos para trás e para frente” [HIRSCHMAN, 1958]”

François Perroux introduz em sua teoria a noção de espaço econômico, rompendo com a noção de espaço euclidiano, pensando uma empresa como unidade de produção, como destacado em Cruz Lima e Simões (2009, p. 7):

i) a empresa ocupa em primeiro lugar um espaço definido como conteúdo de um plano, sendo este entendido como o conjunto das relações estabelecidas entre a empresa, seus fornecedores de input (matérias-primas, mão-de-obra, capital) e seus compradores de output (intermediários e finais).

ii) em segundo lugar a empresa ocupa um espaço definido como campo de forças, constituído por centros (pólos ou sedes) de emanção de forças centrífugas e recepção de forças centrípetas. Cada centro tem seu próprio campo, que é invalidado pelos campos de outros centros. A empresa atrai ao seu espaço vulgar homens e coisas (elementos econômicos) ou afasta-os dele, determinando sua zona de influência econômica, relacionada ou não à sua zona de influência topográfica; e

iii) num terceiro aspecto, a empresa ocupa um espaço definido como conjunto homogêneo. As relações de homogeneidade dizem respeito às unidades e sua estrutura ou às relações entre estas unidades. Quaisquer que sejam suas coordenadas no espaço vulgar, estas empresas localizam-se no mesmo espaço econômico.

A seguir faremos a análise dos autores que têm se dedicado a temática do açaí na Amazônia.

2.9– ABORDAGEM DOS PRINCIPAIS AUTORES QUE ESTUDAM O AÇAÍ NA AMAZÔNIA.

Neste subcapítulo serão analisados os principais trabalhos sobre a produção do açaí na Amazônia, procurando estabelecer correlações entre os trabalhos já realizados e o presente trabalho. O Intuito é o de analisar os trabalhos que já foram realizados abordando a problemática do açaí, ressaltando as principais contribuições para a problemática.

Dentre os principais trabalhos já levantados se destacam: Calzavara (1976) Guimarães (1998), Mourão (1999), Costa (1999), Rogez (2000), Mourão *et al.* (2004), Groisman (2004), Marinho (2005), Sobrinho (2005) Teixeira *et. al.* (2005), Canto (2005), Homma *et al.* (2006) e Carvalho (2007).

Os primeiros estudos encontrados sobre o açaí na Amazônia remontam a década de 1970, nos escritos de Benito Calzavara, pesquisador vinculado a

Empresa Brasileira de pesquisas agropecuárias (EMBRAPA). Sua contribuição inicial na sistematização do tipo e manejo dos açazais e nos estudos de melhoramento da produtividade com espaçamento adequado da planta. No entanto, registros de viajantes sobre a beleza das palmeiras foram realizados, mas não são estudos sistematizados, apenas breves descrições.

Muitos estudos foram realizados no Museu Paraense Emílio Goeldi desde a década de 1980, inclusive com uma área de experimentação dentro do museu e muitos estudos realizados nos municípios paraenses de Barcarena, Acará e Gurupá, conforme destacou Jardim:

Desde 1985, as pesquisas com açazeiro vêm sendo desenvolvidas no departamento de botânica com os seguintes enfoques: Ecologia e Manejo, Taxonomia, Fitoquímica e Etnobotânica, aspectos sociais, econômicos e microbiológicos em parceria com outras instituições (JARDIM, 2004, p. 79).

Essas pesquisas têm contribuído para o melhoramento das espécies e o conhecimento científico do açaí, que junto ao saber-fazer das comunidades têm propiciado melhoramento da produção e da qualidade dos açazais manejados e cultivados na Amazônia.

A EMBRAPA também tem desenvolvido pesquisas sobre o açaí na Amazônia, enfocando diversas dimensões da produção, desde as propriedades químicas ao melhoramento genético da espécie *Euterpe Olerácea Martius*. Iremos destacar a seguir as principais contribuições da EMBRAPA Amazônia Oriental, para os estudos relacionados a problemática do açaí, deixando evidente que são muitas as contribuições desta instituição de pesquisa.

Cohen *et al* (2006) realizaram estudo intitulado “Quantificação do teor de Antocianinas totais da polpa de açaí de diferentes populações de açazeiro”, o qual foi publicado no Boletim nº 60 da EMBRAPA – Amazônia Oriental, no qual foram "utilizados frutos de 14 progênes de açazeiro selecionadas como desejáveis para a produção de frutos na Coleção de Germoplasma da Embrapa". E concluíram que:

Embora ocorram perdas de antocianinas no processo de despulpamento dos frutos de açaí, em virtude da instabilidade das

mesmas... apresentam em sua polpa significativo teor de antocianinas (COHEN, *et al.* 2006, p. 13).

No estudo "Processo de Compostagem a Partir de Lixo Orgânico Urbano e Caroço de Açaí" uma proposta para aproveitamento do caroço de açaí, que em sua maioria é desperdiçado, juntamente com lixo urbano. Conforme ressaltado:

O trabalho objetiva prestar informações sobre o processo de compostagem a partir de lixo orgânico urbano, caroço de açaí e capim, em leira com aeração por reviramento, em unidades de compostagem e reciclagem de lixo urbano (TEIXEIRA *et al.* 2002, p.1)

As sugestões do referido exerceriam dupla importância, pois essas estações de compostagem se colocadas em prática resolveria o problema do lixo urbano e aproveitaria o caroço de açaí que em grande parte dos municípios paraenses é queimado e não é aproveitado. O aproveitamento do caroço de açaí é feito em baixa escala pelas famílias para utilização como adubo orgânico, mas o caroço que é descartado nas batedeiras de açaí não costuma ser aproveitado.

Trabalho da EMBRAPA Amazônia Oriental que tem recebido bastante destaque no cenário atual é o projeto chamado cultivar BRS-Pará, que a partir da seleção fenotípica para obtenção de um açaizeiro propício para o ecossistema de terra-firme e com intuito de chegar a uma

produtividade de 10 t/ha/ano aos oito anos de idade; bom rendimento de polpa, entre 15% e 25%. Tem por diferencial estatura de planta baixa, que contribui na eficiência operacional no processo de colheita dos frutos (OLIVEIRA; FARIAS NETO, 2004, p.1).

Os investimentos nesse tipo de açaizeiro têm se dado mais por parte da agricultura empresarial que difere da pequena agricultura praticada pelas famílias ribeirinhas que são objeto de estudo do presente trabalho.

A EMBRAPA publicou ainda o trabalho "sistema de produção: açaí", de autoria de Homma *et al.* (2006). Trata-se de um estudo no qual foram sistematizadas várias pesquisas sobre técnicas de plantio de açaí, processo de

comercialização, composição química, modelos de manejo, controle de pragas, processamento, rendimentos e rentabilidade, dentre outros. Trata-se de um material com enfoque bastante abrangente sobre a temática do açaí na Amazônia.

Rogez (2000) investigou principalmente as propriedades químicas do açaí e as causas da má conservação do mesmo, com enfoque para seu caráter perecível. Os resultados apontam que:

O açaí constitui um alimento de base da dieta popular dos paraenses. É considerado de bom valor nutricional. Sua composição é caracterizada por ter um elevado teor de lipídios (52,6% da matéria seca), oferecendo um perfil em ácido graxos muito equilibrado. As fibras representam cerca de um quarto da matéria seca. As proteínas...representam 10% da matéria seca. O teor de açúcares assimiláveis (3%) é muito pequeno e o teor de antocianinas notavelmente elevado (1% da matéria seca)...Ph de 5,23. Minerais encontrados são o manganês, cobre, boro, o cromo; quantidades notáveis de cálcio, magnésio, potássio e níquel (ROGEZ, 2000, p. 199)

O estudo realizado por Rogez (2000) representou uma contribuição significativa para o entendimento da problemática do açaí na Amazônia, principalmente a ruptura com o senso comum, que partia mesmo de pessoas esclarecidas que afirmavam que o açaí se constituía apenas em fonte de caloria, um exemplo disso era a proibição de tomar açaí nas prescrições médicas aos pacientes em tratamento de alguma patologia.

Marinho (2005) estudou as comunidades de São Sebastião da Boa Vista na ilha do Marajó, analisando as relações econômicas e ecológicas na produção do açaí naquele município, ressaltando as transformações ocorridas na produção do açaí nos últimos anos.

Damasceno (2009) estudou o associativismo e o desenvolvimento endógeno em Igarapé-Miri, por meio da análise da importância dos movimentos sociais para a propulsão da cadeia produtiva do açaí no referido município.

Andrade (2014) investigou a questão gastronômica do açaí na cidade de Belém do Pará, destacando pontos típicos de consumo do açaí, seja no modelo regional, seja o açaí em sua forma industrializada. Trata-se de uma relevante e recente contribuição por investigar uma temática que tem suscitado bastante

discussão sobre as formas de consumo do açaí na Amazônia e as formas como ele tem sido vendido no mercado externo.

Santos (2014) também salienta a importância do açaí como fonte de elementos químicos essenciais potencialmente biodisponíveis e que tem efeito neuroprotetor de seu extrato frente à neurotoxicidade do manganês em astrócitos.

2.10 ESPAÇO-TEMPO DO AÇAÍ NA AMAZÔNIA

Podemos classificar, com base nos levantamentos bibliográficos realizados, o processo histórico da problemática do açaí na Amazônia em três períodos.

O primeiro chamaremos de **consumo regional** quando o açaí é consumido apenas pela população local/regional, isso remonta há muitos séculos, desde a sua utilização pelos indígenas, sendo recorrentes as fontes mitológicas que fazem referência ao açaí, mas não é possível precisar o momento exato do início do consumo, tanto do fruto quanto do palmito, além da utilização de outras partes do açaizeiro, como a vassoura do cacho para varrer a casa, o caule do açaizeiro para construção de pontes rústicas e mesmo de assoalho de casas, o caroço do açaí já era utilizado como adubação orgânica de plantas e hortas medicinais, o caroço também era misturado a outros componentes como ração para animais, a palha como cobertura de casas de animais, as raízes como remédio caseiro, dentre outros.

Calzavara (1976) afirma que o açaí já era utilizado há século pelos indígenas e Jardim (2004) ressalta que sua importância não se limita apenas ao fornecimento do vinho de açaí, mas como fonte de produtos para os mais variados fins, assim como matéria-prima na indústria de palmito.

O segundo período tem início na década de 1970 com a implantação das agroindústrias de palmito na Amazônia, em especial no estado do Pará, essa é a fase **predatória do açaí-palmito** na Amazônia, conforme registrou Sebastião Sobrinho (2005):

Mais recentemente, com o esgotamento das fontes de *Eutherpe edulis* na Mata Atlântica e a transferência das indústrias de palmito para regiões de várzea no Pará nas décadas de 1970 e 1980, a região do Baixo-Tocantins sofre grande pressão pela extração do palmito do açaí (*Eutherpe olerácea*)(SEBASTIÃO SOBRINHO, 2005, p. 24)

Nessa fase, o palmito do açaí ganha importância comercial e a derrubada do açazeiro para a retirada do palmito para fornecer matéria-prima a agroindústria ocorre em larga escala, levantando grande preocupação dos movimentos sociais que lutavam em defesa do bem-estar das comunidades ribeirinhas, pois a retirada do palmito começa a comprometer a soberania alimentar das comunidades, gera impactos ambientais negativos com a retirada do açazeiro e a casca do palmito jogada principalmente nos rios e igarapés liberando substâncias tóxicas.

Durante este período foram gerados muitos problemas e poucos benefícios para as comunidades ribeirinhas. Os preços pagos pelos compradores de palmito eram baixos e atividade predatória comprometia a produção de açaí, apesar da elevada capacidade de recuperação dos açazeiros, tendo em vista que uma árvore demora de 3 a 5 anos nas áreas de várzea para atingir a fase adulta.

A terceira fase se inicia na década de 1990, quando o açaí começa a ser consumido fora da região amazônica. Trata-se da fase de **expansão do açaí** no mercado externo, quando o seu consumo começa a ser feito de forma diferente da realizada pela população amazônica, ao invés do tradicional uso com farinha adiciona-se outros produtos como guaraná, amendoim, banana, laranja, leite etc.

Nesta fase, que ainda perdura, o açaí continua sendo um alimento básico das comunidades ribeirinhas e urbanas na Amazônia, mas passa a ser consumido fora da região amazônica, inclusive em outros países. O consumo do produto, fora da região amazônica, costuma ser feito nas formas de suco, energético e como ingrediente na composição de várias receitas.

Homma *et al.* (2006, p. 26) afirmam que

A partir da década 1990, com o aumento da pressão internacional para a preservação da Amazônia, os produtos florestais não-madeireiros ganharam importância como alternativa para evitar desmatamentos e queimadas.

É nesse contexto da busca de novos produtos a explorar na Amazônia que o açaí-fruto surge como uma grande proposta, além de satisfazer o mercado externo com suas propriedades organolépticas, o açaí fruto se encaixa na proposta sustentável de "valorizar a floresta em pé" (BECKER, 2005). Por meio do cultivo e manejo adequado do açaí é possível manter a floresta e continuar se beneficiando dela, pois a manutenção das árvores em pé contribui na conservação do Ambiente, sendo uma alternativa importante no combate ao desmatamento, diferentemente do que ocorria na fase anterior quando as árvores eram abatidas para a retirada do palmito.

Não somente o açaí como fruto se torna importante, mas outros produtos também ganham destaque como bem demonstrado por Homma *et al.* (2006, p. 26):

Essa exposição da Amazônia, na mídia mundial, chamou a atenção para diversos frutos regionais, como o guaraná, cupuaçu, açaí, pupunha e o bacuri, entre os principais, que tiveram forte crescimento no mercado nacional e atraíram o interesse do mercado internacional.

A demanda internacional afetou profundamente o modo de vida das comunidades ribeirinhas produtoras de açaí na Amazônia, havendo significativa expansão das áreas manejadas. Mesmo aqueles que ainda praticavam apenas o extrativismo passaram a cultivar o açaí, seja plantando seja fazendo o manejo adequado.

Isso também propiciou o aparecimento de uma nova variedade antes pouco cultivada, o açaí de terra firme, antes para a retirada do palmito, mas agora para o cultivo do açaí fruto, mas este não é cultivado pelas comunidades ribeirinhas e sim por agricultores comerciais vinculados ao agronegócio.

Dada à importância que os conceitos de desenvolvimento e território assumem não só na Geografia, mas também em outras áreas do conhecimento, amplia-se a necessidade de analisar tais conceitos em maior

profundidade. Na presente pesquisa temos procurado estabelecer relações entre os dois conceitos e o objeto de estudo que está centrado na análise da produção de açaí na Amazônia, tomando como recorte espacial a Microrregião Cametá.

A intenção é reunir a bibliografia que possibilite estabelecer o fio condutor entre os conceitos trabalhados e a realidade empírica. Foram enfatizadas as diferentes perspectivas em relação aos conceitos de território e desenvolvimento, havendo forte identidade com o conceito de desenvolvimento territorial de Pecquer (2005), sendo este um dos elos essenciais na metodologia de interpretação do presente trabalho.

Mas a intenção é trazer esse debate de cunho mais conceitual de forma a contribuir para a pesquisa, relacionando cada vez mais ao objeto de estudo. Metodologicamente podemos afirmar que o fio condutor da pesquisa tem o desafio de estabelecer a interligação entre os conceitos de território, desenvolvimento, desenvolvimento territorial, com a produção do açaí por comunidades ribeirinhas na Microrregião de Cametá.

CAPÍTULO III – CIRCUITO ESPACIAL DA PRODUÇÃO DO AÇAÍ NA REGIÃO TOCANTINA: DO LUGAR A TOTALIDADE

INTRODUÇÃO

No presente capítulo utilizaremos o conceito de circuito espacial da produção para analisar o processo de produção do açaí. Este aparece frequentemente na abordagem geográfica associado ao conceito de círculos de cooperação. Esta abordagem será utilizada como recurso analítico necessário para facilitar a compreensão e análise. Para isso faremos o levantamento sobre a abordagem do circuito espacial da produção no âmbito da ciência geográfica bem como apontando os seus pressupostos em especial no campo da economia.

Temos os principais aportes teóricos para a compreensão do circuito espacial da produção em Marx (1859), Moraes (1985), Barrios (1986), Santos (1986), Santos e Silveira (2001), Claval (2005), Castillo e Frederico (2010), Arroyo (2012), Bomtempo e Sposito (2012), conforme detalharemos a seguir.

Para Moraes (1985, p. 3) a discussão sobre circuito produtivo tem sua base em Marx (1859), que “apresenta algumas indicações preciosas ao explicitar uma unidade contraditória entre a produção, a distribuição, a troca e o consumo”. Sendo a produção não apenas um ato em si, mas dependendo também da circulação do produto/mercadoria. Isso engloba desde a produção até consumo do produto.

Desta forma, para Marx (1859) produção e consumo estão imbricados. Para ele:

a produção é imediatamente consumo, e o consumo é imediatamente produção; cada termo é imediatamente o seu contrário. Mas, simultaneamente, há um movimento mediador entre ambos; a produção é intermediária do consumo, cuja matéria cria; sem esta, aquele ficaria privado do seu objeto; por sua vez, o consumo é intermediário da produção, pois proporciona aos seus produtos o sujeito para o qual eles o são (produtos). O produto só atinge o seu *finish* final no consumo (MARX, 1859, p. 8).

Seguindo essa premissa temos que a produção depende do consumo, sendo que é ele que pressiona para que ocorra a produção, através da demanda, como ocorre no momento atual com a produção do açaí, a demanda por mais produtos pressiona para que haja aumento da produção e mais pessoas e capital se dediquem a sua produção, inclusive em modalidades diferentes como veremos adiante.

Santos (1986, p. 121) em uma nota de rodapé, baseado em Dockés (1969), ainda esclarece que “Vauban¹⁰ analisou os circuitos antes mesmo de Quesnay¹¹. Melhor do que este, Vauban os situava no espaço (...) Vauban considera a circulação dos bens e do dinheiro entre agentes e entre lugares”.

Ainda podemos acrescentar a contribuição da economia para os estudos espaciais, a partir de Claval (2005, p.11) que

A reflexão sobre os problemas da riqueza e da produção se desenvolveu desde o século dezessete. Nasceu da observação da paisagem e da realidade geográfica. No fim do século dezessete, economistas como William Petty¹², na Inglaterra, e Vauban, na França, já sabiam que as atividades produtivas estavam geralmente concentradas ao longo dos litorais, dos rios navegáveis e dos canais, nas tiras de duas léguas de largo.

Acrescentada a contribuição William Petty para o entendimento de um pensamento de base espacial da produção, a partir dos estudos da concentração das atividades produtivas a margem dos litorais e dos rios. Esse pensamento também será decisivo doravante para a teoria da localização e o surgimento da economia espacial.

Nesse mesmo contexto, Claval (2005, p. 12) salienta que:

Richard Cantillon descreveu a criação das riquezas nas zonas rurais e seu consumo nas cidades: ele ofereceu a primeira reflexão sobre a natureza da cidade e a hierarquia urbana. Quesnay foi o primeiro a conceber a vida econômica como um **circuito**.

¹⁰ Economista francês Sébastien Le Prestre de Vauban (1633-1707).

¹¹ Economista francês François Quesnay (1694 - 1774) um dos principais teóricos da escola fisiocrata

¹² William Petty (1623 -1687) economista, cientista e filósofo britânico, defensor do pensamento mercantilista.

Importante destaque dado a relação campo-cidade em um momento que ainda não havia estudos sobre isso e, principalmente, a contribuição de François Quesnay destacada em conceber as atividades produtivas como um circuito, conceito este que vem contribuir para elaboração do conceito de circuito espacial da produção na Geografia.

O mesmo autor destaca uma contribuição de Adam Smith¹³ para pensamento econômico:

Na “Riqueza das Nações”, Adam Smith (1776) já mostrava interesse pela observação geográfica: ele demonstrou que a especialização do trabalho era limitada pela extensão do mercado, no capítulo dois de seu livro. Mas ele considerou que a riqueza das nações resultava da vontade dos indivíduos, das iniciativas dos empreendedores e do livre funcionamento dos mercados – “deixa fazer, deixa passar”! (CLAVALL, 2005, p. 12)

Sem nos alongarmos nesta discussão, essas são as maiores contribuições dos economistas clássicos e fisiocratas que foram destacadas tendo como plano de fundo dos estudos espaciais, dando ênfase no interesse desta abordagem para o conceito de circuito.

No que diz respeito a ciência geográfica, para Moraes (1985) e Santos (1986) os estudos sobre circuito espacial da produção têm sua gênese no MORVEN (metodologia para o diagnóstico regional), de acordo com a ênfase dada por Moraes (1985, p. 19): “ a formulação mais direta encontrada aparece no projeto MORVEN: Metodologia para o Diagnóstico Regional, desenvolvido pelo Centro de Estudios del Desarrollo (CENDES) da Universidade Central da Venezuela”.

Como referencial teórico Moraes (1985) aponta os autores Sonia Barrios e Alexandre Roffman ambos com publicações do ano de 1979. O Projeto ainda passou por uma avaliação crítica de Milton Santos (1980) intitulado: Circuitos Regionais de Produção: um comentário. (MORAES, 1985).

¹³ Adam Smith (1723-1790) filósofo e economista clássico, considerado o pai do liberalismo econômico.

Ainda aponta Moraes (1985, p. 19) para os objetivos principais do MORVEN que seria:

chegar a um modelo para estudar a “segmentação dos espaços nacionais” de forma a compreender e especificar como vão interagindo os diferentes agentes produtivos sobre o espaço, objetivando maximizar a sua capacidade de acumulação.

Seria assim o objetivo último do projeto a construção de um modelo para a compreensão dos agentes produtivos do espaço nacional. Uma metodologia que pudesse ser aplicada para análise e compreensão dos agentes produtivos.

Mas, para Moraes (1985) é Roffman (1978) que dá operacionalidade ao plano de pesquisa, quando propõe estudar os encadeamentos das unidades de produção, distribuição e consumo em seus embricamentos espaciais.

Portanto, fornecendo as bases conceituais para o conceito de circuito espacial da produção que será apropriado pela Geografia. Nessa tentativa de espacializar os estudos das atividades produtivas.

Santos (1986, p. 128) considera "três parâmetros ou categorias de análise: a) circuitos de ramos da produção; b) circuito de firmas; c) circuitos territoriais. Seriam estes os elementos necessários para a compreensão do uso do território.

Santos e Silveira (2001) ainda propõem a compreensão do circuito espacial da produção dando ênfase a questão da necessidade de captar movimento para entender o movimento do território. Conforme destacado a seguir:

Repartição das atividades entre lugares, a divisão territorial do trabalho pode nos dar apenas uma visão mais ou menos estática do espaço de um país, um retrato onde cada porção do espaço revela especializações mais ou menos nítidas, nascidas à luz de processos antigos e modernos. Mas para entender o funcionamento do território é preciso captar o movimento, daí a proposta de abordagem que leva em conta os circuitos espaciais da produção. Estes são definidos pela circulação de bens e produtos e, por isso, oferecem uma visão dinâmica, apontando como os fluxos perpassam o território. (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 143)

É a partir dessa compreensão do movimento, dos fluxos que podemos romper com a visão estática do território. Compreendendo a base material da produção, mas também compreendendo os fluxos, dimensão imaterial nas palavras de Santos e Silveira (2001, p. 144) “capitais, informações, mensagens ordens. Conforme demonstramos no esquema da figura 04.

Figura 4 - Representação gráfica do Circuito Espacial da Produção



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Santos e Silveira (2001).

Para Sposito e Bomtempo (2012, p. 29) seriam "através dessas interações espaciais, conseguimos entender as dinâmicas e os movimentos materiais e imateriais do presente, ou seja, é possível investigar o 'uso do território'".

Ainda afirmam Castillo e Frederico (2010, p. 463):

A noção de circuito espacial produtivo enfatiza, a um só tempo, a centralidade da circulação (circuito) no encadeamento das diversas etapas da produção; a condição do espaço (espacial) como variável ativa na reprodução social; e o enfoque centrado no ramo, ou seja, na atividade produtiva dominante (produtivo).

Acrescentaríamos a isso a ideia de movimento, de fluxo, conforme ressaltado anteriormente, para a compreensão desse conceito importante para

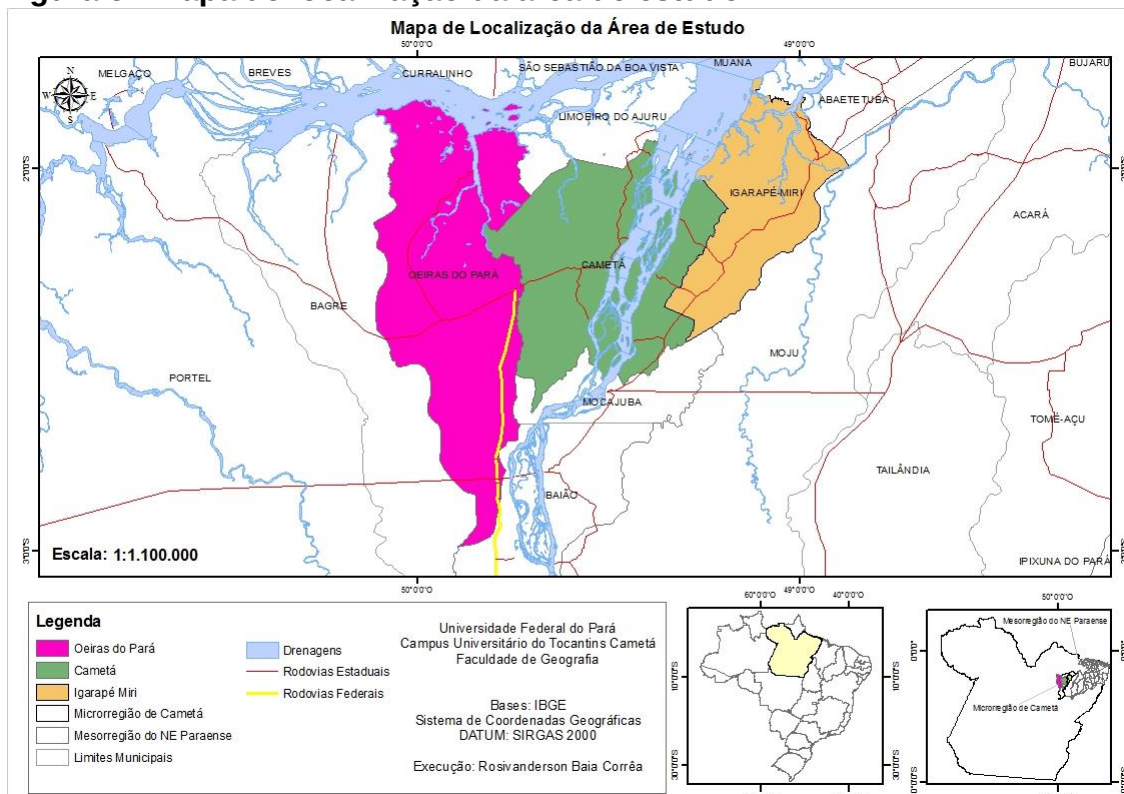
a Geografia. Rompendo com a visão estática de apenas compreender a materialidade da produção.

É dessa forma que nos propomos a compreender o uso do território pelas comunidades ribeirinhas da Microrregião Cametá, a partir da compreensão do circuito espacial da produção do açaí.

3.1 CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A REGIÃO

A região objeto de estudo do presente trabalho, chamada de região do Baixo Tocantins, é denominada pelo IBGE de Microrregião Geográfica de Cametá. É formada por sete municípios: Abaetetuba, Baião, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajurú, Mocajuba e Oeiras do Pará, entre os quais selecionamos três para a realização do estudo, por compreender que a partir destes podemos analisar a produção do açaí na região. Desta forma é que selecionamos os municípios de Cametá, Igarapé-Miri e Oeiras do Pará como *lócus* da pesquisa, conforme se verifica na Figura 5

Figura 5 - Mapa de localização da área de estudo



Os três municípios produzem açaí, mas cada um com suas características próprias. A seguir serão apresentadas as principais características socioeconômicas de cada um desses municípios:

a) CAMETÁ

O município de Cametá está localizado na meso região Nordeste do Estado do Pará, e na microrregião que recebe o nome do município, distante 150 km, em linha reta, da capital, Belém, possuindo características híbridas, com interligação tanto por via fluvial, através do rio Tocantins, quanto por via terrestre.

A cidade está localizada a margem esquerda do rio Tocantins, e é recortada pela BR 422, antiga transcametá, que dá acesso a outros municípios como Limoeiro do Ajurú, Baião e Tucuruí. Os distritos de Vila do Carmo, Moiraba, Carapajó, Areião e Curuçambaba, situados na margem direita do rio Tocantins, estão interligados pela PA 151 que dá acesso aos municípios de

Mocajuba, Baião Igarapé-Miri, bem como serve de acesso a Capital do estado e propicia a interligação com outras rodovias.

Possui uma população estimada pelo IBGE 2016 de 132.515 habitantes e uma área de 3.081,360 km², com IDH-M de 0,577 segundo o atlas das nações unidas, um PIB de R\$ 457.759,079 mil e uma renda *per capita* de R\$ 3.679,41, segundo o IBGE 2012, o que representa apenas 16,25% da renda média da população brasileira que era de R\$ 22.645,86, em 2012, de acordo com a mesma fonte.

Algo importante de se destacar em relação ao município é a coexistência de diferentes realidades. No espaço urbano de Cametá há povoados que vivem na terra firme, principalmente à beira de estradas, povoados que vivem nas ilhas, caracterizados como ribeirinhos, que é onde ocorre a produção do açaí, principal foco de interesse deste trabalho, e a população que mora nas vilas sede dos distritos.

Outra característica importante do município é o fato da maioria da população ainda viver fora do espaço urbano, sendo que 42% vivem nos espaços urbanos e 58% nos espaços rurais do município.

O município possui poucas indústrias, vivendo basicamente da pesca, da agricultura, destacando-se a exploração de açaí, da mandioca e da pimenta do reino. O funcionalismo público, o seguro defeso que os pescadores recebem também tem se tornado cada vez mais um elemento importante da economia, sendo que o pescador recebe um salário mínimo mensal entre novembro e fevereiro (período da piracema). Os programas governamentais de cunho distributivo, principalmente o Bolsa Família, também se tornaram importantes na composição da renda das famílias beneficiárias e têm contribuído para dinamizar a economia local.

b) IGARAPÉ-MIRI

O município de Igarapé-Miri está situado a 78 km, em linha reta, de Belém, possuindo, assim, como Cametá, características de um município cada vez mais híbrido, com interligação tanto por via fluvial, através do rio Igarapé-Miri, quanto por via terrestre.

Possui uma população estimada pelo IBGE 2016 de 60.675 habitantes e uma área de 1.996,823 km², com IDH-M de 0,547 segundo o atlas das nações unidas, um PIB de R\$ 218.356,384 mil, segundo o IBGE 2012, e uma renda *per capita* de R\$ 3 706,99.

Igarapé-Miri possui seis agroindústrias processadoras de açaí, transformando o fruto em polpa, e exportando para diversos mercados do Brasil e do mundo. É em Igarapé-Miri que é processada grande parte do açaí da Microrregião de Cametá, concorrendo com as agroindústrias da Região Metropolitana de Belém, e com a Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu (CAMTA). Isso justifica a reivindicação do título de "capital mundial do açaí", encontrado inclusive em *sites* de órgãos do poder público municipal. Mesmo não sendo o maior produtor de açaí.

c) OEIRAS DO PARÁ

O município de Oeiras do Pará está a 160 km, em linha reta, de Belém, possuindo características de um município tipicamente ribeirinho, sua interligação se dá apenas em função do rio Pará, não tem conexão através de estradas com outros municípios.

Possui uma população estimada pelo IBGE 2016 de 31.257 habitantes e uma área de 3.852,256 km², com IDH-M de 0,507, segundo o atlas das nações unidas, um PIB de R\$ 129.519,594 mil, segundo o IBGE 2012, e uma renda *per capita* de R\$ 4.405,13.

O município não possui indústrias, vivendo basicamente da pesca, da agricultura, destacando-se o açaí, a mandioca, pimenta do reino etc.

Tal como em Cametá, o seguro defeso que os pescadores recebem também tem se tornado cada vez mais um elemento importante da economia,, a assistência governamental como o Bolsa Família também se tornou um elemento importante para a economia, pois um grande número de famílias carentes recebe tal auxílio e isso tem impulsionado a economia.

3.2 – *DESIGN* DO CIRCUITO ESPACIAL DA PRODUÇÃO DO AÇAÍ

O açaí é cultivado/manejado por comunidades ribeirinhas, que vivem nas áreas de ilhas, o açaí de terra firme ainda é insignificante nos três municípios estudados. Analisaremos, a seguir, o desenho do circuito espacial da produção do açaí na região Tocantina, destacando a especificidade de cada município quando houver discrepância entre eles em relação a algum aspecto.

Depois de retirado da árvore do açaizeiro, o açaí é debulhado (retirado do cacho) e colocado nos cestos, na maioria das vezes, o açaí é vendido ao atravessador na própria ilha na qual é produzido. Isto ocorre nos três municípios estudados, pois os atravessadores vão até a ilha e daí o açaí ganha destinos diversos, indo da escala local para a regional, nacional e até global. Na figura 6 destacamos um denso açaizal manejado, no município de Oeiras do Pará de onde açaí é retirado para ser comercializado.

Figura 6 - Denso açazal manejado no município de - Oeiras do Pará



Autor: Rosivanderson Baia Corrêa, dezembro de 2015.

Na figura 7 destacamos uma touceira de açazeiro carregada de frutos, de onde os mesmos são apanhados pela pessoa que sobe nas árvores (o peconheiro) para a retirada, esse processo normalmente é feito manualmente, existindo poucas experimentações de outros métodos de retirada dos frutos.

Figura 7 - O açaizeiro com os frutos



Autor: Rosivanderson Baia Corrêa, dezembro de 2015.

Na figura 8 destacamos o processo que é chamado de debulha do açaí, sendo retirado o fruto do açaí do cacho e colocado no cesto, para que seja feito o seu transporte de forma segura e arejada, para que o produto não perca suas propriedades.

Figura 8 - Processo de retirada dos frutos do cacho de açaí



Autor: Rosivanderson Baia Corrêa, dezembro de 2015.

Na figura 9 destacamos o açaí fruto já nos cestos, pronto para o transporte, sendo comercializado nas feiras dessa forma ou repassado para outro recipiente (basquetas) quando se destina a exportação para as agroindústrias de processamento.

Figura 9 -O açaí fruto nos cestos para ser vendido e transportado



Autor: Rosivanderson Baia Corrêa, dezembro de 2015.

No caso de Cametá, o açaí que é exportado, é comercializado na vila de Carapajó (vila que serve de porto de acesso para a PA-151, interligada com outras rodovias e com acesso à capital do estado) e daí ganha o mundo, como por exemplo, às fábricas de beneficiamento em Abaetetuba, Igarapé-Miri, Tomé-Açu e da região metropolitana de Belém. Nesse processo, o açaí é

transportado através de pequenas embarcações e trocando de recipiente no porto de Carapajó, onde o tradicional cesto é substituído por basquetas¹⁴.

Destacamos na figura 7 os barcos que servem de transporte para o açaí, utilizados pelos atravessadores, ou pelos próprios produtores, para transportar o açaí para as feiras ou para ser encaminhado à exportação.

Figura 10 - Barcos típicos de transporte de açaí



Foto: Rosivanderson Baia / setembro de 2015

¹⁴ Basquetas são recipientes fabricados em plástico sintético utilizado para transportar o açaí, cabem, em média, 30 kg de açaí, ou seja, dois cestos de 15 kg, nos caminhões baú o cesto é substituído por este recipiente.

Destaque na figura 11 o açaí é retirado dos cestos e colocado nas basquetas de plástico, para ser transportado pelo caminhão até a agroindústria para beneficiamento:

Figura 11 - Açaí é repassado do cesto para basqueta



Autor: Rosivanderson Baia Corrêa, setembro de 2016.

Destaque na figura 12 o processo de abastecimento dos caminhões baú, o açaí repassado dos cestos entregue pelo produtor ao comprador, já nas basquetas e tendo sido pesado, mudando das medidas de frascos (litros) para kilograma é despachado nos caminhões onde viaja até a agroindústria para ser despulpado e exportado para seus destinos, outros estados brasileiros e países. O processo de abastecimento é feito manualmente por trabalhadores braçais que carregam primeiramente os cestos até a balança e depois para o caminhão.

Figura 12 - Abastecimento dos Caminhões para o transporte do açaí até as agroindústrias



Foto: Rosivanderson Baia / setembro de 2015

Na figura 13 destaca-se o caminhão baú, que faz o transporte até a agroindústria onde o açaí é despulpado para ser exportado. Esta é uma cena muito comum no porto de Carapajó (Cametá) e no porto da balsa em Igarapé-Miri, o abastecimento dos caminhões por trabalhadores braçais.

Figura 13 - Transporte do açaí em Caminhão Baú



Foto: Rosivanderson Baia / setembro de 2015

No caso de município de Oeiras do Pará a comercialização é feita através dos atravessadores, que repassam diretamente para as geleiras¹⁵, o açaí ainda de forma *in natura* (em caroço), o fruto passa por um processo de resfriamento, por ser um produto perecível e será transportado por várias horas ou dias até o seu destino final, que são as agroindústrias de processamento, que no caso de Oeiras do Pará, o fluxo se dá mais em direção a Ilha do Marajó,

¹⁵ Os barcos que são apropriados para o transporte de produtos que precisam de gelo durante o transporte, são regionalmente denominados geleiras. Seus porões são forrados com camadas de isopor, seria uma versão do caminhão frigorífico adaptada para o rio, é muito utilizado para transportar peixe e vem sendo utilizado para o transporte do açaí, quando o percurso é mais longo, haja vista o caráter perecível deste produto que em 24 horas perde suas propriedades naturais.

em especial as fábricas de Muaná, mas também parte da produção é beneficiada em Belém.

O município de Igarapé-Miri apresenta um diferencial em relação a Cametá e Oeiras do Pará, pois, é onde estão concentradas as agroindústrias de processamento da polpa de açaí, no momento da pesquisa de campo (dezembro de 2015) encontramos seis agroindústrias de processamento de polpa de açaí em funcionamento. Mesmo assim, os produtores das ilhas utilizam o atravessador como intermediário, não vendendo a produção diretamente para a agroindústria.

O açaí também é levado à feira municipal dos municípios de Cametá, Igarapé-Miri e Oeiras do Pará, para o abastecimento da cidade sede do município, onde é vendido diretamente ao consumidor ou donos de bateadeiras. É muito comum nesses municípios a utilização doméstica de bateadeiras de açaí ou vendido aos donos de bateadeiras de açaí que beneficiando este produto, vende o suco (popularmente conhecido como vinho) em sacos plásticos geralmente de um litro. Na figura 14 demonstramos uma bateadeira de açaí elétrica, de uso doméstico, muito comum na região.

Figura 14 - Batedeira de açaí elétrica

Foto: Rosivanderson Baia / agosto de 2015

Na figura 15 damos ênfase para os aspectos do vinho de açaí pronto para ser consumido ou comercializado, ou seja, o açaí já despulpado. Recebe regionalmente o nome de vinho e não suco, por causa da aparência que apresenta similaridade com o vinho feito da uva de coloração roxa. Nas tradicionais batedeiras de esquina eles são colocados em sacos plásticos de um litro e comercializado para o consumidor.

Quando preparado em casa, e é comum os ribeirinhos do campo e da cidade terem sua própria batedeira como um utensílio doméstico, é ingerido gelado ou natural. Esse consumo se dá nas mais diversas formas, açaí com peixe, açaí com camarão, açaí com charque, mingau de açaí, misturado com farinha de mandioca, arroz, curueira etc. O açaí faz parte da dieta alimentar do mundo ribeirinho, faz parte da vida de cada uma das famílias ribeirinhas da

Amazônia tocantina, pessoas consideradas viciadas em açaí adoecem no período da entressafra, na falta do açaí, perdem massa corporal.

Figura 15 - Suco(vinho) de açaí pronto para ser consumido



Autor: Rosivanderson Baia Corrêa, agosto de 2016.

Conforme enfatizado anteriormente o açaí é usado como alimento pelas próprias comunidades ribeirinhas produtoras de açaí, que além de produtoras são consumidoras, adicionando farinha d'água, com peixe, com camarão etc., além do tradicional mingau de farinha com açaí ou de arroz com açaí. Enfatizamos na figura 17 o consumo típico de camarão assado e camarão frito com açaí e farinha por uma família ribeirinha, observe a simplicidade desta dieta alimentar, como ela é feita basicamente de três componentes e nesses pratos não são adicionados frutas, verduras, arroz ou macarrão, por exemplo, é uma dieta onde o açaí é o principal componente:

Figura 16 - Consumo do açaí com camarão por comunidades Ribeirinhas da Amazônia



Autor: Rosivanderson Baia Corrêa, dezembro de 2015.

Observe no destaque da figura 17, o consumo típico de açaí com peixe assado, muito comum em comunidades ribeirinhas e cidades ribeirinhas da Amazônia.

Figura 17 - açaí com peixe (mapará) assado



Autor: Rosivanderson Baia Corrêa, julho de 2014

Nesses processos destacam-se as cooperativas dos produtores do açaí. Apesar de ainda muito centradas na figura do “dono” da cooperativa, que cumpre a função de coordenador das atividades, tais organizações recebem o açaí dos associados para fazer a “exportação”, isto é, vender o produto para os caminhões-baús das empresas beneficiadoras no porto da vila de Carapajó no caso de Cametá. Em Oeiras do Pará e Igarapé-Miri não encontramos estas associações. Importante ressaltar que o associado precisa pagar uma mensalidade para o “dono” da cooperativa para ter acesso a venda do produto pela cooperativa.

O transporte das ilhas até o porto da Vila de Carapajó é feito em barcos de pequeno e médio porte com capacidade de até 20 toneladas. O açaí é repassado para o empregado do caminhão da empresa compradora do produto (geralmente de Igarapé-Miri e Tomé-Açu) ele é retirado dos cestos e colocado pelo comprador em basquetas de plástico, não recebendo aí nenhum tipo de

beneficiamento. É importante enfatizar que a venda é feita por kilogramas e não mais em latas (cestos) como o caboclo costumava vender tradicionalmente na feira municipal. Na figura 18, uma vista panorâmica do porto de Carapajó onde ocorre o desembarque do açaí que é exportado para vários destinos:

Figura 18 - Vista panorâmica do porto da vila de Carapajó (Cametá)



Autor: Rosivanderson Baia Corrêa, setembro de 2015.

A retirada do açaí dos cestos, por um lado descaracteriza o modo pelo qual o caboclo está acostumado a negociar seu produto e por outro lado há a questão ambiental, sendo que o cesto que o caboclo utiliza é tecido com talas de palmeiras que se degradam facilmente no meio ambiente, sem causar danos ambientais e a basqueta utilizada pelos “exportadores do açaí” é de plástico e levará muitos anos para se decompor.

No Circuito Espacial da produção do açaí uma questão que merece atenção é a retirada do palmito, uma vez que a demanda por palmito de açaí elevou-se nas décadas 1970 e 1980. Atualmente o palmito de açaí ainda é demandado, mas, em menor quantidade por causa da concorrência de outros palmitos como o da pupunha, por exemplo. Também há plantios racionais de açaí que visam apenas a exploração de palmito. Os produtores afirmam que apenas retiram os palmitos para fazer o manejo do açazal, nesse processo, as árvores mais altas e com baixa produtividade são retiradas, ficando as mais novas, em média três a cinco pés por touceira. O palmito retirado é vendido para a fábrica a um preço médio de R\$ 2,00 (dois reais) dependendo da classificação, os de menor diâmetro são menos valorizados e os de maior diâmetro são mais valorizados.

Como bem nos esclareceu um entrevistado, senhor Adão, em Oeiras do Pará "não é negócio derrubar um açazeiro que dá mais de uma lata de açaí por safra, e a lata custa vinte reais na safra, para vender um palmito que custa dois reais, apenas tirarei aquele que não estiver mais produzindo" (pesquisa de campo, dezembro de 2015).

Constatamos, assim, que há um grau elevado de esclarecimento por parte dos produtores que não derrubam a palmeira para a retirada do palmito, apenas para o manejo, ou em caso de extrema necessidade financeira como apontou um entrevistado, que em caso de doença na família ele aceitava vender o palmito do açazal. Verifica-se na figura 19 o palmito já retirado do açazeiro para ser vendido para agroindústria de processamento de palmito.

Figura 19 - Palmito retirado do açazeiro

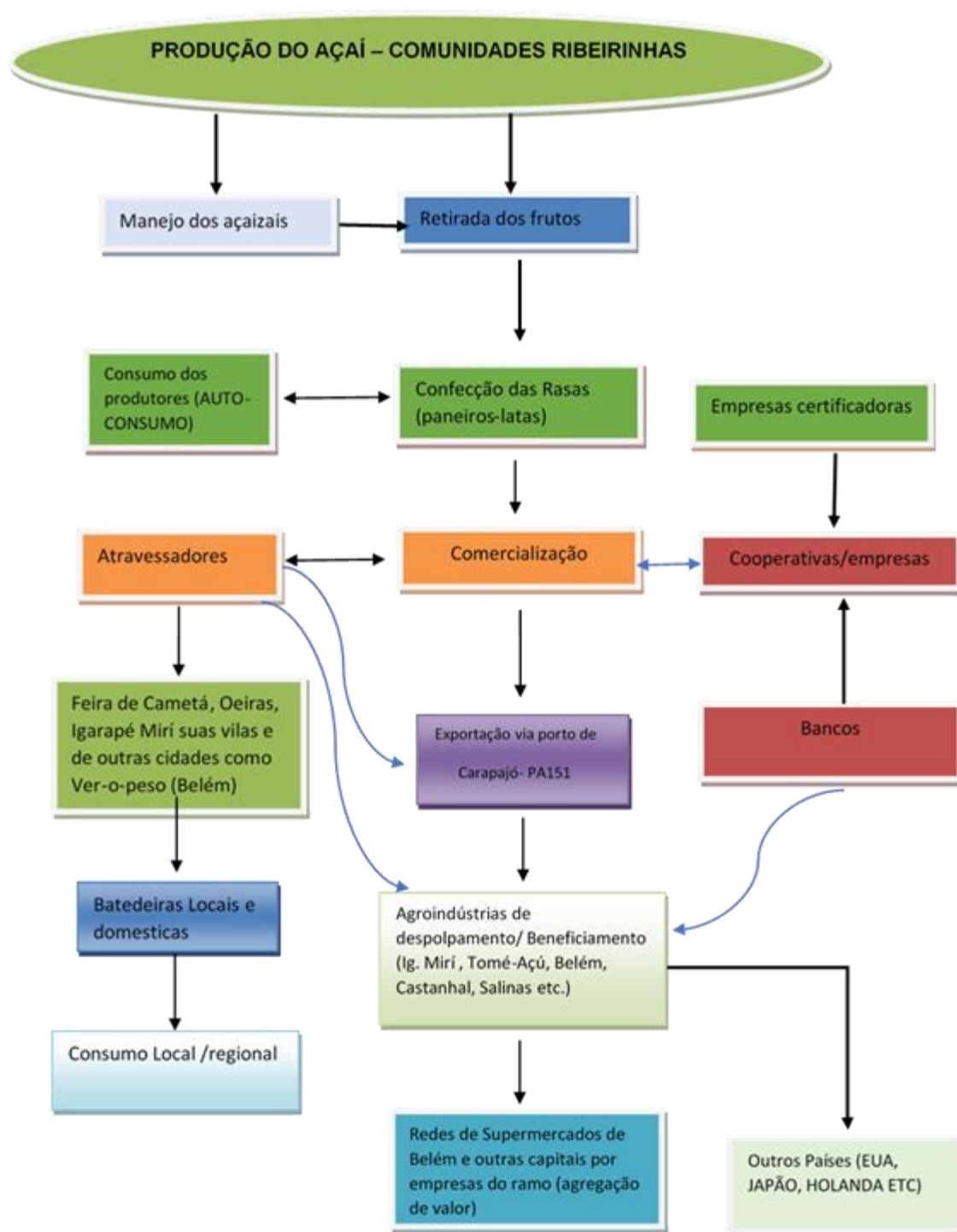


Autor: Rosivanderson Baia Corrêa, setembro de 2015.

Encontramos neste circuito espacial da produção dois produtos derivados do açazeiro que são beneficiados pela agroindústria: o palmito de açai e o açai fruto, ambos amplamente demandados no mercado externo atualmente. O palmito de açai é pouco consumido no mercado interno e pelas comunidades ribeirinhas, e o açai fruto é largamente consumido pelas comunidades ribeirinhas.

A seguir representamos esquematicamente o *design* do circuito espacial da produção do açai com base nas pesquisas realizadas *in locu* abarcando a produção, a distribuição, a circulação e consumo do açai fruto internamente e externamente.

Figura 20 - DESIGN do Circuito Espacial da Produção do Açaí (MICRORREGIÃO-CAMETÁ)



Fonte: Baseado em trabalho de Campo, 2014-2016, org. Rosivanderson Baia Corrêa

Ressaltamos que essa é uma representação tentando abarcar o circuito espacial da produção como um todo, com todos os riscos de uma simplificação pode correr o tentar representar a realidade.

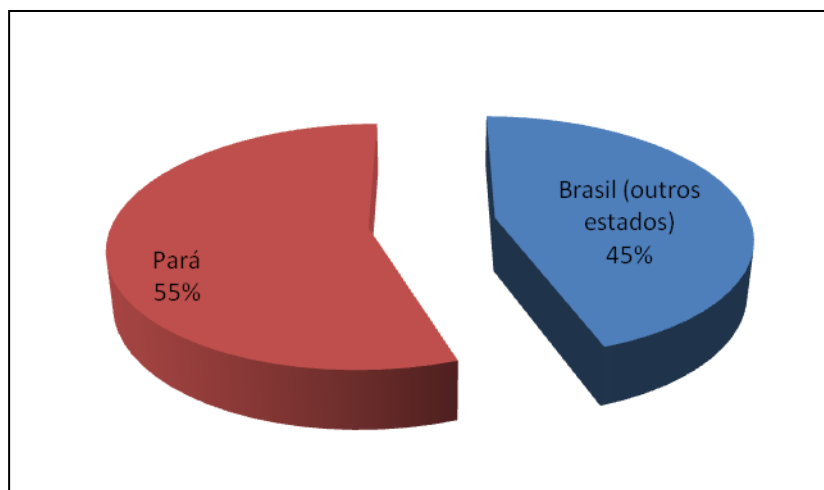
O circuito de produção do açaí foi dividido em duas partes: 1) o açaí fruto que tem como destino o consumo interno das famílias ribeirinhas e das cidades ribeirinhas que são grandes consumidoras do açaí fruto, incluindo Belém nesse caso que é um grande mercado consumidor, parte do açaí da região é destinado ao mercado do ver-o-peso e 2) o açaí que é exportado, no geral em forma de polpa.

O açaí fruto apesar de sua expansão atualmente amplamente consumido no mercado externo grande parte da produção ainda é consumida no Estado do Pará. Segundo a Secretaria de Indústria e comércio e Mineração (2010): 60% do açaí é consumido no Pará; 30% no restante do Brasil e 10% exportado para outros países.

3.3–DADOS SOBRE A PRODUÇÃO DO AÇAÍ NA REGIÃO TOCANTINA

Os dados oficiais disponíveis, principalmente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) coletados na Produção Extrativa, Vegetal e Silvicultura (PEVS) apontam o Estado do Pará como o maior produtor de açaí do Brasil, uma quantidade ligeiramente maior do que de todos outros estados da federação, em conjuntos. Sendo uma proporção de 55% para o estado do Pará e 45% para os demais estados brasileiros no ano de 2014, conforme se verifica no gráfico 1:

Gráfico 1 - Produção extrativa do açaí 2014 comparativo Brasil (outros estados) e estado do Pará



Fonte: IBGE-PEVS

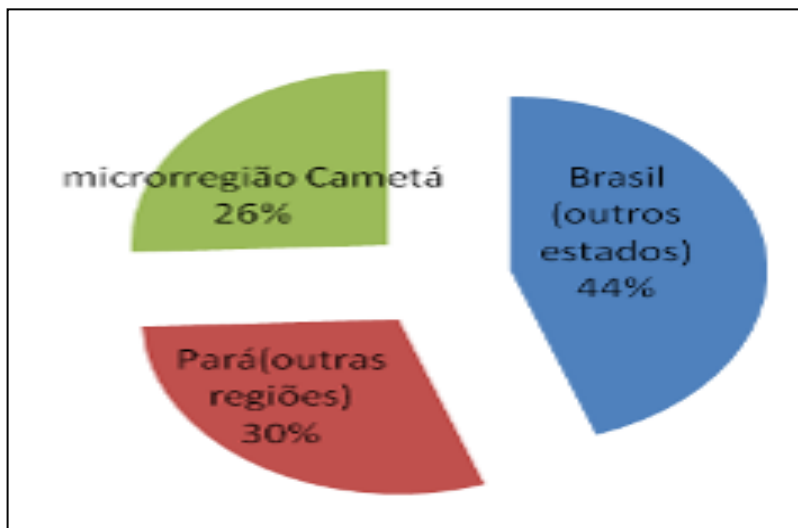
Org: Rosivanderson Baia Corrêa

Neste contexto, ainda é importante ressaltar que os dados do IBGE são apenas estimativas a partir de alguns indicadores, pois a produção de açaí pode ser muito maior. Como pudemos observar no item anterior, quando abordamos o processo de comercialização, o açaí é vendido pelos atravessadores para as cooperativas que repassam para as agroindústrias de processamento e o município não tem nenhum controle sobre isso, mesmo porque o açaí é isento de impostos no estado do Pará.

O processo de comercialização envolve vários atores, sendo o açaí comprado diretamente nas ilhas onde é produzido pelas comunidades ribeirinhas.

Foi realizada a comparação dos dados referente a Produção Brasileira, a Paraense e a da Microrregião de Cametá, extraído através de subtração de cada escala para que os dados não se repetissem gerando um dado equivocado que não condiz com realidade. A partir dessa comparação constatamos que a Microrregião de Cametá foi responsável por 26% da produção brasileira, no ano de 2014, o restante do estado do Pará por 30% e outros estados por 44%, conforme se verifica no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Produção extrativa do açaí 2014 comparativo Brasil/Pará/Cametá

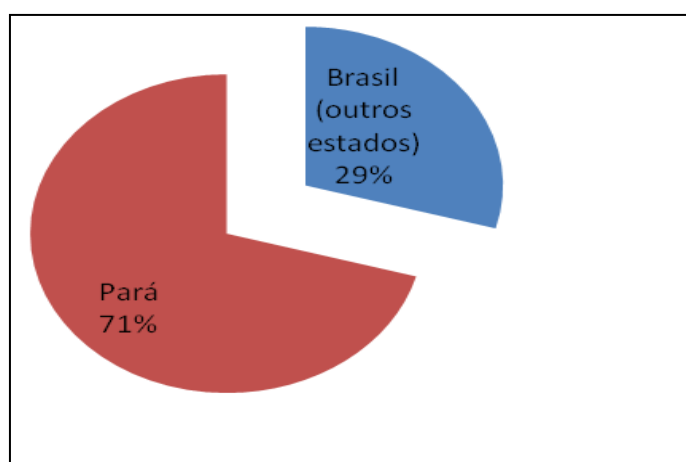


FONTE: IBGE-PEVS

ORG: Rosivanderson Baia Corrêa

Outro indicador importante para a nossa pesquisa são os dados referente aos valores da produção extrativa do açaí. Comparando as escalas nacional (Brasil) e Estadual (Pará), observamos que a participação do Pará no valor da produção de açaí é ainda maior do que a sua participação na produção, pois perfaz 71% enquanto os demais estados, em conjunto, perfazem 29%, conforme demonstrado no Gráfico 3

Gráfico 3 - Produção extrativa do açaí 2014 Brasil/Pará valor da produção

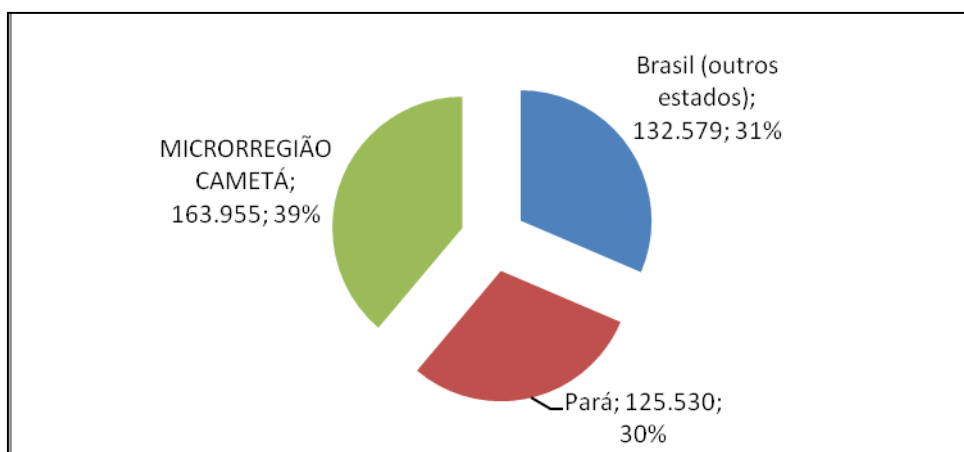


FONTE: IBGE-PEVS

ORG: Rosivanderson Baia Corrêa

Comparamos ainda a relação das escalas entre Brasil, Pará e a Microrregião de Cametá no valor da produção e observamos também a valorização do açaí da microrregião Cametá, isso pode ser explicado por causa da certificação orgânica do açaí da microrregião, que por ser um produto livre de qualquer agrotóxico, recebe o selo de produto orgânico, este processo foi analisado em Corrêa (2010), ao tratar da certificação pela *Guaranteed Organic Certification Agency* (GOCA). A certificação gera certa dependência dos produtores em relação as cooperativas que detêm a certificação, pois para venderem o produto com a certificação é necessário que os produtores sejam associados. Portanto, a relação que se obteve a partir da tabulação dos dados em relação ao valor da produção foi de 39% para Microrregião de Cametá, 30% para o restante do Pará e 31% para os demais estados brasileiros, apontando uma forte valorização do açaí na região estudada, conforme se verifica no Gráfico 4.

Gráfico 4 - Valor da produção do açaí 2014 Brasil/Pará/Cametá.



Fonte: IBGE-PEVS
ORG: Rosivanderson Baia

Também realizou-se a análise comparativa dos dados para obtermos o valor do açaí por tonelada, estabelecendo uma divisão do valor da produção pela quantidade produzida para a obtenção do preço vendido por tonelada de açaí em cada ano e em cada uma das escalas, especificando nas tabelas 1 a 4 os sete municípios que compõem a Microrregião de Cametá. Trabalhamos com os dados a partir de 1994, excluindo o início da década de 1990 a 1993, por conta da dificuldade de conversão da moeda, tendo dado valores incompatíveis, subdividimos em dois períodos de 1994 a 2003 e de 2004 a 2014, para facilitar a leitura dos dados, também por outro lado os dados para o município de Cametá especificamente não estão mais disponíveis na PEVS, segundo a gerência do IBGE de Cametá, por ser uma produção já manejada e não se caracterizando como extrativismo, ela será agregada como cultura permanente através do banco de dados sobre Levantamento Sistemático da Produção Agrícola - LSPA

Tabela 1 Quantidade de açaí extraída entre 1994 e 2003 no Brasil, no Pará e na Microrregião de Cametá - Em Toneladas

	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Brasil	98.857	108.922	111.438	100.214	119.074	116.132	121.800	123.135	131.958	144.531
Pará	91.851	102.574	103.698	92.021	110.557	107.663	112.676	113.744	122.322	134.840
Cametá - microrregião	73.136	80.573	80.765	60.884	67.431	61.303	75.642	71.082	77.581	83.844
Abaetetuba	6.000	7.000	8.000	8.500	8.300	8.200	8.500	9.000	10.000	10.300
Baião	843	1.112	1.201	1.141	1.084	922	848	805	830	788
Cametá	33.000	35.000	30.000	20.000	22.475	19.220	34.987	30.000	30.200	30.200
Igarapé-Miri	5.200	8.000	9.000	9.200	9.150	9.100	9.000	9.800	9.000	8.900
Limoeiro do Ajuru	22.854	23.252	25.872	15.872	18.625	16.763	15.254	14.491	18.463	19.386
Mocajuba	4.804	5.764	6.225	5.727	5.441	4.625	4.209	3.998	4.158	3.950
Oeiras do Pará	436	445	467	443	2.356	2.474	2.845	2.987	4.931	10.320

FONTE: IBGE-PEVS e LSPA
 ORG: Rosivanderson Baia Corrêa

Podemos perceber na tabela 1 que houve um crescimento significativo da produção em cada uma das escalas demonstradas no período analisado entre 1994 e 2003. A nível de Brasil a produção vai de 98.857 toneladas em 1994 para 144.531 em 2003. Um aumento de 45.674, representando 31% nesse período.

No que diz respeito ao estado do Pará a produção foi de 91.851 toneladas em 1994 para 134.840 toneladas em 2003. Havendo portanto um aumento de 42.989 toneladas, representando um crescimento de 31% no período.

Importante destacar a concentração da produção no estado do Pará, observamos que das 144.531 toneladas de açaí produzidas no Brasil em 2003 134.840 toneladas foram no estado do Pará, o que representa 93,29% de todo o açaí produzido em território nacional.

Em relação aos municípios estudados que compõe a Microrregião Cametá houve um crescimento bastante significativo no caso de Oeiras do Pará indo de 436 toneladas em 1994 para 10320 toneladas em 2013 um aumento de 23 vezes no período o que pode ser explicado por uma incorporação maior desse município ao mercado consumidor externo Igarapé-Miri a produção quase que duplica nesse período. Cametá houve um aumento mas no que diz respeito ao ano de 2013 ocorreu um leve decréscimo. No geral houve crescimento da produção na Microrregião Cametá.

Esse aumento começa a se dá em função de uma pressão do mercado externo pela polpa de açaí, momento em que vai se intensificando o consumo do açaí fora da Amazônia, começa a entrar na moda e ocorre o manejo de novas áreas e a intensificação das áreas já existentes, a dedicação no trabalho dos açaizais vai se tornando maior.

Além dos municípios estudados também tem expressiva produção de açaí na Microrregião os municípios de Abaetetuba e Limoeiro do Ajurú. Já os municípios de Baião e Mocajuba tem uma produção bem menos expressiva, tendo inclusive problemas de abastecimento desse fruto importando para suprir as demandas de açaí dos municípios de Cametá e Igarapé-Miri.

Tabela 2 - Quantidade de açaí extraída entre 2004 a 2014 no Brasil, no Pará e na Microrregião de Cametá - Em Toneladas

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Brasil	101.041	104.874	101.341	108.033	120.890	115.947	124.421	215.381	199.116	202.216	198.149
Pará	90.512	92.088	88.547	93.783	107.028	101.375	106.562	109.345	110.937	111.073	109.759
Cametá- MICRORREGIÃO	38.320	38.996	37.958	38.030	39.012	40.259	41.475	43.048	47.609	49.995	50.855
Abaetetuba	10.500	900	900	800	770	730	680	650	500	350	285
Baião	725	544	455	412	433	454	477	501	510	545	770
Cametá ¹⁶	44.000	67.000	67.000	67.000	40.544	40.544	40.544	40.544	40.544	40.544	100.800
Igarapé-Miri	8.500	8.000	7.495	7.000	6.500	6.200	5.800	5.600	5.500	5.300	4.700
Limoeiro do Ajuru	10.000	17.520	16.644	17.476	18.350	19.267	20.231	21.242	25.000	26.250	26.500
Mocajuba	3.595	5.033	5.133	4.646	4.878	5.122	5.378	5.700	6.099	6.550	6.600
Oeiras do Pará	5.000	7.000	7.330	7.697	8.081	8.485	8.909	9.355	10.000	11.000	12.000

FONTE: IBGE-PEVS e LSPA

ORG: Rosivanderson Baia

¹⁶ Os dados referentes ao município de Cametá no período de 2004 a 2014 referem-se a produção agrícola e não mais extrativa.

Na tabela 2 podemos verificar o período compreendido entre 2004 a 2014. E temos um aumento da produção extrativa a nível nacional de 101.041 toneladas para 198.149 toneladas em 2014, que somadas a produção do município de Cametá que optamos por não somar na tabela ao valor da produção extrativa, pois nesse caso teríamos que somar o dado de outros municípios considerados como manejo agrícola ou plantio em terra firme.

Tivemos um leve aumento da produção extrativa paraense de 90.512 toneladas em 2004 para 109.759 toneladas em 2014. Que se acrescidos da produção do município de Cametá teríamos 210559 toneladas no estado do Pará.

Observamos que há um aumento desproporcional no que diz respeito ao município de Cametá do ano de 2013 para 2014, saltando de 40.544 toneladas para 100.800 toneladas, portanto mais que o dobro de um ano para o outro. Pelo fato dessa metodologia basear em estimativas e não em coleta direta dos dados pode ocorrer uma margem de equívoco.

Tabela 3 - Valor da produção de açaí extraída entre 1994 e 2003 no Brasil, no Pará e na Microrregião de Cametá - em Reais

	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Brasil/Valor	46.312.000	35.075.000	51.801.00	35.690.00	48.685.000	54.127.000	59.303.000	66.845.000	82.899.000	70.582.000
valor/tonelada	468,47	322,02	464,84	356,14	408,86	466,08	486,89	542,86	628,22	488,35
Pará/valor	44.143.000	32.718.000	48.716.000	32.285.000	45.579.000	50.909.000	56.265.000	63.582.000	78.540.000	65.668.000
valor/tonelada	480,59	318,97	469,79	350,84	412,27	472,86	499,35	558,99	642,08	487,01
Cametá - microrregião/valor	37.352.000	25.370.000	39.909.000	25.438.000	34.253.000	35.607.000	42.620.000	48.373.000	58.239.000	41.239.000
valor/tonelada	510,72	314,87	494,14	417,81	507,97	580,84	563,44	680,52	750,69	491,85
Cametá/valor	15.510.000	10.500.000	15.000.000	10.000.000	13.485.000	13.454.000	20.992.000	21.900.000	25.670.000	20.838.000
valor/tonelada	470,00	300,00	500,00	500,00	600,00	700,00	599,99	730,00	850,00	690,00
Igarapé-Miri/valor	2.080.000	2.400.000	2.250.000	1.840.000	3.020.000	3.822.000	2.700.000	2.940.000	1.440.000	2.670.000
valor/tonelada	400,00	300,00	250,00	200,00	330,05	420,00	300,00	300,00	160,00	300,00
Oeiras /Valor	262.000	133.000	280.000	266.000	1.414.000	1.484.000	1.991.000	2.987.000	5.177.000	2.167.000
valor/tonelada	600,92	298,88	599,57	600,45	600,17	599,84	699,82	1.000,00	1.049,89	209,98

FONTE: IBGE-PEVS e LSPA

ORG: Rosivanderson Baia

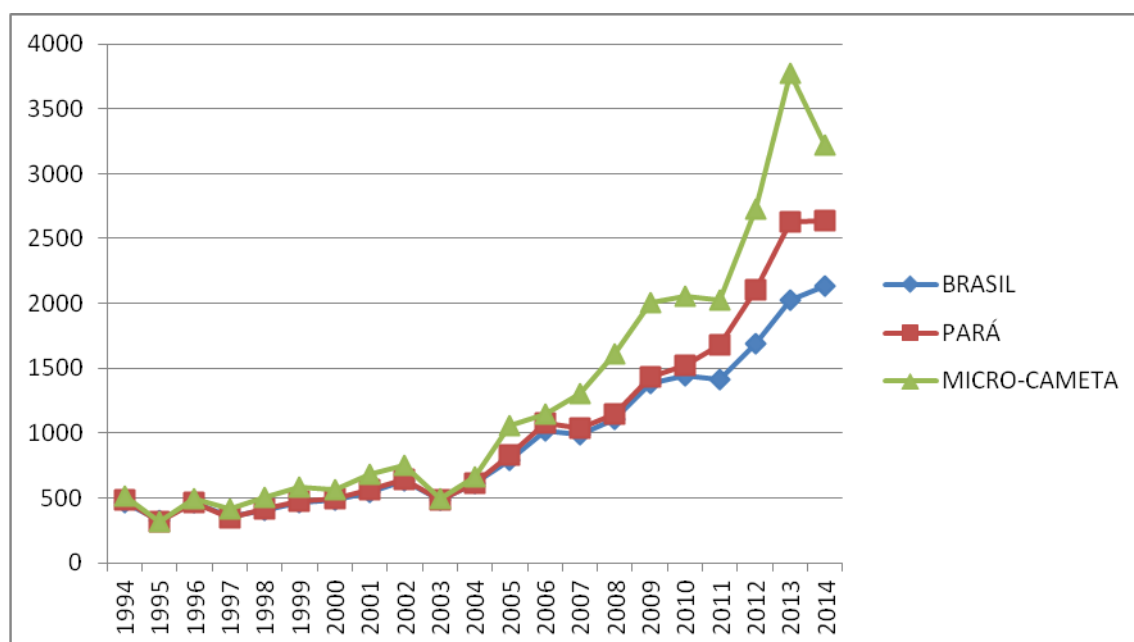
Tabela 4 - Valor da produção de açaí extraída entre 2004 e 2014 no Brasil, no Pará e na Microrregião de Cametá - Em Reais

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Brasil/VALOR	61.905.000	83.220.000	103.215.000	106.664.000	133.746.000	160.528.000	179.378.000	304.566.000	336.234.000	409.698.000	422.064.000
VALOR/Tonelada	612,67	793,52	1.018,49	987,33	1.106,34	1.384,49	1.441,70	1.414,08	1.688,63	2.026,04	2.130,03
Pará/VALOR	55.792.000	76.032.000	95.140.000	96.952.000	122.638.000	145.384.000	161.826.000	183.163.000	233.307.000	291.991.000	289.485.000
VALOR/Tonelada	616,40	825,65	1.074,46	1.033,79	1.145,85	1.434,12	1.518,61	1.675,09	2.103,06	2.628,82	2.637,46
Cametá- Microrregião /valor	25.447.000	41.418.000	43.390.000	49.505.000	63.032.000	80.772.000	85.400.000	87.296.000	130.005.000	188.539.000	163.955.000
VALOR/Tonelada	664,07	1.062,11	1.143,11	1.301,74	1.615,71	2.006,31	2.059,07	2.027,88	2.730,68	3.771,16	3.223,97
Igarapé-Miri/valor	2.805.000	7.440.000	6.970.000	7.840.000	9.750.000	10.540.000	11.600.000	12.880.000	19.250.000	20.670.000	22.090.000
VALOR/Tonelada	330,00	930,00	930,00	1.120,00	1.500,00	1.700,00	2.000,00	2.300,00	3.500,00	3.900,00	4.700,00
Oeiras/VALOR	4.550.000	5.740.000	7.550.000	11.545.000	16.163.000	16.970.000	17.819.000	18.710.000	28.000.000	41.250.000	36.000.000
VALOR/Tonelada	910,00	820,00	1.030,01	1.499,94	2.000,12	2.000,00	2.000,11	2.000,00	2.800,00	3.750,00	3.000,00

FONTE: IBGE-PEVS e LSPA
ORG: Rosivanderson Baia

Apresentamos resumidamente no Gráfico 4, o processo de evolução do preço do açaí, sofrendo leves quedas como no ano de 2003. Analisando o percurso total na escala nacional temos uma variação de R\$ 468,47 no ano de 1994 para R\$ 2.130,03, portanto uma elevação de mais de quatro vezes no valor considerando apenas os valores nominais sem considerar a inflação no período. Se considerarmos a escala para o estado do Pará temos uma variação de R\$ 480,59 no ano de 1994 para R\$ 2.637,46 no ano de 2014, sendo uma evolução de mais de cinco vezes. E considerando a escala da Microrregião de Cametá temos uma variação de R\$ 510,72 no ano de 1994 para R\$ 3.223,97 no ano de 2014, apresentando, portanto, uma evolução de mais de seis vezes, em termos nominais, sendo que os valores não foram deflacionados.

Gráfico 5 - Evolução do valor da tonelada de açaí por ano: escala Brasil-Pará e Microrregião Cametá (Em reais)



FONTE: IBGE-PEVS

ORG: Rosivanderson Baia

Com base nos dados que obtivemos é possível afirmar que temos um cenário de bastante otimismo para a região com a evolução do preço, mas no

que diz respeito ao preço local na safra no ano de 2015 não foi muito favorável aos produtores. Registramos em pesquisa de campo que o preço do cesto de açaí não passou de R\$ 20,00 nos três municípios estudados. Outro problema tem sido a oferta excessiva do produto no período da safra, em função da ampliação cada vez maior dos açaizais.

3.4 – PRINCIPAIS AGROINDÚSTRIAS DE PROCESSAMENTO NA REGIÃO E SUA RELAÇÃO COM O MERCADO EXTERNO

As agroindústrias de processamento de polpa de açaí têm desempenhado um papel relevante na interface da produção com a grande indústria de alimentos e estabelecimentos especializados no ramo. É a agroindústria que faz o primeiro beneficiamento do açaí *in natura* transformando-o em polpa, para que ele possa ser congelado em câmeras frigoríficas e vendido para as empresas especializadas, as quais se localizam, em sua maioria, fora do estado do Pará.

Na Microrregião de Cametá as agroindústrias de processamento estão concentradas no município de Igarapé-Miri, no momento da pesquisa de campo, em 2015, estavam em funcionamento seis plantas, sendo duas inauguradas em setembro de 2015, quando estávamos realizando a pesquisa de campo.

Conseguimos entrevistar o senhor Edilson Melo, conhecido popularmente como Preto do Açaí, que é responsável por duas das empresas, sendo proprietário de uma delas e gerente da outra.

O entrevistado trabalha com duas marcas de açaí que é como o açaí é vendido recebendo o seu rótulo, sendo as marcas Maria Helena e Sabor do Açaí, as quais são beneficiadas nas duas agroindústrias. Segundo ele, a planta de número um da agroindústria Dário Pantoja Comércio LTDA. (DAPANCOL) tem uma capacidade diária de quinze toneladas de processamento de açaí em caroço e a planta de número dois tem uma capacidade de trinta toneladas de

açaí em caroço diariamente, o que equivale a mil e seiscentos a duas mil latas diárias. No período da entressafra o processamento é reduzido em cerca de 50% por causa da falta de matéria-prima.

O caroço de açaí depois de retirada a polpa, que representa algo em torno de 15% do caroço, não gera recursos para a empresa, atualmente é doado para empresas do ramo da olaria que usam como carvão para seus fornos, para quem trabalha com transformação em ração, e para transformação em adubo orgânico. Mas a ideia é que futuramente ele possa ser vendido para gerar recursos para a empresa.

O açaí que é processado pela empresa provem de vários municípios, inclusive de fora da região Tocantina, mas seus principais fornecedores de matéria-prima são os municípios de Abaetetuba, Acará, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri e Moju. Na safra do ano de 2015 a basqueta era comprada por R\$ 48,00 (quarenta e oito reais), sendo que em uma basqueta cabem duas cestas de açaí e uma cesta cabe algo em torno de 15 kg, ou seja, saindo o cesto por R\$ 24,00 (vinte e quatro reais) para a agroindústria.

A segunda planta do responsável entrevistado, chamada sabor do açaí, foi inaugurada em setembro de 2015 e os dados foram disponibilizados para a nossa pesquisa, bem como a tipologia de açaí quanto a textura que a mesma processa para a comercialização, a classificação utilizada está apresentada na tabela 3:

Tabela 5 - Classificação do açaí quanto a nomenclatura/ textura e preço vendido.

Ord.	Classificação	Percentual sólido	Preço em R\$
1	Popular	8%	4,80
2	Médio	13%	6,50
3	Grosso	15%	12,00

Fonte: Entrevista empresa sabor do açaí - Pesquisa de Campo 2014-2016

O açaí processado não é vendido localmente, segundo informações do entrevistado não seria vantajoso para a empresa vender litros individualmente, mesmo porque o açaí congelado não tem muita aceitação no mercado local, os consumidores locais preferem o açaí batido na hora e tomado antes de congelar, o que prevalece nesse ramo são as bateadeiras locais e as bateadeiras domésticas que são muito comuns. Desta forma o açaí processado pela empresa já tem destino certo. A agroindústria atua no ramo de polpa para mix e sorvete, e seus principais clientes são do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Florianópolis e Goiânia.

As informações fornecidas pela empresa sobre a produção foram referentes ao período de setembro (data da inauguração da empresa) a dezembro de 2015 e servem para ter uma noção da capacidade de processamento da empresa e representam o resultado do açaí despulpado, conforme explicitamos na tabela 6:

Tabela 6 - açaí despulpado empresa Sabor do açaí ano 2015

Produção (2º semestre de 2015)			
MESES	PERÍODO	AÇAÍ POPULAR – Kg.	AÇAÍ MÉDIO Kg.
Setembro	(26-30)	31.728	536
Outubro	(01-31)	199.557	81.628
Novembro	(03-27)	247.657	42.786
Dezembro	(03-30)	90.410	81.912
Total		569.352	206.862

FONTE: Gerência de produção da empresa sabor do açaí.

Esses dados nos permitem afirmar que a agroindústria possui uma alta capacidade de processamento. Nos meses de maior produção são processados em torno de 10 toneladas de polpas diariamente. Observamos também que o açaí do tipo grosso não foi produzido, isso porque, depende da encomenda do cliente, e nesse período não houve encomenda de açaí do tipo grosso.

As observações *in locu* nos permitiram constatar que a empresa possui alto grau de mecanização em todas as suas fases e primando por um padrão de qualidade para atender seus clientes. Desde a fase denominada branqueamento do açaí, na qual ele é submergido em uma solução de água com cloro e depois submergido em água em alta temperatura para que ocorra o amolecimento da polpa. Depois ele é colocado na máquina despolpadeira que recebe direto dos grandes filtros a água na quantidade de certa, saindo a polpa direto para a máquina empacotadeira, o caroço segue por túneis mecanizados e é jogado em ambiente externo, a polpa já em pacotes de um kg segue para a câmara frigorífica, onde é congelada para ser entregue aos clientes. A agroindústria emprega durante o período da safra do açaí vinte funcionários.

Nas demais empresas fizemos apenas o registro fotográfico durante o trabalho de campo, não tendo sido possível o acesso bem como entrevista com gerência, por conta de estarem muito ocupados no período das

Verifica-se na Figura 21 apenas vista panorâmica da agroindústria açaí Miriense:

Figura 21 - Vista panorâmica da empresa Açaí Miriense:



Autor: Henrique Nascimento, dezembro de 2015.

Quando visitamos a empresa Açaí Miriense o gerente nos recebeu, mas não foi possível fazer a entrevista, apenas nos adiantou que a empresa tinha inaugurado recentemente e que ainda estava em fase de teste necessitando alguns ajustes, assim que fosse possível ele nos receberia para entrevista. Pudemos observar que a empresa tem o financiamento do Banco da Amazônia (BASA) através do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO). A seguir apresentada a Figura 22, nas quais são mostradas outras agroindústrias:

Figura 22 -Vista da Empresa Açaí Vitanat



Autor: Henrique Nascimento, dezembro de 2015.

Realizamos visita também a esta empresa, o funcionário que nos recebeu autorizou as imagens externas, e não conseguimos agendar a entrevista com o gerente. Na figura 22 é apresentada a Agroindústria DAPANCOL onde fomos recebidos e as informações fornecidas por um dos responsáveis, o senhor Edilson, conforme já enfatizado anteriormente:

Figura 23 - Vista da empresa DAPANCOL



Autor: Henrique Nascimento, dezembro de 2015.

Dessa forma é possível afirmar que o processamento da polpa de açaí se constitui numa atividade recente com algumas empresas tendo sido inauguradas no ano de 2015, parece ser uma atividade promissora podendo ainda contribuir com a economia do município, apesar de não gerar muitos empregos diretos. Demonstrando um novo circuito espacial da produção, um novo momento da divisão territorial do trabalho, pois antes esse processamento era feito apenas por empresas de fora da região, como a Cooperativa Agrícola Mista de Tomé Açú (CAMTA) e pelas empresas localizadas na Região Metropolitana de Belém. E essas empresas de despulpamento de açaí ainda continuam comprando o açaí da Microrregião Cametá.

Isso pode representar um novo momento, até mesmo com empresas mais especializadas agregando mais valor ao produto. Se além da agroindústria de processamento fossem instaladas empresas de fabricação de sorvete de açaí, de Mix e outros produtos certamente haveria a ampliação do nível de agregação de valor ao açaí que se constitui numa matéria-prima abundante na região.

3.5- PRODUÇÃO DE PALMITO

Não somente a produção do açaí em fruto é importante para a região, mas a produção do palmito de açaí também se apresenta com destaque, não que hoje os produtores de açaí pratiquem a retirada em série, como ocorreu nas décadas de 1970 e 1980, mas o manejo dos açaizais implica na retirada das árvores com baixa produtividade e daquelas em excesso nas touceiras de açaí, propiciando a extração de palmito.

Assim, como o açaí fruto assume um papel de destaque da produção na região, o palmito de açaí também apresenta-se com destaque na produção nacional. Na Tabela 7, apresentamos um *ranking* comparativo dos principais produtores de palmito, comparando a escala Nacional, Estadual e as Microrregiões paraenses.

Tabela 7 - Ranking dos maiores produtores de palmito do Brasil-2014

ORD	PRODUTORES DE PALMITO	PRODUÇÃO EM TONELADAS
	Brasil	4.729
	Pará	4.117
1.	Cametá –	1.785
2.	Furos de Breves –	1.165
3.	Arari –	895
4.	Belém –	122
5.	Portel –	98

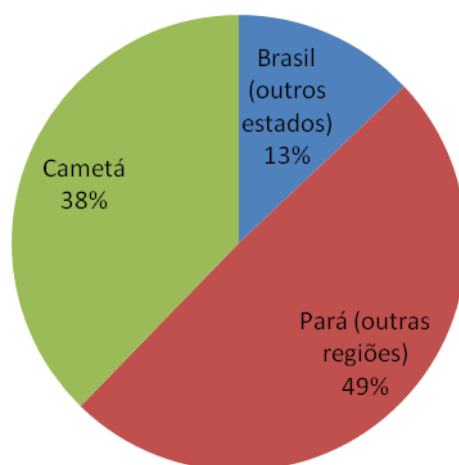
Fonte: IBGE

ORG: Rosivanderson Baia

Temos, desta forma, uma alta concentração do palmito de açaí no estado Pará, em especial nas Regiões de Cametá e Furos de Breves, o que pode ser explicado também pela quantidade de açaí produzida. Vamos estratificar separando as escalas para obter o percentual, separando em

Escala nacional (Brasil), Estadual (Pará) e microrregional (Cametá), conforme apresentado no Gráfico 5

Gráfico 5 - Comparativo da produção de palmito: Brasil, Pará e Microrregião Cametá



Fonte: IBGE

ORG: Rosivanderson Baia Corrêa

O gráfico 5 mostra que há uma concentração da produção do palmito no Estado do Pará, em especial na Microrregião Geográfica de Cametá. Ficando desta forma o restante do Brasil com 13% da produção, as outras regiões do Pará com 49% da produção e a Microrregião de Cametá com 38%. Isso significa que existe um potencial para o desenvolvimento, não apenas no que diz respeito ao açaí (fruto), mas, também, no que diz respeito ao palmito de açaí.

No processo produtivo de organização dos açais chamados de manejo sempre haverá palmito para a venda, o que não necessita que o produtor, como fizeram na década de 1980 e se estendendo pela década de 1990, devastando grandes áreas de açais para apenas retirar o palmito. Trazendo grandes impactos ambientais para o ecossistema de várzea, sociais e econômicos pela falta do açaí fruto durante os anos vindouros.

O conhecimento acumulado, o saber-fazer sobre o manejo dos açazais já permite que o produtor retire determinada quantidade de palmito sem que isso provoque perda alguma e ainda melhore a produtividades, ou seja, o mesmo retira apenas estipes improdutivos de uma touceira, deixando entre três e cinco árvores por touceira, sendo que a qual é retirada é a menos produtiva, causando o melhoramento da produção nas outras árvores e assim vai praticando a retirada de forma seletiva, de partes em partes, o que melhora o crescimento das outras árvores, trazendo benefícios para o açazal, uma vez que a penetração da luz é fundamental para a espécie.

CONSIDERAÇÕES DO CAPÍTULO

O objetivo principal deste capítulo foi analisar o circuito espacial da produção do açaí na microrregião Cametá, obviamente que não dá para falar apenas da região em si, pois ela está em permanente relação com o mundo, com a totalidade. Apresentamos os dados oficiais disponibilizados e os dados da pesquisa de campo realizada nas agroindústrias de processamento de polpa de açaí.

Podemos afirmar que o açaí se apresenta com um grande potencial para o desenvolvimento da Microrregião, sendo necessário que os produtores se organizem para agregar valor ao produto que é bastante abundante na região, além de aproveitar as outras potencialidades de outros produtos, como a pesca, o cacau, o buriti e não apenas se limitar ao ciclo vicioso de entregar a produção de forma bruta para atravessadores e agroindústrias.

CAPÍTULO IV – A TERRITORIALIDADE DAS COMUNIDADES PRODUTORAS DE AÇAÍ E AS CONTRADIÇÕES DO PROCESSO PRODUTIVO

O objetivo deste capítulo é caracterizar a palmeira açaí, enfocando sua principal utilização, em seguida analisar os dados colhidos em campo sobre a situação atual da produção de açaí nas comunidades ribeirinhas da região tocantina, nos municípios estudados (Cametá, Igarapé-Miri e Oeiras do Pará).

4.1. CARACTERIZAÇÃO DA PALMEIRA AÇAÍ

O açazeiro, *Euterpe oleracea* C. Martius, é uma palmeira típica em toda a bacia amazônica, sendo encontrada em maior abundância em sua parte oriental, no estuário do rio Amazonas (CORRÊA, 1926). São destacadas cerca de 30 espécies do gênero *Euterpe* nas Américas Central e do Sul (MOORE, 1973).

Sendo uma palmeira de clima tropical, ela se desenvolve bem em temperatura média mensal de 18° e um índice pluviométrico a 2300 mm anuais, mas com período seco definido, quente e com bom teor de umidade e condições consideradas ótimas para o bom desenvolvimento da palmeira e dos frutos para que se possa obter um “vinho” de melhor qualidade. Se desenvolve bem em vários tipos de solo, sendo encontrada em área de terras firmes, várzea e igapó com bom teor de matéria orgânica e com pH entre 4,5 a 6,5. Melhor adaptada em solo de várzea e igapó (CALZAVARA, 1987).

O caule do açazeiro é descrito por Rogez (2000, p. 53) como um “estipe liso, delgado geralmente reto, de cor cinza claro e altura média de 10 a 15 metros, mas podendo atingir 35 metros, com um diâmetro de 12 a 18 cm na idade adulta”. Desta forma exigem o dispêndio de um grande esforço físico para escalada nas árvores para a retirada dos cachos com frutos.

As folhas¹⁷ são “constituídas de um capitel de 9-15 folhas, com um pelícolo de 20 a 40 cm e um comprimento total de 2 a 3,5 m, possui 50 a 80 segmentos de folíolos

4.2 SÍNTESE DOS DADOS E ANÁLISE DA PESQUISA DE CAMPO

A **pesquisa de campo** foi realizada nos municípios de Cametá, Igarapé-Miri e Oeiras do Pará, nas comunidades ribeirinhas produtoras de açaí.

Em **Igarapé-Miri** realizamos duas visitas. Na primeira identificamos que o município apresenta um diferencial, pois possui seis agroindústrias de processamento de polpa de açaí. Conseguimos ter acesso a duas e entrevistamos os dois proprietários e uma gerente de produção, que nos forneceram alguns dados de entrada e saída do produto e os principais destinos da produção em polpa.

As demais não conseguimos ter acesso haja vista problemas de agenda dos gerentes não poderem nos receber e ou permitir a visita para pelo menos o registro fotográfico da planta da fábrica.

No segundo trabalho de Campo em Igarapé-Miri visitamos as comunidades de Igarapé-Açu, Rio Moju e Riozinho que têm seu modo de vida basicamente em função da produção de Açaí e aplicamos os questionários semiestruturados que foram elaborados exclusivamente para o produtor de açaí, totalizando 30 questionários, além dos registros fotográficos neste município.

Em **Oeiras do Pará** fizemos três visitas: a primeira na comunidade denominada Urubuna, onde visitamos vários produtores de açaí, tendo sido possível fazer três entrevistas, além da visita aos açaizais e registros fotográficos dos produtores; a Segunda visita foi realizada na comunidade Furo de Oeiras onde visitamos vários produtores tendo sido possível realizar

¹⁷ Na região tocantina chama-se popularmente de palha de açaizeiro.

entrevistas, além dos registros fotográficos. E a terceira visita foi realizada nas comunidades de: Monte das Oliveiras, Melancial, Furo de Oeiras, Santo Antônio, São Miguel, Santa Clara, São Roque, Rio de Oeiras, Cacoal, sendo aplicados 30 questionários a produtores, além dos registros fotográficos neste município.

Em **Cametá** realizamos três visitas a Campo: a primeira na comunidade de Cacoal, onde realizamos visitas a produtores de açaí, tendo sido realizadas entrevistas e feito o registro fotográfico; a segunda visita de Campo se deu na Comunidade de Joroca Grande, onde nos reunimos com alguns produtores e realizamos três entrevistas, além de registros fotográficos. E a terceira na comunidade Cuxipiarí onde realizamos entrevistas e registros fotográficos. Foram aplicados 30 questionários, além dos registros fotográficos neste município.

Foram realizadas entrevistas com proprietários de agroindústrias e gerência de produção, com representante da Colônia de Pescadores e Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, Gerência do IBGE Cametá e aplicados 90 questionários semiestruturados a produtores de açaí nos três municípios pesquisados, sendo 30 questionários em cada município, a escolha dos produtores entrevistados se deu de forma aleatória conforme o acesso nas comunidades, cujos dados e informações serão analisados de forma qualitativa não permitindo generalizações apenas uma representação, conforme os itens subsequentes.

4.2.1 PROCESSO DE PRODUÇÃO DO AÇAÍ-FRUTO

No estado do Pará o açaí-fruto vem sendo produzido de duas formas: a forma tradicional pelas comunidades ribeirinhas, no geral em solos de várzea e igapós e o plantio em área de terra firme, já se configurando como plantações em larga escala. Mas o objeto de estudo aqui analisado tem como base apenas o açaí produzido pelas comunidades ribeirinhas em forma de extrativismo, agro extrativismo e manejo dos açaizais.

Esta produção está centrada principalmente numa produção de base familiar, utilizando pouca mão de obra contratada, e utilizando instrumentos

tradicionais como o terçado, paneiro¹⁸, peconha¹⁹ com um baixo grau de tecnificação. Esses instrumentos são tradicionalmente utilizados para a retirada do fruto. Destaque na figura 24 abaixo para o paneiro utilizado para colocar o açaí:

Figura 24 - Paneiro usado para colocar açaí (Cameotá), Ano de 2016



Autor: Rosivanderson Baia Corrêa, agosto de 2016.

O Paneiro sempre foi utilizado tradicionalmente para armazenar o fruto do açaí sendo tecido com talas retirados de árvores da floresta (como jacitara e urumã), mas atualmente já vem se utilizando material sintético com maior durabilidade para o tecimento mas o tradicional ainda é muito utilizado, no transporte nos caminhões ele é substituído pela basqueta. Se ambientalmente a utilização do paneiro é viável devido a fácil decomposição no ambiente, sua questão higiênica ainda é bastante duvidosa, pois os frutos ficam muito expostos, poucos fazem uma proteção folhas para proteger os frutos, mas constantemente vemos paneiros expostos e colocados no chão. Ainda é preciso tomar alguns cuidados para evitar a contaminação dos frutos

¹⁸ Objeto tecido de talas de urumã ou jacitara, utilizado para colocar o açaí para transporte.

¹⁹ Instrumento tecido da própria palha do açazeiro ou de saca de sarrapilheira, usada para escalar o açazeiro e retirada dos cachos de frutos.

no transporte. O ideal seria transportar para maiores distâncias já em forma de polpa congelada, contendo gastos com transportes e melhorando mais a questão higiênica.

Outro instrumento utilizado para a colheita dos frutos é a peconha, tecida da própria palha do açazeiro e mais recentemente utilizando sacos de fibras sintéticas. A tradicional tecida de palha tem a vantagem de ser de fácil decomposição mas aguenta poucas subidas, logo vem sendo substituída por material de maior resistência. Destacamos na figura 25 as duas formas de utilizadas.

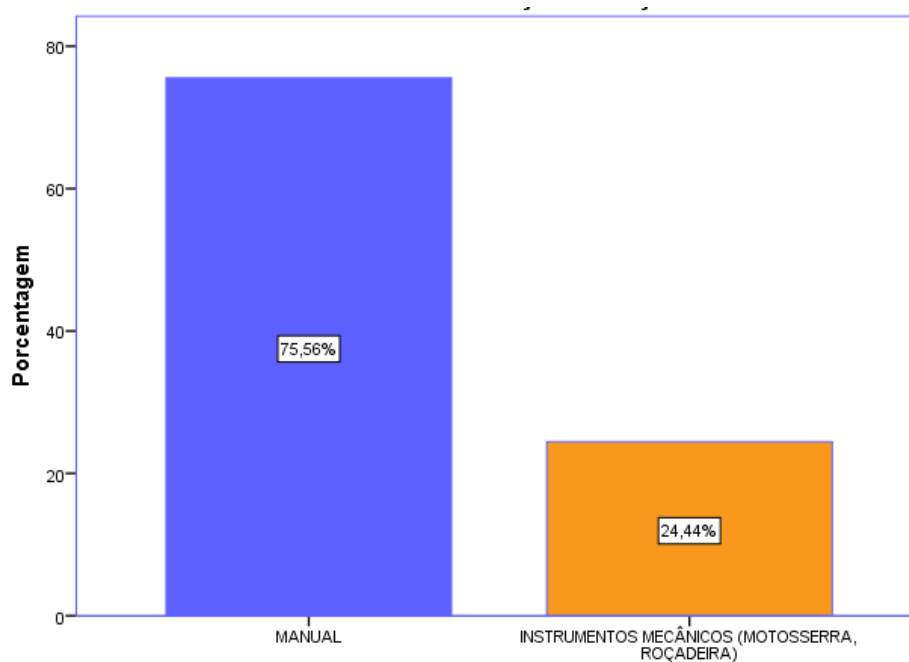
Figura 25 - Peconha utilizada para colheita do açaí, (Oeiras do Pará), Ano de 2016



Autor: Rosivanderson Baia Corrêa, outubro de 2016.

No processo produtivo nas comunidades estudadas existe uma baixa inserção de objetos técnicos mecanizados no processo produtivo tanto no preparo do açazal, quanto na retirada dos frutos do açazeiro. Conforme investigamos na pesquisa de campo e destacamos no gráfico 6.

Gráfico 6 - Utilização de objetos técnicos no processo de produção do açaí (Cametá, Igarapé-Miri e Oeiras do Pará), anos de 2014-2016



Fonte: Pesquisa de Campo, 2014-2016, Org. Rosivanderson Baia Corrêa.

Observamos no gráfico 6 que 75,56% do processo de produção do açaí-fruto dos produtores pesquisados é realizado manualmente, sendo que apenas 24,44% dos pesquisados utilizam algum tipo de instrumento diferente dos tradicionais, destacando-se os motosserras e as roçadeiras para o preparo do açaizal.

É importante observar a dificuldade de inserção de objeto mecânicos em um açaizal manejado ou nativo, haja vista a densidade do açaizal e a dificuldade em realizar isso em áreas de várzea constantemente alagadas.

A mecanização já vem sendo empregada em açaizais plantados em área de terra firme, onde é empregado um alto grau de mecanização no preparo da terra e as fileiras das touceiras do açazeiro e até mesmo na colheita, conforme enfatiza Homma *et al.*, (2009, p. 329)

No processo tradicional de colheita, um apanhador consegue coletar entre oito e doze latas por dia. Já na colheita semimecanizada, uma equipe de trabalhadores (1 trator de caçamba com 2 escaladores) consegue coletar 100 latas por dia.

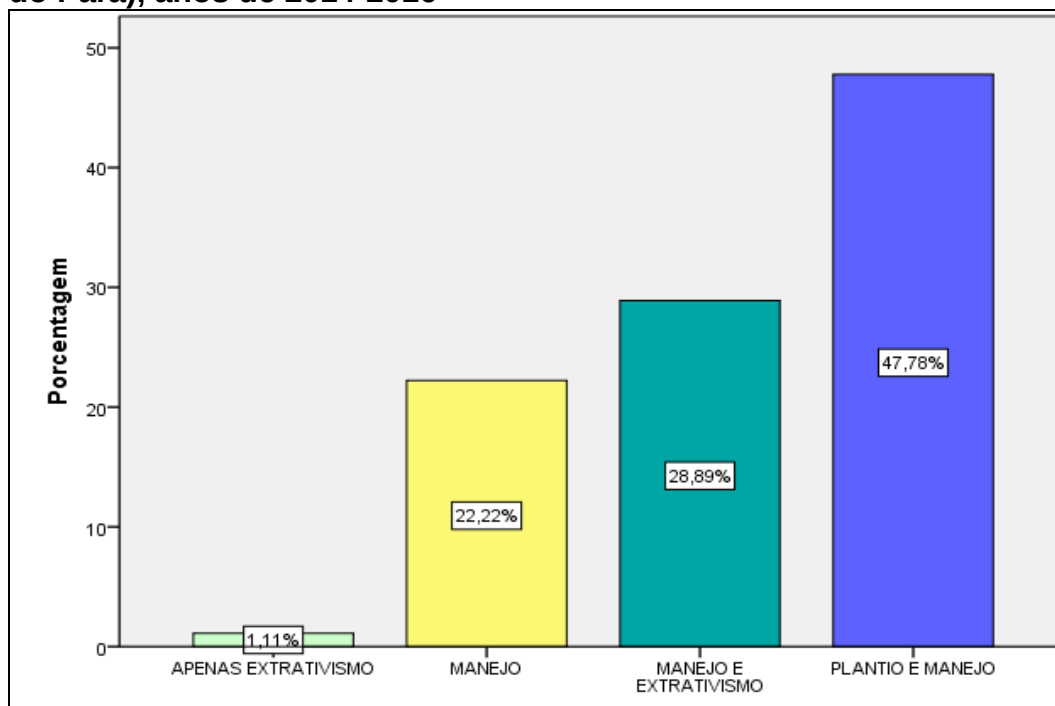
A mecanização representa uma ameaça para a produção de açaí nas comunidades tradicionais. Esse plantio já vem sendo realizado. No entanto, as propriedades organolépticas desse açaí produzido em larga escala nas áreas de terra firme são bastante questionadas pelo mercado consumidor local, talvez sirva para atender apenas o mercado externo.

Importante salientar a relevância dessa produção e a eficiência que ela é realizada mesmo não se utilizando de uma mecanização intensificada, principalmente do ponto de vista ambiental, o manejo intenso permite a conservação dos açaizeiros. Conforme já alertava Wanderley (2004):

O desenvolvimento das forças produtivas criou um novo patamar para a agricultura e o meio rural, definido pela modernização das suas atividades e pela integração socioeconômica global. No entanto, parece evidente que a imposição deste patamar não significou a implantação de uma forma social de produção única e homogeneizada, representada pelo modelo empresarial e do tipo industrial. Se estamos, hoje, discutindo o significado da agricultura familiar neste novo contexto da integração da agricultura e do meio rural é porque esta outra forma social de produção ocupa um lugar importante no cenário atual da economia e da sociedade brasileira (WANDERLEY, 2004, p. 43).

Importante destacar que os açaizais vêm sendo constantemente manejados, ou seja o trato cultural com a retirada das árvores mais altas, bem como outras espécies que atrapalhem na incidência de iluminação para a palmeira. Os produtores que atualmente utilizam apenas o extrativismo de forma tradicional são poucos. Dentre os produtores pesquisados apenas 1,11% realiza apenas a extração, como se observa no gráfico 7:

Gráfico 7 - Modalidade de produção do açaí (Cametá, Igarapé-Miri e Oeiras do Pará), anos de 2014-2016



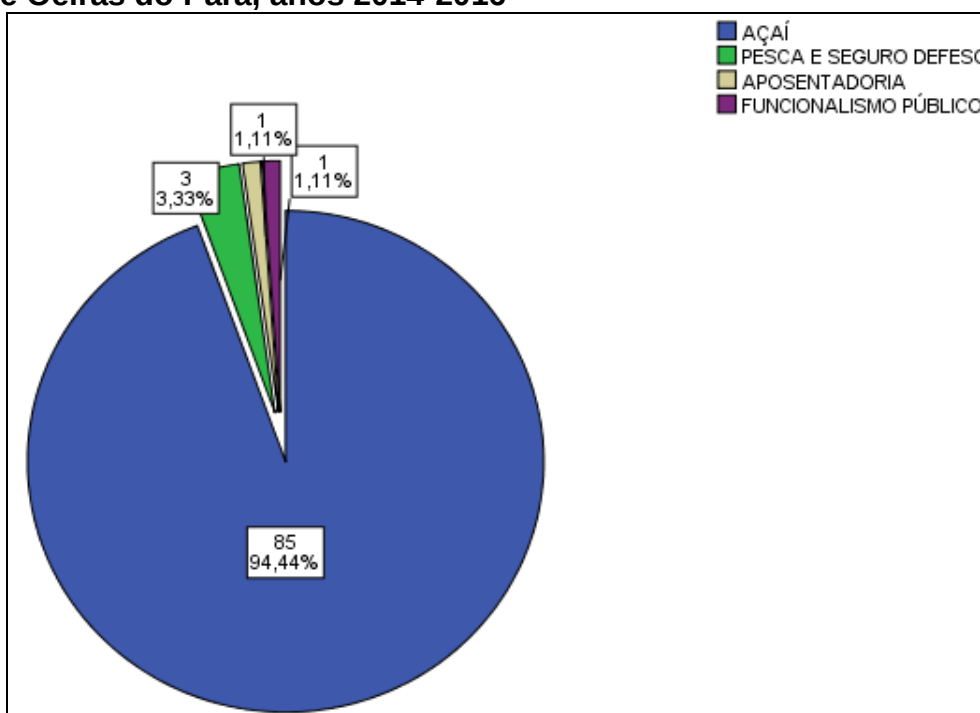
Fonte: Pesquisa de Campo, 2014-2016, Org. Rosivanderson Baia Corrêa.

O plantio e o manejo são realizados por 47,78% dos produtores pesquisados, ou seja, além de fazer a organização do açaizal desbastando as touceiras, também são retiradas as árvores concorrentes para que o estive se desenvolva. A extração com manejo é realizada por 28,89% dos produtores pesquisados. Tais produtores normalmente mesclam o manejo preparando algumas áreas, mas possuem áreas nas quais ainda fazem somente o extrativismo, principalmente em virtude da falta de recursos financeiros e de mão de obra. Dentre os produtores pesquisados, 22,22% praticam apenas o manejo.

4.2.2 ASPECTOS SÓCIO ECONÔMICO, ATIVIDADES PRODUTIVAS E FONTE DE RENDA DAS COMUNIDADES

As comunidades ribeirinhas pesquisadas que produzem açaí em áreas de várzea possuem um modo de vida complexo, não desenvolvendo por vezes apenas uma atividade produtiva. No entanto, a maioria tem como sua principal fonte de sobrevivência o cultivo do açaí. Conforme demonstramos no gráfico 8.

Gráfico 8 - Principal fonte de renda nos municípios de Cametá, Igarapé-Miri e Oeiras do Pará, anos 2014-2016



Fonte: Pesquisa de Campo, 2014-2016, Org. Rosivanderson Baia Corrêa.

Dentre os produtores pesquisados 94,44% têm como principal fonte de renda o açaí, 3,33% tem como principal meio de sobrevivência a pesca e o recebimento do seguro defeso, 1,11% a aposentadoria e 1,11% é funcionário público. Reafirmando, portanto, a importância da atividade produtiva do açaí para essas comunidades.

As outras atividades econômicas têm importância secundária, mas não se pode perder de vista o caráter sazonal do açaí, mesmo hoje com um intenso manejo dos açaizais sua safra dura basicamente de julho a dezembro na microrregião Cametá, com exceção de poucas áreas de manejo diferenciado

nas quais os produtores conseguem alterar essa safra para outro período, o que lhes garante uma renda maior haja vista o alto preço do produto na entressafra. Na tabela 8 são apresentadas outras fontes de renda indicadas pelos produtores de açaí pesquisados.

Tabela 8 - Principais atividades produtivas e fontes de renda paralelas dos produtores de açaí pesquisados em Cametá, Igarapé-Miri e Oeiras do Pará

Ord.	ATIVIDADES	Nº	% absoluta	porcentagem de casos
1.	AÇAÍ	90	34,4%	100%
2.	PESCA ARTESANAL	48	18,3%	53,3%
3.	BOLSA FAMÍLIA	29	11,1%	32,2%
4.	PESCA E SEGURO DEFESO	25	9,5%	27,8%
5.	EXTRAÇÃO DE BURITI	17	6,5%	18,9%
6.	CULTIVO DE CACAU	9	3,4%	10,0%
7.	APOSENTADORIA	9	3,4%	10,0%
8.	FUNCIONALISMO PÚBLICO	9	3,4%	10,0%
9.	COMÉRCIO	7	2,7%	7,8%
10.	EXTRAÇÃO DE MADEIRA	7	2,7%	7,8%
11.	ARTESANATO	4	1,5%	4,4%
12.	ROÇA DE MANDIOCA	3	1,1%	3,3%
13.	TRANSPORTE DE PESSOAS E MERCADORIAS	2	0,8%	2,2%
14.	SERRARIA	2	0,8%	2,2%
15.	PINTOR/DESENHISTA	1	0,4%	1,1%
TOTAL		262	100%	291,1%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014-2016, Org. Rosivanderson Baia Corrêa.

De acordo com as atividades relatadas pelos entrevistados fomos cadastrando as atividades algumas de importância econômica bastante significativa, outras nem tanto. Decidimos por manter a aposentadoria e a bolsa família devido a frequência com que apareceu: o Bolsa família pelo número acentuado e aposentadoria por que mesmo aposentado os agricultores continuam praticando o cultivo do açaí. Não que entendemos que essas sejam atividades produtivas, mas por entender que contribuem para a somatória da renda familiar.

Na tabela registramos duas colunas de porcentagem a primeira refere-se ao número total da somatória das atividades, sendo 262 no total, uma vez que cada entrevistado relatou mais de uma atividade desenvolvida, tivemos casos até de quatro atividades desenvolvidas. A segunda coluna de porcentagem refere-se ao número de entrevistados que citaram aquela atividade. Iremos analisar cada uma destas atividades.

1) Em primeiro lugar aparece como atividade principal o açaí, onde todos desenvolvem esta atividade, conforme demonstramos anteriormente e a pesca como a segunda atividade mais importante. Sendo 34,4% em relação a somatória das atividades e 100% em relação aos entrevistados. Apresentando o maior grau de importância dentre todas as variáveis analisadas.

2) Em segundo lugar apareceu a pesca artesanal, optamos por diferenciar a pesca artesanal da pesca com seguro defeso, pois a diferença básica é que a pesca artesanal é praticada para a sobrevivência e sustento da família não havendo venda do produto. Aqueles que praticam a pesca como profissão e utilizamos a nomenclatura pesca com seguro defeso para diferenciar, que tem filiação a colônia de pescadores, alguns utilizam redes maiores para pesca em uma quantidade maior para poder vender o excedente da produção. Sendo que 53,3% praticam a pesca artesanal para sua subsistência, o que inclui o marisco do camarão.

3) Em terceiro lugar apareceu o bolsa família, o auxílio fornecido pelo governo federal às famílias de baixa renda com 32,2% do total recebendo, quase 1/3 das famílias pesquisadas, o que demonstra a importância desse

programa em áreas ribeirinhas em tempos de entressafra do açaí e escassez de peixe.

4) Em quarto lugar temos a pesca com seguro defeso, que são aqueles que tem filiação a colônia de pescadores que durante o período de defeso de quatro meses na região recebem um salário por mês para garantir sua sobrevivência e fazem da pesca como profissão também, vendendo o excedente da produção, nessa atividade temos 27,8% dos entrevistados que se somados a pesca artesanal teremos um total de 81,1% dos entrevistados que estão envolvidos com a pesca de uma forma ou de outra, o que a torna uma atividade bastante significativa para essas comunidades.

Essa é uma atividade que merece bastante destaque é o recebimento do seguro defeso, além dos quatro salários pago aos pescadores no período em que a pesca está fechada na reprodução dos peixes na região (piracema) , compreendendo o período de novembro a fevereiro, recebendo o pescador um salário mínimo a cada mês que ele encontra-se legalmente impedido de pescar.

Isso tem permitido a essas comunidades melhores condições econômicas, a aquisição de objetos que melhoram as suas condições de existência. Apesar dos problemas que o seguro defeso tem enfrentado ultimamente, devido a má gestão por parte dos órgãos responsáveis, ao cadastrarem pessoas que vivem no espaço urbano e não exercem tal atividade, isso faz com que ideologias conservadoras e reacionárias discriminem os pescadores que realmente tem essa atividade como forma de sobrevivência. No final do ano de 2015 ocorreu a suspensão em vários municípios por irregularidades no processo de concessão do seguro defeso.

5) Em seguida aparece a extração do buriti (*Mauritia flexuosa*) com 18,9% dos entrevistados praticando tal atividade, no entanto o buriti ocorre em meio ao açail, muito utilizado no controle de iluminação já que é uma palmeira mais alta que o açazeiro. Os pesquisados juntam os frutos bastante consumidos com farinha de mandioca e mingau e poucos comercializam, grande parte da produção não tem aproveitamento

econômico, um potencial a ser aproveitado, já que a região é propícia para tal palmeira.

- 6) Outra atividade destacada é o cultivo do cacau (*Theobroma cacao*), com 10% dos pesquisados praticando esta atividade e tendo contribuição para a somatória de sua renda, o cacauzeiro também é plantado junto ao açaizal formando sistemas agroflorestais – SAF’S. Algumas propriedades, no entanto não são propícias para tal cultura, mas, da mesma forma que o buriti, a região possui potencial a ser explorado, evitando assim que açai se torne uma monocultura.
- 7) Como fonte de renda também apareceu a aposentadoria rural, sendo 10% dos entrevistados já são aposentados e continuam a trabalhar no cultivo do açai. Destaque que mesmo depois de aposentados essas pessoas continuam a trabalhar nessa cultura para garantir a alimentação e sobrevivência.
- 8) Outra atividade encontrada foi o funcionalismo público, 10% dos entrevistados têm vínculo com algum órgão público principalmente as prefeituras municipais, no campo da educação.
- 9) A atividade do comércio é também desenvolvida por 7,8% dos entrevistados em pequenas mercearias, o que supre necessidades imediatas da família e vizinhança ao redor.
- 10) A extração de madeira compareceu como atividade de 7,8% dos entrevistados, que praticam a retirada das árvores típicas de várzea como andirobeira (*Carapa guianensis*) e virola conhecida regionalmente como ucuúba (*Virola sebifera* Aubl), sendo que essa retirada se dá também em função do raleamento feito na vegetação. Para que o açaizal possa se desenvolver melhor, o controle de luz é fundamental e a experiência desenvolvida ao longo do tempo faz com que o produtor já tenha bastante conhecimento adquirido por meio da experiência.

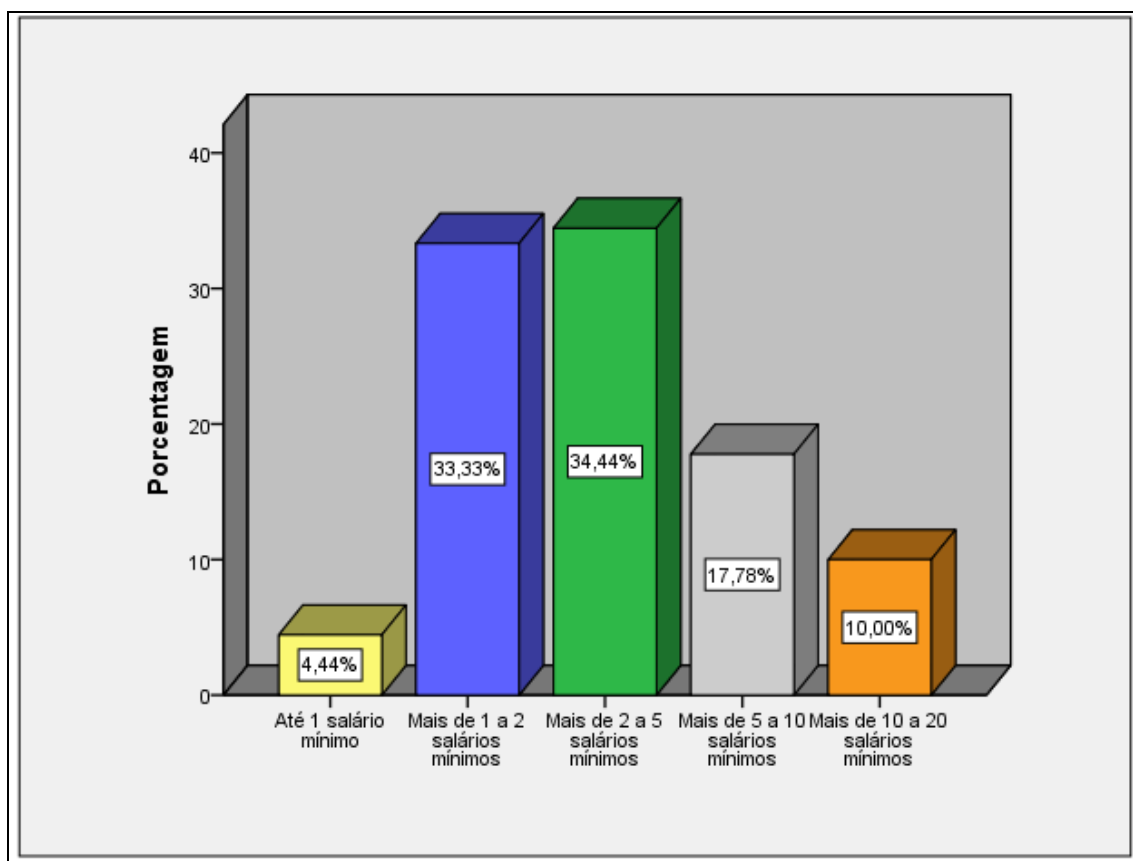
- 11) A confecção de artesanato também faz parte da atividade de 4,4% dos pesquisados. A partir de sementes colhidas, talas, pequenos paneiros, matapi, remos são feitas para venda. Essa atividade ainda precisa ser melhor desenvolvida principalmente se o turismo se tornar importante.
- 12) O cultivo da roça de mandioca faz parte da atividade de 3,3% dos pesquisados, sendo que estes que praticam principalmente moram em áreas que ficam próximas a terra firme, as áreas de várzea pesquisadas não são propícias a tal cultura, haja vista as inundações constantes, e a umidade muita alta desfavorecendo o desenvolvimento dessa cultura.
- 13) O transporte de pessoas e mercadorias é realizado 2,2% dos produtores pesquisados. Tais pessoas fretam seus barcos para transportar passageiros e mercadorias, dentre elas o açaí;
- 14) O beneficiamento de madeira em pequenas serrarias é realizado por 2,2% dos produtores pesquisados. Normalmente essas pessoas compram, não necessariamente sendo o extrator direto.
- 15) E por último encontramos 1,1%, ou seja uma pessoa, que além do açaí desenvolve a atividade de pintor/desenhista, pintando barcos, casas, além de quadros etc.

Além dessas atividades e aspectos que contribuem para a renda dos produtores de açaí pesquisados outras atividades são desenvolvidas em menor intensidade, como são os caso da criação de animais (pato, galinha e porco), da retirada de essências florestais como o óleo de andiroba, cultivo de plantas medicinais em hortas próximas a casa e da coleta de frutos plantadas geralmente nas proximidades das casas (terreiros ou quintais), tais como as frutas: manga, banana, jambo, ingá, tucumã, caju, goiaba, limão etc.

Entendemos que as atividades desenvolvidas são extremamente complexas, havendo preponderância da atividade do açaí, mas desenvolvendo outras conforme descrito, para garantir a sobrevivência da família. Mesmo porque algumas atividades são sazonais e dependem da safra como o cacau e o buruti. Nesses intervalos é preciso procurar outra ocupação, uma vez que poucos possuem uma renda familiar fixa.

Analisamos com base nessas atividades o indicador renda, a partir das atividades produtivas, de acordo como informou cada entrevistado o seu rendimento mensal. Como a informação dos entrevistados se deu em valores reais, necessitamos transformar em valor do salário mínimo atual, que é de R\$ 937,00, e estabelecemos faixas salariais. Conforme demonstramos no gráfico 9 a seguir:

Gráfico 9 - Faixa salarial familiar dos produtores de açaí pesquisados em Cametá, Igarapé-Miri e Oeiras do Pará, anos 2014-2016.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2014-2016, Org. Rosivanderson Baia Corrêa.

Estabelecemos cinco faixas salariais para melhor compreensão desse indicador, sendo: a primeira de até um salário mínimo, a segunda de mais de um a dois salários mínimos, a terceira de mais de dois a cinco salários mínimos, a quarta de mais de cinco a dez salários mínimos e quinta de mais de dez salários mínimos. Importante reafirmar que esses dados foram coletados a partir da própria informação dos entrevistados, que estimam a partir da quantidade de açaí produzida e das demais atividades que a família realiza uma média de renda familiar. Não tendo nenhuma relação com os dados oficiais de outras instituições.

Pelo fato do açaí ter o caráter sazonal ainda tivemos que estabelecer uma média aritmética entre os meses, pois, em caso contrário, teríamos dois tipos de renda para ser analisado, uma vez que o rendimento na safra é maior que nos demais meses do ano. E aqueles que recebem o seguro defeso durante apenas quatro meses também incluímos no montante para realizar a média, o que torna mais complexo chegar a uma renda média familiar.

Ao analisar os dados observamos que 72,21% dos entrevistados apresentaram uma renda familiar nas três primeiras faixas classificadas cujo limite superior é de cinco salários mínimos. Sendo que as duas faixas intermediárias entre mais de um a dois salários mínimos onde foi possível classificar a maior parte, estando 67,77% dos entrevistados nas faixas 2 (33,33%) e na faixa 3 (34,44%). Apenas 10% dos entrevistados declararam renda acima de dez salários mínimos sendo a faixa 5.

Se compararmos com a classificação utilizada pelo IBGE (2016) na PNAD²⁰ teríamos 90% das pessoas situadas nas classes C, D e E. Apesar de não termos usado a mesma categorização, apenas para termos um outro parâmetro de análise dessa variável, sendo que predominaria as classes D e E.

Conforme analisado anteriormente essa renda sofre influência de outras atividades realizadas e de subsídios governamentais, mas tendo o açaí como

²⁰ O IBGE (2016) classificou em classes salariais, sendo: Classe A acima de 20 salários mínimos (R\$ 18.740,01 ou mais), classe B de 10 a 20 salários mínimos (R\$ 9.370,01 a R\$ 18.740,00), classe C de 4 a 10 salários mínimos (R\$ 3.748,01 a R\$ 9.370,00), classe D de 2 a 4 salários mínimos (R\$ 1.874,01 a R\$ 3.748,00), classe E até 2 salários mínimos (até R\$ 1.874,00).

fonte de renda principal da maioria dos casos pesquisados (94,44%), o que demonstra a importância de tal produto para a somatória da renda familiar. Ainda que não esteja próximo de uma renda ideal para uma boa sobrevivência, mas é uma renda significativa.

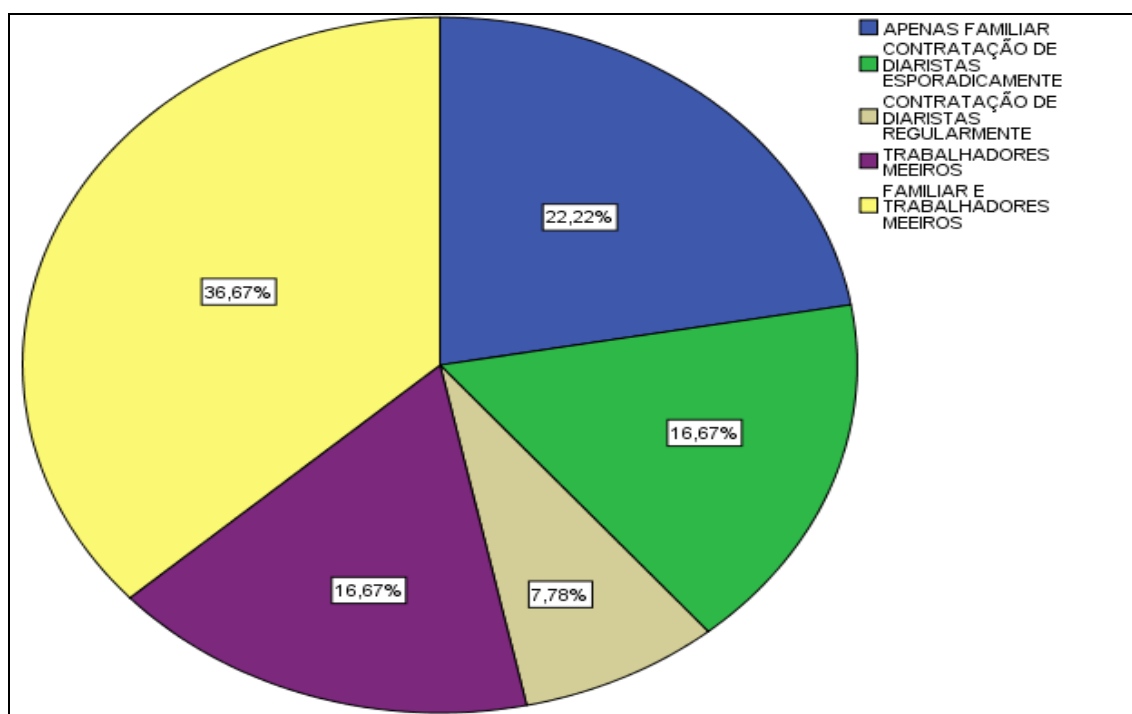
Por outro lado, demonstra também as contradições inerentes ao espaço ribeirinho visto por muitos como homogêneo. Observando que de nossa amostra 37,77% das famílias vivem com até dois salários mínimos. Havendo diferenças significativas de renda não se pode deixar de observar o caráter socioeconômico heterogêneo dessas comunidades.

4.3. RELAÇÃO CAPITAL X TRABALHO

Um dos aspectos que merece ênfase na produção do açaí é a mão de obra utilizada no cultivo. Como demonstramos no capítulo 3 sobre o circuito espacial da produção do açaí, a partir do processamento do açaí em polpa ele ganha diversos mercados tanto nacional como internacional, inserido em uma cadeia bastante mercantilizada.

No entanto, o açaí produzido em áreas de várzea é cultivado utilizando técnicas de manejo tradicional, não se utilizando de agrotóxicos e fertilizantes, a adubação é orgânica fazendo uso da própria palha do açaizeiro, do caule e de outras árvores que são derrubados para manejar o açaizal. Utiliza-se também de mão de obra predominantemente familiar e com gestão familiar. O gráfico 10 demonstra a divisão do tipo de mão de obra utilizada pelos produtores de açaí pesquisados.

Gráfico 10 - Tipo de mão de obra utilizada pelos produtores pesquisados em Cametá, Igarapé-Miri e Oeiras do Pará, anos 2014-2016



Fonte: Pesquisa de Campo, 2014-2016, Org. Rosivanderson Baia Corrêa.

Utilizamos a seguinte classificação para a compreensão de como está distribuída a mão de obra utilizada pelos produtores de açaí pesquisados:

- 1) Apenas familiar: quando a mão de obra utilizada naquele açaizal é apenas familiar;
- 2) Contratação de diaristas esporadicamente: quando são contratados trabalhadores braçais, principalmente para a roçagem do açaizal, mas não com frequência;
- 3) Contratação de diaristas regularmente: quando a propriedade seja pelo manejo intenso, seja pelo tamanho da propriedade exige que sejam contratos trabalhadores diaristas regularmente e alguns tem seus trabalhadores quase que exclusivamente;
- 4) Trabalhadores meeiros: são aqueles trabalhadores que ganham em troca de sua mão de obra o produto e não em dinheiro. Essa relação é muito utilizada

no período da safra na colheita da produção o peconheiro²¹ recebe parte do açaí como pagamento, mas alguns donos de açaizais também utilizam essa relação no manejo, onde a pessoa que faz a retirada das árvores para o manejo recebe o pagamento em determinado número de palmito de açaí.

5) Familiar e trabalhadores meeiros: refere-se aquele produtor de açaí que utiliza tanto mão de obra familiar como trabalhadores meeiros ao mesmo tempo.

Essa classificação foi realizada a partir das respostas mais frequentes durante o trabalho de campo, na ausência de um parâmetro válido do ponto de vista metodológico para tratar exclusivamente sobre a produção do açaí, houve necessidade de realizarmos uma classificação própria.

Predomina a produção centrada no uso da mão de obra familiar (22,22%), dos trabalhadores meeiros (16,67%) e aqueles que mesclam as duas anteriores (36,67%). Se somarmos essas três categorias teremos 75,56% da produção dos entrevistados centrada na produção familiar e nos trabalhadores meeiros. Desta forma, temos uma produção ainda pouco capitalizada.

O trabalho familiar exerce papel principal na produção do açaí, não somente no preparo do açaizal, trabalho que exige muito esforço físico, mas a divisão das tarefas é sempre dividida entre a família.

As mulheres exercem papel importante, mesmo aquelas que não participam da preparação do açaizal e da escalada nas árvores para a colheita dos frutos, mas participam da debulha²² do açaí, esse processo é fundamental para a qualidade do produto, pois se jogado no chão, sem o devido forramento, o açaí pode ser contaminado, o que dificultará o processo de comercialização.

²¹ Conforme já se destacou em Corrêa (2010) advindo do nome peconha (objeto utilizado para subir no açaizeiro) com o avanço da produção do açaí a profissão de peconheiro tem se tornado cada vez mais comum, onde seu principal objetivo é a retirada de frutos do açaizeiro, não necessariamente é um produtor de açaí, geralmente os mais jovens, pela exigência do esforço físico, executam essa mão de obra e recebem ou em produção ou em dinheiro. A negociação em produção se dá por causa do caráter oscilatório que o preço do açaí sofre, pois se for estabelecido por exemplo: R\$ 10, 00 o preço da retirada da lata de açaí, às vezes o produtor pode não conseguir vender a esse preço uma lata. O pagamento em diária também foi relatado que não seria vantajoso para o dono do açaizal, pois não haveria esforço por parte do trabalhador e recebendo em produção ocorre um maior esforço.

²² Retirada dos frutos do cacho, processo feito com as mãos.

As mulheres também confeccionam os cestos de talas que são de fundamental importância para o processo de transporte e proteção do produto, bem como as peconhas de sarapilha para a escalada nas árvores. Além das atividades tradicionalmente relegadas às mulheres de preparo dos alimentos para a família e para os trabalhadores. Apenas 6,67% dos pesquisados responsáveis pela gestão dos açais são do sexo feminino. Isso significa que a gestão das ações ainda é bastante centralizada na figura do homem. Apesar de toda a família estar envolvida nessa produção diretamente, mas a gestão é masculina.

As crianças também exercem função de ajudar na produção, alguns começam muito cedo a apreender escalar as árvores começando pelas mais baixas, até ganharem habilidade de escalar as árvores mais altas. Auxiliam no processo de debulha e carregam os cachos para o local apropriado da debulha.

Investigamos sobre o papel que as crianças desempenham para estimar a idade que começavam a contribuir com a família no trabalho nos açais. Uma vez que não tínhamos essa pergunta em nossa entrevista por ser problemático falar disso e associar ao trabalho infantil. Estimamos a partir da subtração da idade do entrevistado e de quanto trabalha com a produção do açá. Os resultados são apresentados na tabela 9.

Tabela 9 - Idade mínima que os entrevistados começaram a trabalhar nos açaçais em Cametá, Igarapé-Miri e Oeiras do Pará

Idade			%
Anos	Nº.	%	acumulada
5	2	2,2	2,2
6	3	3,3	5,6
7	6	6,7	12,2
8	12	13,3	25,6
9	9	10,0	35,6
10	26	28,9	64,4
11	4	4,4	68,9
12	4	4,4	73,3
13	5	5,6	78,9
14	7	7,8	86,7
15	7	7,8	94,4
16	2	2,2	96,7
17	3	3,3	100,0
Total	90	100,0	

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014-2016, Org. Rosivanderson Baia Corrêa.

Dentre os produtores de açai pesquisados, 64,40% começaram a ter contato com a produção de açai antes dos 10 anos de idade. Segundo os pesquisados, isso faz parte da cultura das comunidades ribeirinhas, a criança e, em especial, os meninos precisam aprender a apanhar o açai desde cedo, assim como precisam aprender a nadar, é como se fosse um ritual de passagem. Começam primeiramente a retirar o açai para o consumo familiar em árvores mais baixas e paulatinamente vão adquirindo habilidades.

Detalhando melhor os dados dessa variável, obtivemos que do conjunto de entrevistados a idade mínima de início foi de cinco anos e a idade máxima dezessete anos, com uma média de 10,5 anos com um desvio padrão de 2,9.

Temos desta forma uma iniciação muito precoce, embora isso faça parte da cultura dessas comunidades. Pois isso pode trazer consequências para as crianças como lesões, por exemplo, já que essa atividade exige um grande esforço físico.

Observe ainda, em relação ao tipo de mão de obra utilizada, que inexistente na produção de açaí na várzea o trabalhador com carteira assinada. O trabalhador mais fixo que existe é o diarista que recebe no geral ao final de cada dia de trabalho. Ao investigarmos o valor da diária obtivemos que 24,45% dos entrevistados que utilizam diaristas esporadicamente ou frequentemente os valores mínimos são R\$ 40,00 e os valores máximos são R\$ 60,00, obtendo uma média de R\$ 54,09 e um desvio padrão de R\$ 5,90.

Esse tipo de relação diarista permite que o dono do açazal contrate pessoas diversificadas e o próprio trabalhador sente-se à vontade para procurar trabalho em outros açazais quando não tem trabalho naquele que costuma trabalhar com mais frequência. Se por um lado os entrevistados mostram as vantagens da flexibilidade desse tipo de relação por outro podemos analisar o caráter de instabilidade e desamparo que tal trabalhador é subjugado sem gerar relações trabalhistas que lhes propiciem qualquer segurança.

4.4 A INSERÇÃO DE BENS DE CONSUMO ELETRÔNICO NAS COMUNIDADES

O avanço da produção do açaí juntamente com outros programas governamentais como bolsa família e o auxílio do seguro defeso permitiu a entrada de objetos técnicos, eletrônicos das formas mais variadas nas comunidades ribeirinhas. Há quem possa falar de certa descaracterização do modo de vida dessas comunidades e aqueles que defendem o direito delas também participarem do uso desses bens de consumo tecnológico, duráveis e não duráveis, produzidos pela chamada modernidade e não se condenar ao isolamento, é preciso que os bens que são produzidos sejam socializados para

toda sociedade e isso inclui as comunidades ditas tradicionais, como as ribeirinhas e que isso possa facilitar cada vez mais a vida do homem.

O propósito deste subitem é demonstrar e analisar essa inserção a partir dos dados colhidos no trabalho de campo. Encontramos uma gama variada desses objetos e selecionamos cinco em particular, para apresentar os dados, pela dificuldade de classificação e analisar todos. Destacamos para tanto os seguintes objetos: barco motorizado, aparelho de rádio, aparelho de TV, aparelho de celular e sistema de iluminação.

Começaremos por destacar o quantitativo de barco motorizado, dentro da amostra realizada, conforme mostrado na tabela 10.

Tabela 10 - Quantitativo de barco motorizado que possuem os entrevistados em Cametá, Igarapé-Miri e Oeiras do Pará, Anos 2014-2016

QTDE	Nº	%	% acumulada
0	9	10,0	10,0
1	44	48,9	58,9
2	33	36,7	95,6
3	4	4,4	100,0
Total	90	100,0	

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014-2016, Org. Rosivanderson Baia Corrêa.

Se em momento histórico anterior os barcos motorizados eram raros no espaço ribeirinho, no momento atual (2017) eles começam a se multiplicar, coexistindo em grande número com as canoas a remo e alguns casos sobrepondo-se o seu uso as antigas canoas a remo e vela.

Observamos na tabela 10 o quantitativo de barcos motorizados, onde na coluna quantidade zero representa nenhum e os demais números, temos que somando aqueles que possuem um, dois ou três barcos obteríamos 90%, sendo a maioria absoluta possui pelo menos um barco, estando o maior número (58,9%) acentuado nessa faixa.

Isso representa uma otimização do tempo, as distâncias que anteriormente levava-se dias para percorrer usando as canoas a remo e vela, agora pode-se percorrer em um tempo bem menor. Podendo significar também uma circulação maior de mercadorias e pessoas, dentre essas mercadorias, o açaí, que por possuir um caráter perecível, precisando chegar onde será despulpado no prazo de 24h.

Também podemos destacar que isso trouxe consequências negativas, como o barulho emitido pelos barcos perturbando os moradores e a maresia emitida que acelera processos erosivos das margens dos rios e igarapés. Apesar de não se ter disponíveis estudos sobre isso, os relatos dos moradores são bastante contundentes ao enfatizar que esse processo de erosão tem se acelerado em função desse maior número de barcos.

Embora tenhamos tabulado a título de análise todos os tipos de barco, existem muitas tipologias de barcos motorizados, alguns recebendo nomenclaturas regionais, como, por exemplo, o rabudo e a rabeta, que definiremos melhor adiante quando analisarmos o transporte utilizado pelas comunidades.

Outro objeto eletrônico que merece ênfase é a presença do aparelho de rádio, que historicamente exerceu papel de facilitador da comunicação nas comunidades ribeirinhas, não somente levando notícias e entretenimento, mas também por meio das mensagens que eram escritas e endereçadas aos mais longínquos lugares, como exemplo mais claro dos pacientes que se encontravam hospitalizados em tratamento no urbano e enviavam mensagem através das rádios para seus familiares. Na tabela 11 é apresentado o número de aparelhos de rádio dos produtores de açaí pesquisados.

Tabela 11 - Quantidade de aparelho de rádio que possuem os entrevistados em Cametá, Igarapé-Miri e Oeiras do Pará, Anos 2014-2016

QTDE	Nº	%	% acumulada
0	50	55,6	55,6
1	33	36,7	92,2
2	7	7,8	100,0
Total	90	100,0	

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014-2016, Org. Rosivanderson Baia Corrêa

Observe que 55,6% dos entrevistados não possuem aparelho de rádio, levando-nos a levantar a hipótese de que este meio de comunicação começa a entrar em decadência pelas comunidades principalmente quando se analisa comparativamente com a utilização do televisor. No entanto havendo ainda coexistência, uma vez que 44,4% se utilizam tal aparelho, ou seja, quase metade.

Quando analisamos a utilização do aparelho televisor observamos um percentual maior de utilização, relação ao aparelho de rádio. Conforme destacamos na tabela 12 a seguir:

Tabela 12 - Quantitativo de aparelho de TV que possuem os entrevistados em Cametá, Igarapé-Miri e Oeiras do Pará, Anos 2014-2016

QTDE	Nº	%	% acumulada
0	5	5,6	5,6
1	53	58,9	64,4
2	25	27,8	92,2
3	5	5,6	97,8
4	2	2,2	100,0
Total	90	100,0	

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014-2016, Org. Rosivanderson Baia Corrêa

Os dados demonstram que 94,4% dos entrevistados possuem aparelho televisor. 83% desses televisores utilizam antena parabólica para captação do sinal em função da intensidade do sinal ser fraco em algumas comunidades e ter mais opções de canais abertos para utilização. Desta forma, a mídia televisiva já exerce influência sobre as comunidades.

Outro aparelho que tem o uso em destaque é o aparelho de celular, bastante utilizado para facilitar a comunicação seja com o espaço urbano, com outras comunidades e mesmo internamente na comunidade. Talvez seguindo uma tendência que é nacional²³, que é de mais de um aparelho por habitante no Brasil.

Dependendo da distância da comunidade em relação ao espaço urbano, o celular funciona como um aparelho fixo, pois precisa de uma antena para captação do sinal que se apresenta muito fraco ou inexistente. Apenas as comunidades mais próximas das áreas urbanas podem utilizar o aparelho normalmente sem antena. Isso permite principalmente aos mais jovens acesso à internet, a redes sociais e programas de conversação instantânea. Certamente apresenta uma grande diferenciação das antigas mensagens que eram transmitidas via rádio e que tinha o conteúdo tornado público, além da pessoa não ficar escutando o rádio o tempo todo, as vezes chegavam deturpadas ao seu destinatário, além de não ter opção de interação.

²³ Os dados da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL de março de 2017 demonstram que no Brasil existe uma proporção maior que um celular por habitante, sendo de 117,2 celular a cada grupo de 100 habitantes, totalizando 242,8 milhões aparelhos.

Tabela 13 - Quantitativo de aparelho de celular que possuem os entrevistados em Cametá, Igarapé-Miri e Oeiras do Pará, Anos 2014-2016.

QTDE	Nº	%	% acumulada
0	5	5,6	5,6
1	27	30,0	35,6
2	51	56,7	92,2
4	1	1,1	93,3
5	1	1,1	94,4
6	4	4,4	98,9
11	1	1,1	100,0
Total	90	100,0	

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014-2016, Org. Rosivanderson Baia Corrêa

Apenas 5,6% dos entrevistados não possuem aparelho celular e 94,4% possuem, sendo que 64,4% das famílias possuem mais de um aparelho. Os números que não obtiveram percentual foram excluídos da coluna quantidade da tabela.

Para que esses objetos técnicos/eletrônicos funcionem é necessária energia elétrica. E esse tem sido um grande desafio para quem vive em áreas de várzea, em especial nas ilhas, onde só recentemente vem sendo instaladas paulatinamente a energia vinda da UHE Tucuruí²⁴, através da construção de torres que são financiadas pela própria comunidade, para que possam desfrutar da energia. O percentual de instalação em áreas ribeirinhas ainda é baixíssimo, sob a alegação das dificuldades de instalação por causa dos rios.

²⁴ A Usina hidrelétrica de Tucuruí que impactou a toda a região do Baixo Tocantins foi inaugurada em 22 de novembro de 1984, de acordo com informações do site da Eletronorte.

Resta buscar formas individualizadas de produção de energia, através dos motores a vapor acoplados com geradores de energia elétrica. Um sistema que apesar de funcionar bem é oneroso ao bolso do usuário e alguns só conseguem que funcione em média 4h/diárias.

Também estão sendo buscadas fontes alternativas de energia, como a energia solar encontrada num percentual baixo já sendo utilizada. Esse sistema consiste em placas solares e baterias para armazenamento da energia coletada durante o dia. Ambientalmente uma excelente alternativa, mas um sistema ainda caro de ser comprado para equipar, o preço varia muito da necessidade de consumo de cada família. Mas alguns já preferem investir em um sistema de energia solar para ganhar a médio e longo prazo.

Na tabela 14 são apresentados os dados referentes aos sistemas de geração de energia utilizados pelos produtores de açaí pesquisados.

Tabela 14 - Quantitativo e tipo de sistemas de geração de energia elétrica que possuem os entrevistados em Cametá, Igarapé-Miri e Oeiras do Pará, Anos 2014-2016

TIPO	Nº	%	%
			acumulada
Nenhum	19	21,1	21,1
Sistemas de motor acoplado com gerador	65	72,2	93,3
Placa de energia solar	6	6,7	100,0
Total	90	100,0	

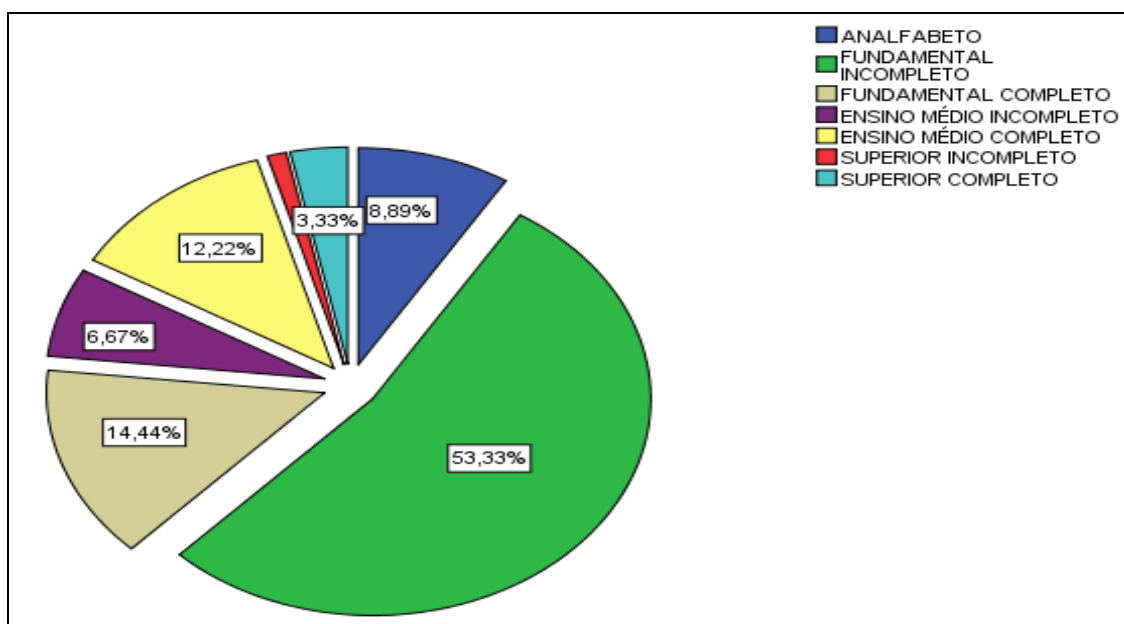
Fonte: Pesquisa de Campo, 2014-2016, Org. Rosivanderson Baia Corrêa

Observe que 21,1% das famílias não possuem energia elétrica e 72,2% usam energia de motor a vapor (movido a gasolina ou óleo diesel) e 6,7% possuem placa de energia solar.

GRAU DE ESCOLARIDADE

Também investigamos o grau de escolaridade dos entrevistados, sendo esta uma política pública de grande importância para a qualidade de uma sociedade. Os dados referentes ao grau de escolaridade (educação formal) da população pesquisada estão apresentados no gráfico 11.

Gráfico 11 - Grau de escolaridade dos entrevistados em Cametá, Igarapé-Miri e Oeiras do Pará, Anos 2014-2016.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2014-2016, Org. Rosivanderson Baia Corrêa

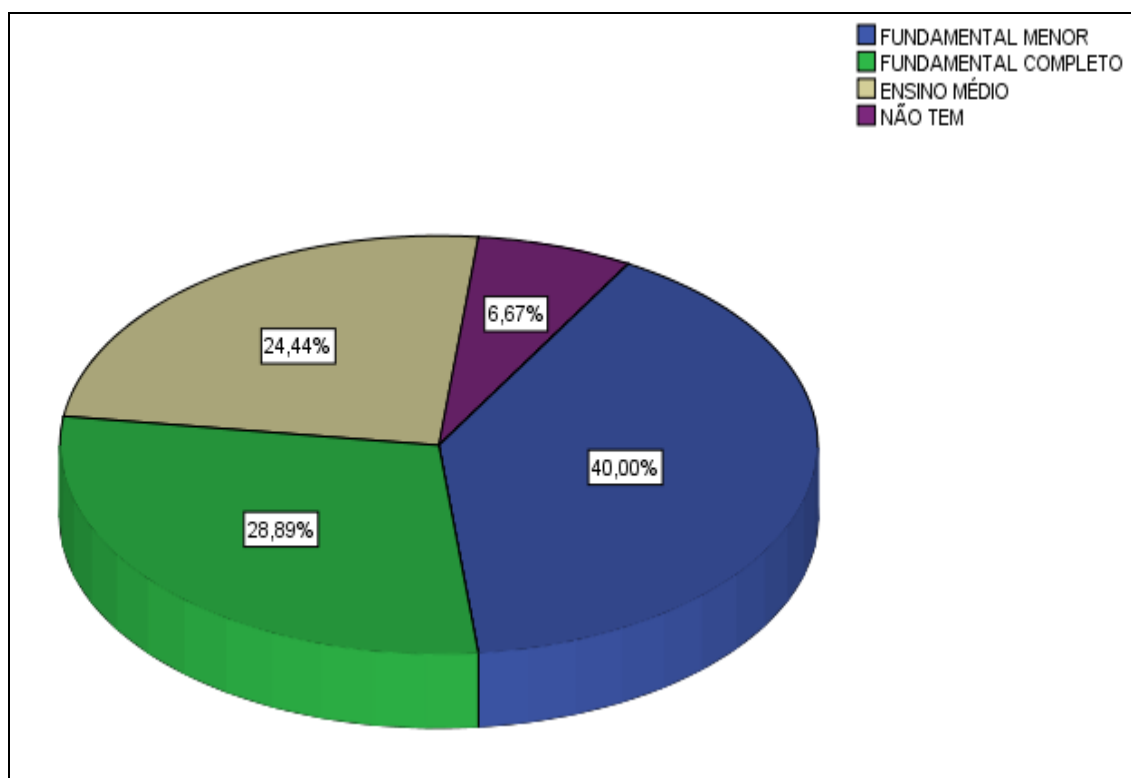
Mais da metade dos entrevistados não concluiu o ensino fundamental. Os que se declararam nunca ter frequentado escola foram 8,89% e 14,44% concluíram o ensino fundamental completo. Se somarmos essas três categorias elencadas teremos 76,66% tendo até no máximo ensino fundamental completo. O que coincide com os dados oficiais, levando em consideração a idade dos entrevistados que a média foi 47,92 anos, a idade mínima 24 anos e idade máxima 77 anos.

Se por um lado podemos pensar que do ponto de vista da produção do açaí isso não tenha tanta relevância já que o conhecimento é transmitido empiricamente através do mecanismo do saber-fazer. Por outro lado, pode ser que isso venha dificultando novas perspectivas no que diz respeito a inovação,

beneficiamento da produção, por exemplo, com isso as comunidades permanecem centrada apenas na produção.

Esse baixo grau de escolaridade tem sido reflexo da negligência histórica do Estado em relação as comunidades tradicionais de um modo geral e não somente as comunidades ribeirinhas. A oferta de educação sempre foi precária, muitas comunidades não têm escola, sendo as aulas ministradas em salões comunitários, igrejas e casas particulares. Quando tem a escola em sua maioria a situação é precária, não dando oportunidade para que se tenha condições dignas de estudo. Não que no espaço urbano desses municípios as condições sejam ideais, mas sempre foram melhores que no espaço rural. No gráfico 12 elencamos o nível de oferta nas comunidades pesquisadas:

Gráfico 12 - Grau de escolaridade ofertado nas comunidades pesquisadas de acordo com os entrevistados em Cametá, Igarapé-Miri e Oeiras do Pará, Anos 2014-2016



Fonte: Pesquisa de Campo, 2014-2016, Org. Rosivanderson Baia Corrêa

Observe os dados coletados da pesquisa de Campo, apresenta um grau baixo de escolaridade ofertado. Do total de entrevistados 40% têm apenas o ensino fundamental menor, 28,89% tem oferta do ensino fundamental completo

e 6,67% não tem escola e tem que se deslocar para outras comunidades. Se somarmos o percentual de onde é ofertado o ensino fundamental teríamos um total de 68,89% e se juntar com as que não têm teríamos, portanto 75,56%. Isso demonstra uma situação bastante preocupante com a educação nesses espaços rurais, onde dentre outros serviços o Estado não consegue se fazer presente.

No que diz respeito ao ensino médio, temos 24,44% da amostra, que são as comunidades do Cacoal e Cuxipiarí no município de Cametá, que possuem a oferta do Ensino Médio. Essa oferta do Ensino Médio em espaços Rurais e Vilas no estado do Pará se dá no formato de módulos, chamado de Sistema Modular de Ensino (SOME). Mesmo assim, algumas famílias relatam que ainda preferem deslocar seus filhos para a cidade, pois a falta de professores é frequente, além de outros problemas.

Desta forma, a maioria das famílias precisa deslocar seus filhos para a cidade ou vila mais próxima para estudar. Isso funciona em regime de parceria, geralmente cada família fica responsável por um dia com o transporte, poucas comunidades têm transporte escolar fornecido pelo município.

Quando não há disponibilidade de transporte é preciso conseguir lugar onde os filhos possam morar na cidade, as meninas quase sempre se submetem como domésticas em casa de família, atividade nem sempre remunerada, as vezes só pela moradia. Para os meninos fica mais difícil se não conseguir um trabalho. O que resta é a alternativa de ir e voltar todos os dias, percorrendo os itinerários dos rios todos os dias, que dependendo da comunidade pode demorar horas.

4.5. QUESTÃO DA PROPRIEDADE DA TERRA

A questão da propriedade da terra é um problema nacional em um país que não resolveu seus problemas agrários. No que diz respeito às comunidades ribeirinhas e as populações tradicionais de um modo geral o problema apresenta particularidades.

Um grande problema é a legislação que prevê que estas terras sejam propriedades da união que essa posse seja coletiva, da comunidade, a lei Nº 11.952, de 25 de junho de 2009 prevê que em seu Artigo. 4º:

Não serão passíveis de alienação ou concessão de direito real de uso, nos termos desta Lei, as ocupações que recaiam sobre áreas:

I - Reservadas à administração militar federal e a outras finalidades de utilidade pública ou de interesse social a cargo da União;

II - Tradicionalmente ocupadas por população indígena;

III - de florestas públicas, nos termos da Lei no 11.284, de 2 de março de 2006, de unidades de conservação ou que sejam objeto de processo administrativo voltado à criação de unidades de conservação, conforme regulamento; ou

IV - Que contenham acessões ou benfeitorias federais.

§ 1º As áreas ocupadas que abranjam parte ou a totalidade de terrenos de marinha, terrenos marginais ou reservados, seus acrescidos ou outras áreas insuscetíveis de alienação nos termos do art. 20 da Constituição Federal, poderão ser regularizadas mediante outorga de título de concessão de direito real de uso.

§ 2º As terras ocupadas por comunidades quilombolas ou tradicionais que façam uso coletivo da área serão regularizadas de acordo com as normas específicas, aplicando-se-lhes, no que couber, os dispositivos desta Lei.

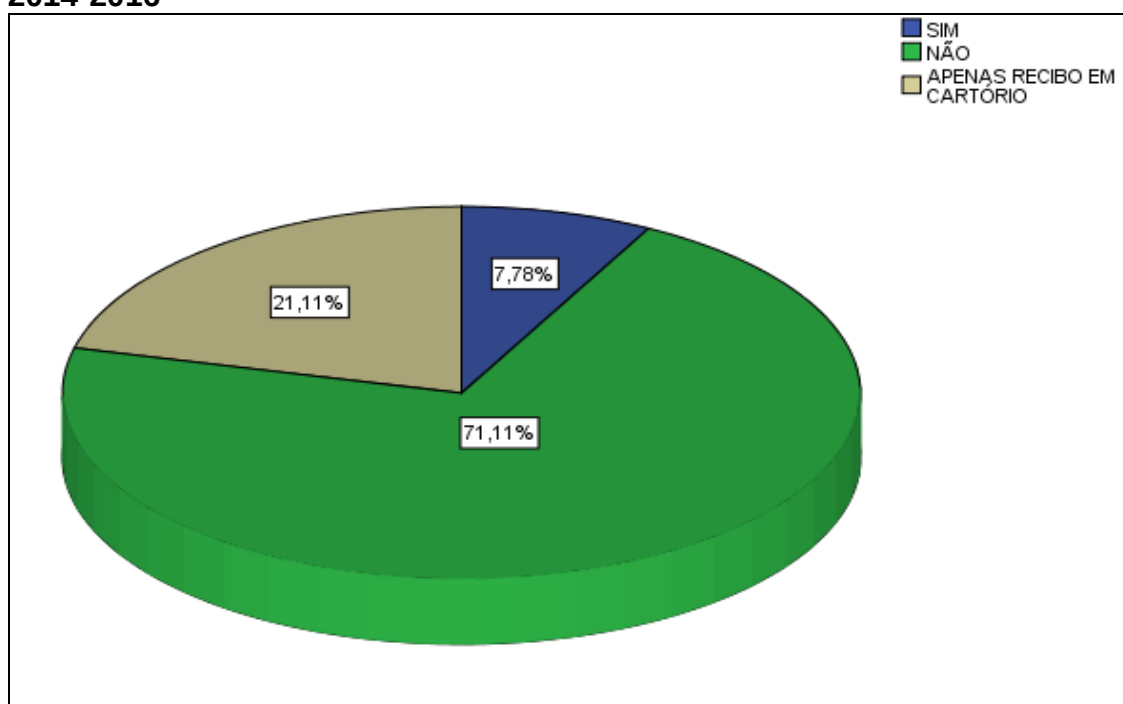
A legislação vigente impõe dificuldade para que o posseiro tenha acesso ao título de propriedade da terra na qual trabalha e que, as vezes, vem sendo repassada de geração a geração, ao mesmo tempo em que alimenta o processo de compra de posses. Há ainda, mesmo nas comunidades ribeirinhas, os que defendem a posse coletiva dos açais, sempre aqueles que têm menos ou não têm o açail. Esses posicionamentos são frequentes e resultam em conflito entre o dono do açail e aqueles que querem apenas retirar o produto, alegando não haver fronteira, pois, o açai deve ser de todos.

Nesse sentido, uma das ações que merecem destaque é o Programa de Regularização Fundiária de Áreas de Várzeas Rurais (conforme Portaria nº 284, de 14 de outubro de 2005 – DOU de 17/10/2005). O programa tem a coordenação da Secretaria de Patrimônio da União (SPU), por meio da Gerência da Secretaria do Patrimônio da União do Estado do Pará (GRPU/PA).

O intuito da regularização é facilitar o acesso ao crédito ao pequeno produtor rural das áreas de várzea. Ainda voltaremos a esse assunto adiante quando tratarmos das políticas públicas.

Os dados obtidos na nossa pesquisa de campo demonstram a baixa proporção de terras que possuem um título de propriedade ou a concessão de uso, o que predomina na região é apenas a posse repassada quase sempre através da herança. Observe no gráfico 13 o percentual de pessoas que tem título de propriedade da terra.

Gráfico 13 - percentual de entrevistados que possuem título de propriedade da terra em Cametá, Igarapé-Miri e Oeiras do Pará, Anos 2014-2016



Fonte: Pesquisa de Campo, 2014-2016, Org. Rosivanderson Baia Corrêa

Foram registrados apenas 7,78% dos pesquisados que afirmaram ter algum título de propriedade, esses são principalmente os que precisaram contrair algum tipo de financiamento no sistema financeiro, por intermédio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO). Com a assistência técnica da EMATER-PA²⁵ ocorre a elaboração do projeto e a análise de viabilidade pelos agentes financeiros.

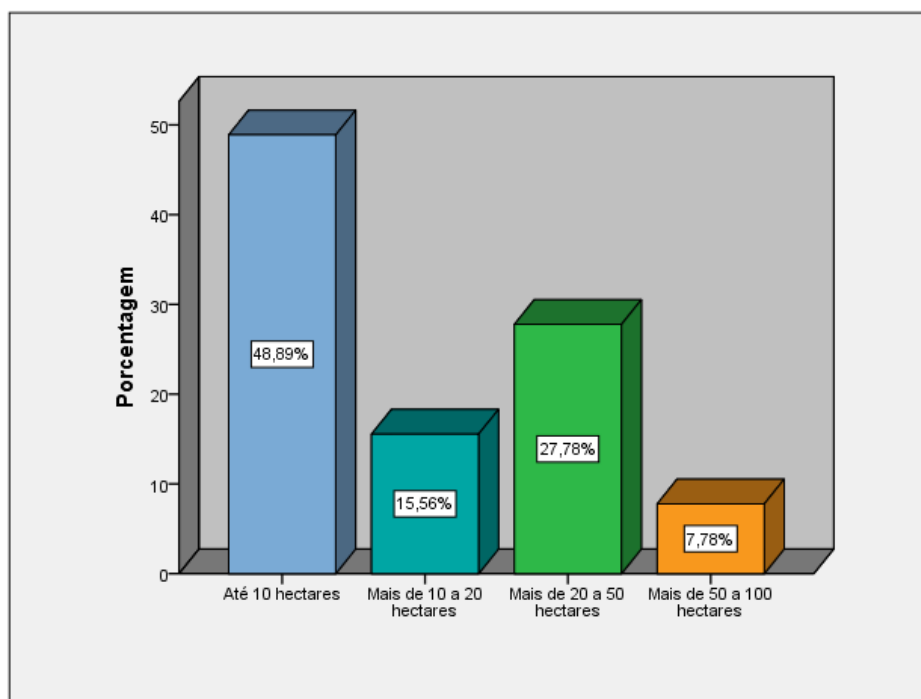
²⁵ Empresa de Assistência técnica e Extensão rural do estado do Pará

Outros 21,11% dos produtores de açaí pesquisados possuem apenas recibo registrado em cartório, decorrente da compra do direito de posse da terra. O que não significa um título de propriedade ou direito de uso.

A maioria dos entrevistados (71,11%) não possui nenhum documento da terra, possuindo apenas a posse que vai sendo repassada hereditariamente de geração a geração, havendo lotes que já foram divididos várias vezes entre irmãos. Isso dificulta o reconhecimento legal e o acesso ao crédito.

Realizamos também a análise do tamanho dos lotes trabalhados pelos entrevistados, para melhor compreender esta questão. E desta forma poderemos ter a noção dos tamanhos dos lotes nas áreas de várzea na microrregião trabalhada. Os dados estão apresentados no gráfico 14.

Gráfico 14 - Tamanho médio dos lotes de produtores pesquisados em Cametá, Igarapé-Miri e Oeiras do Pará, Anos 2014-2016



Fonte: Pesquisa de Campo, 2014-2016, Org. Rosivanderson Baia Corrêa

Para efeitos de análise elaboramos esta classificação em quatro faixas pois os lotes são muito pequenos e se utilizássemos a classificação de

módulos fiscais do INCRA²⁶ poucos atingiriam um módulo fiscal, pois o módulo fiscal dos três municípios estudados é de 70 hectares.²⁷.

A Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 em seu artigo 4º estabelece:

Minifúndio – é o imóvel rural com área inferior a 1 (um) módulo fiscal;
Pequena Propriedade - o imóvel de área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais;
Média Propriedade - o imóvel rural de área superior a 4 (quatro) e até 15 (quinze) módulos fiscais;
Grande Propriedade - o imóvel rural de área superior 15 (quinze) módulos fiscais.

Desta forma ao analisar o gráfico 14 podemos perceber que os lotes onde o açaí é produzido na microrregião Cametá são muito pequenos. A maior parte não atinge a um módulo fiscal, se fossemos aplicar a legislação não poderiam nem sequer ser classificados como pequena propriedade, já que esta deveria compreender entre 1 e 4 módulos fiscais.

Dentre os produtores de açaí pesquisados, 48,89% trabalham em lotes cujas áreas são inferiores a 10 hectares, quase metade, e a faixa maior que estabelecemos de mais de 50 a 100 hectares alcançou apenas 7,78% dos pesquisados, sendo o maior lote encontrado com 100 hectares.

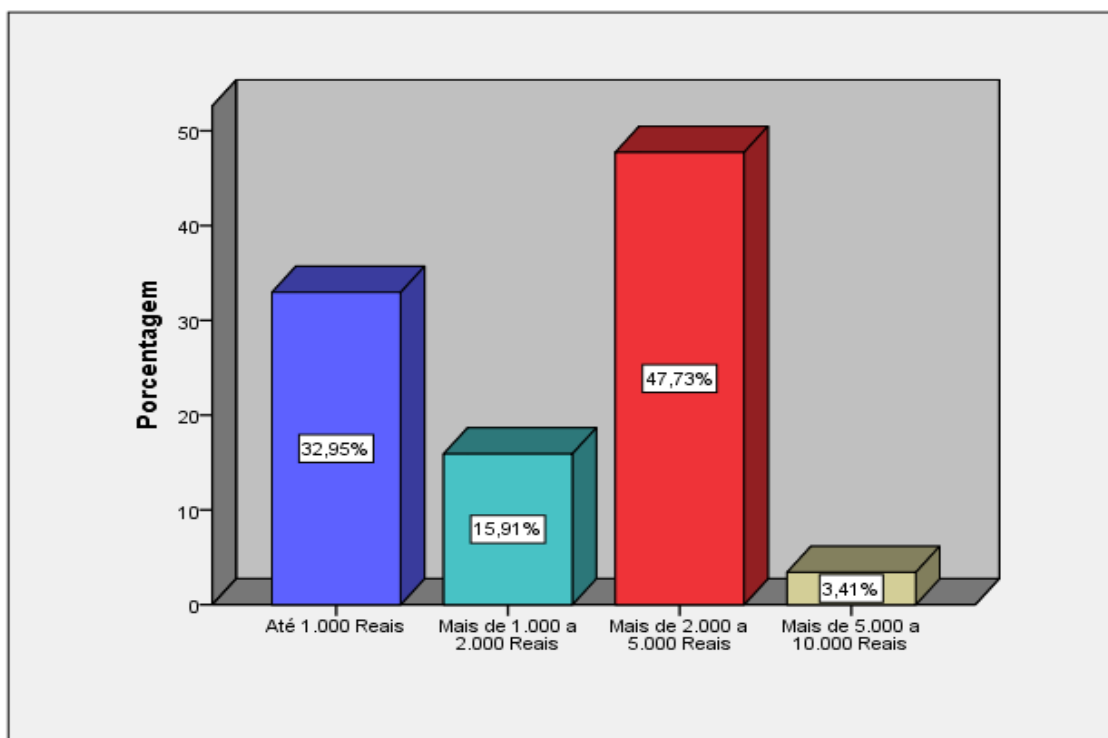
São lotes muito pequenos, o que evidencia o caráter familiar da produção, como demonstramos anteriormente.

Outra variável analisada nessa questão foi o preço a que é vendida a posse da terra. E obtivemos valores bastante variados, conforme demonstramos no gráfico 15.

²⁶ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

²⁷ De acordo com o Sistema Nacional de Cadastro Rural do INCRA.

Gráfico 15 - Preço estimado da terra pelos produtores de açaí os pesquisados em Cametá, Igarapé-Miri e Oeiras do Pará, Anos 2014-2016.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2014-2016, Org. Rosivanderson Baia Corrêa

Os preços estimados pelo produtores são muito variáveis, indo de R\$ 1.000,00 (um mil reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) o hectare. Para facilitar a compreensão classificamos em quatro faixa de preço. A primeira até R\$ 1.000,00 (um mil reais), a segunda de R\$ 1.000,00 (um mil reais) a R\$ 2.000,00 (dois mil reais), a terceira de mais de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e a quarta de mais de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

A faixa que apresentou maior percentual foram a primeira com 32,95% e a terceira com 42,73%. O que mais influencia nesse preço da terra é a intensidade do manejo dos açais o que significa maior produtividade por hectare, e a proximidade com o espaço urbano. Esses aspectos são essenciais para a definição da estimativa de preço.

Observamos que o preço da terra é relativamente barato, perto do que um açail pode produzir. No entanto, uma pessoa sem o devido conhecimento

do manejo do açazal não investiria, mesmo porque o investimento na mão de obra sairia oneroso, o açazal só consegue boa produção com a presença do produtor que possui o conhecimento das técnicas, do saber-fazer.

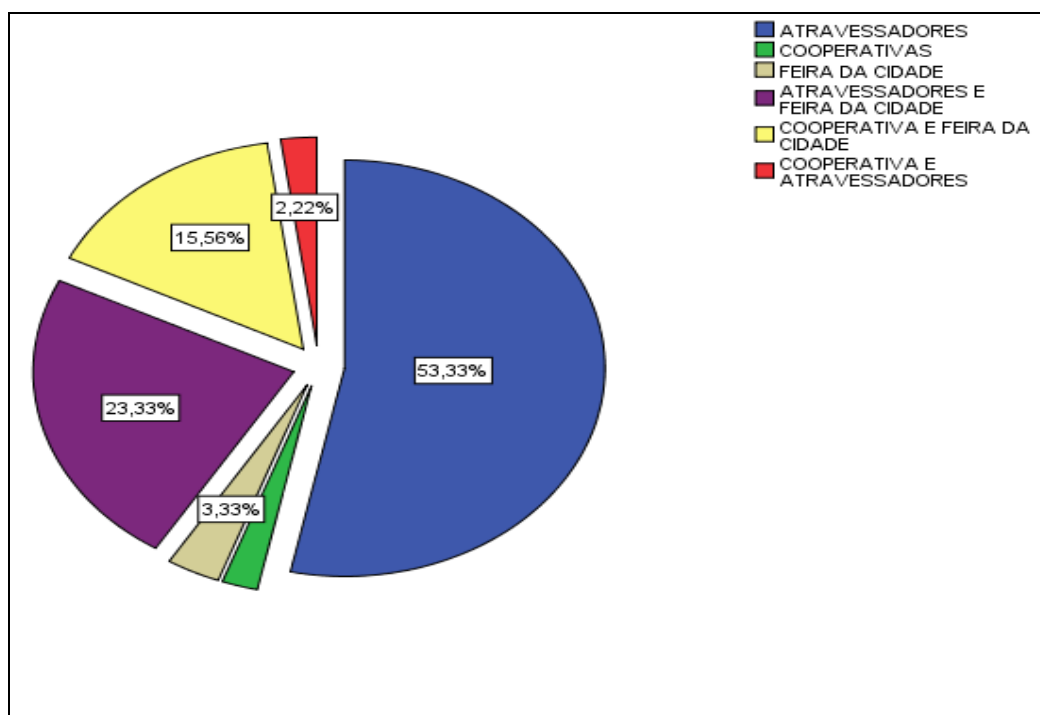
4.6. PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO DO AÇAÍ

Demonstraremos como o processo de comercialização do açaí é feito pelas comunidades e seus compradores imediatos. O primeiro nó do circuito que é feito para que o açaí seja comercializado em mercados mais diversos.

Inicialmente investigamos sobre a condição que o açaí é vendido pelo produtor. Nessa variável obtivemos resposta homogênea, pois 100% dos entrevistados vendem o açaí de forma *in natura*, nenhum dos entrevistados faz algum tipo de beneficiamento ou agregação de valor ao produto antes de vender. Ele é repassado em caroço no pano direto ao comprador imediato.

A não agregação de valor ao produto limita a ampliação da renda ao produtor, principalmente porque a oferta do produto é bastante abundante na safra. Mas as comunidades ainda não conseguiram formas de agregar valor ao produto, em virtude de limitações tecnológicas, financeiras e organizacionais de beneficiar e armazenar o produto, o que é feito por empresas que atuam no ramo.

Gráfico 16 - Principais atores estão envolvidos no processo de compra do açaí diretamente do produtor em Cametá, Igarapé-Miri e Oeiras do Pará, Anos 2014-2016



Fonte: Pesquisa de Campo, 2014-2016, Org. Rosivanderson Baia Corrêa.

Observe que a figura do **atravessador** ainda exerce papel principal na comercialização do produto, sendo que 53,33% dos entrevistados informaram que vendem toda sua produção exclusivamente aos atravessadores²⁸ que são os compradores que vão diretamente a casa dos produtores para comprar o produto. Deixando material (paneiro e basqueta) para colocar o produto e as vezes para garantir a compra do produto ocorre o adiantamento em dinheiro para o produtor. Conservando relações tipicamente clientelistas, fazendo com que o produtor assuma um compromisso de entregar a produção ao atravessador.

Contudo alguns produtores demonstram visão bastante crítica em relação ao sistema de negociação com os atravessadores. Conforme podemos evidenciar na fala deste entrevistado:

²⁸ Os atravessadores recebem regionalmente a denominação de marreteiros.

Porque tem vezes que o atravessador vem só mesmo, só pa avacalhar com o pobre que vive aqui. Porque lá eles ganho mais de que nós. Só vem mesmo, praticamente pegar nosso e levar, uma fonte de renda que fica, que favorece eles e nós não. Porque é uma coisa que açaí é defunto. É ele se estraga né. E a farinha por exemplo não, a farinha leva anos e anos no canto aí não se estraga. E açaí é defunto. Tem vezes que o cara traz de fora no gelo já. E é assim, pro cara não perder ele tem que vender. Não tem outra opção. E é isso, se tivesse outra opção não, não vou te vender, não vai estragar né. O atravessador vem e o cara não tem outra opção, ai se tivesse uma indústria uma fábrica pra vender, o cara humilhava ele também. Não, não vou vender pra ti, vou levar prali, é assim. (produtor pesquisado, pesquisa de campo, 2016, Oeiras do Pará).

Observe que o entrevistado apresenta o seu ponto de vista nessa relação, como refém de um processo, sendo que alguns produtores não têm condições de se deslocar para vender a produção, obrigando-o a vender ali mesmo no seu trapiche e ainda apresenta um comparativo com a farinha de mandioca que não tem um caráter muito perecível como o açaí em caroço. Mas talvez ambos produtores acabem vendendo o produto pela necessidade de sobrevivência. E ainda na mesma fala ele aborda uma das maiores demandas do município dele (Oeiras do Pará) que é a necessidade de despulpamento da produção do açaí no município.

Ainda aponta o aspecto do lucro, onde a margem do atravessador dependendo da oscilação do mercado acaba sendo bastante vantajosa em relação a quem produziu. Sendo que estes atravessadores revendem o açaí ou para as cooperativas ou diretamente para as agroindústrias, no caso de Igarapé-Miri, que já conta com essas empresas operando no próprio município.

Por outro lado, pode ser mais relevante para os atores sociais que têm comandado o circuito espacial da produção do açaí na Amazônia manter a produção da maneira como ela é realizada atualmente, conservando também o pequeno produtor, configurando no que Paulino (2006) chamou de *monopolização do território pelo capital* criando, na verdade, *territórios descontínuos* de grandes empresas, representado nesse caso por atravessadores. Vejamos como enfocado pela autora:

É nessa forma de produzir no campo que se define a monopolização do território pelo capital: a produção propriamente dita se dá no interior de relações não tipicamente capitalistas, em que os trabalhadores não estão despojados dos meios de produção (PAULINO, 2006, p. 103).

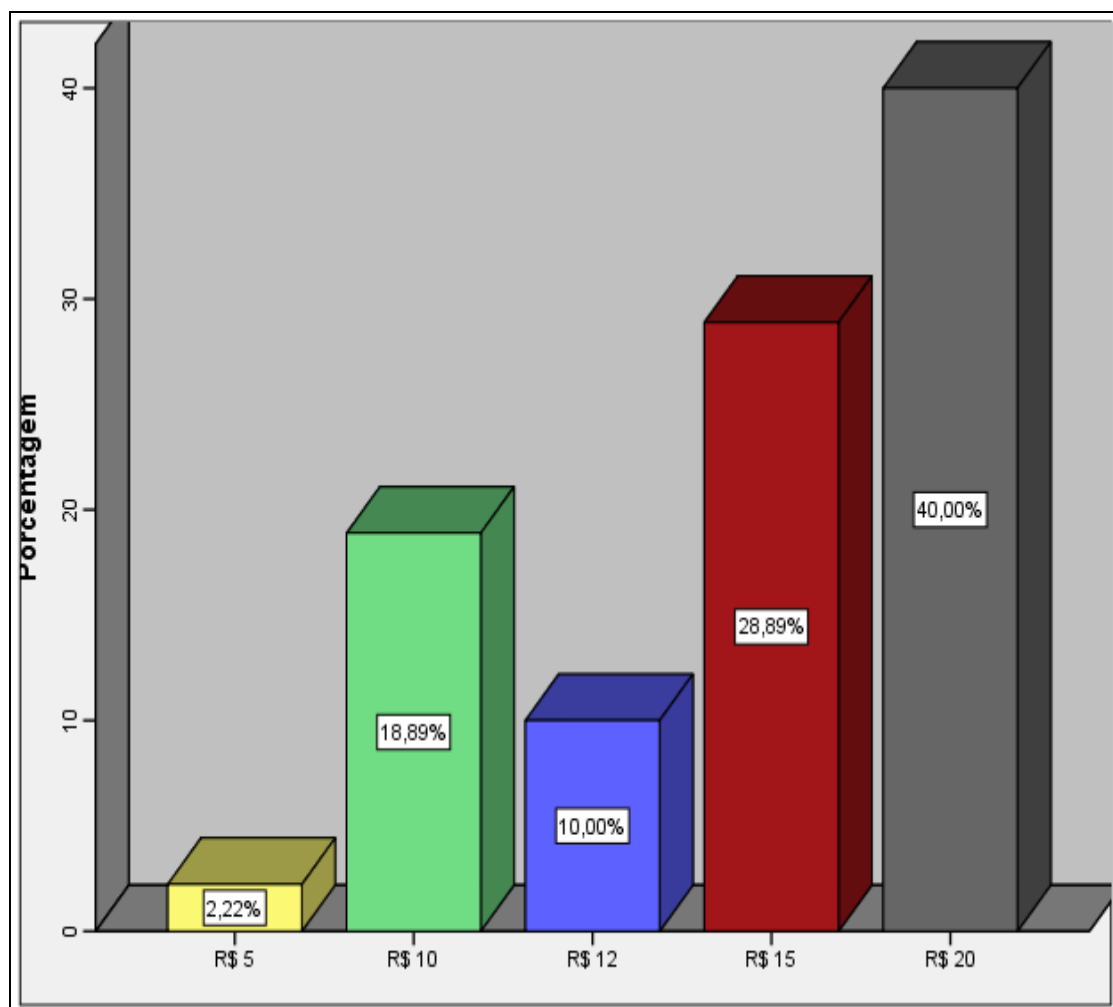
Um percentual de apenas 2,2% dos entrevistados vendem o açaí diretamente para as cooperativas, o que demonstra um baixo grau de cooperativismo entre os informantes, sendo ainda bastante incipiente essa prática, uma vez que quem faz essa intermediação entre o produtor e a cooperativa é o atravessador. 3,3% preferem vender o açaí na feira da cidade sede do município, pretendendo vender num preço melhor que aquele pago pelos atravessadores. 23,33% vendem tanto para atravessadores como levam o açaí para ser vendido na cidade sede do município. 15,6% vendem tanto para cooperativas como em feira da cidade. Ainda 2,2% vendem tanto para atravessadores como diretamente para cooperativas.

Se procedermos a somatória das faixas onde apareceu a participação do atravessador no processo de intermediação teremos um total 78,8%, o que reforça que esse é o ator principal do processo de comercialização do açaí, assumindo um papel de preponderância. E por outro lado temos um baixo grau de cooperativismo dos entrevistados, ainda com pouca venda direta para as cooperativas. É preciso haver mais senso de cooperativismo e associativismo entre os produtores para que possam se organizar e barganhar melhores preço e agregação de valor ao produto.

No que concerne à comercialização de açaí também investigamos sobre o preço de venda, que é repassado do produtor ao seu comprador imediato seja atravessador, cooperativa ou nas feiras. E obtivemos preços muito variados na negociação deste produto na região.

A maior influência se dá pela questão da sazonalidade deste produto, o período de safra e entressafra influencia diretamente no preço, ou seja, a lei da oferta e da procura de Adam Smith (1776) provocando uma grande oscilação dos preços. Apresentamos em dois gráficos referentes o preço do açaí compreendendo o período da safra e entressafra. O gráfico 17 demonstra o preço do açaí no período da safra:

Gráfico 17 – Percentual do preço do açaí vendido pelo produtor (em lata) no período da safra nos municípios de Cametá, Igarapé-Miri e Oeiras do Pará, anos 2014-2016



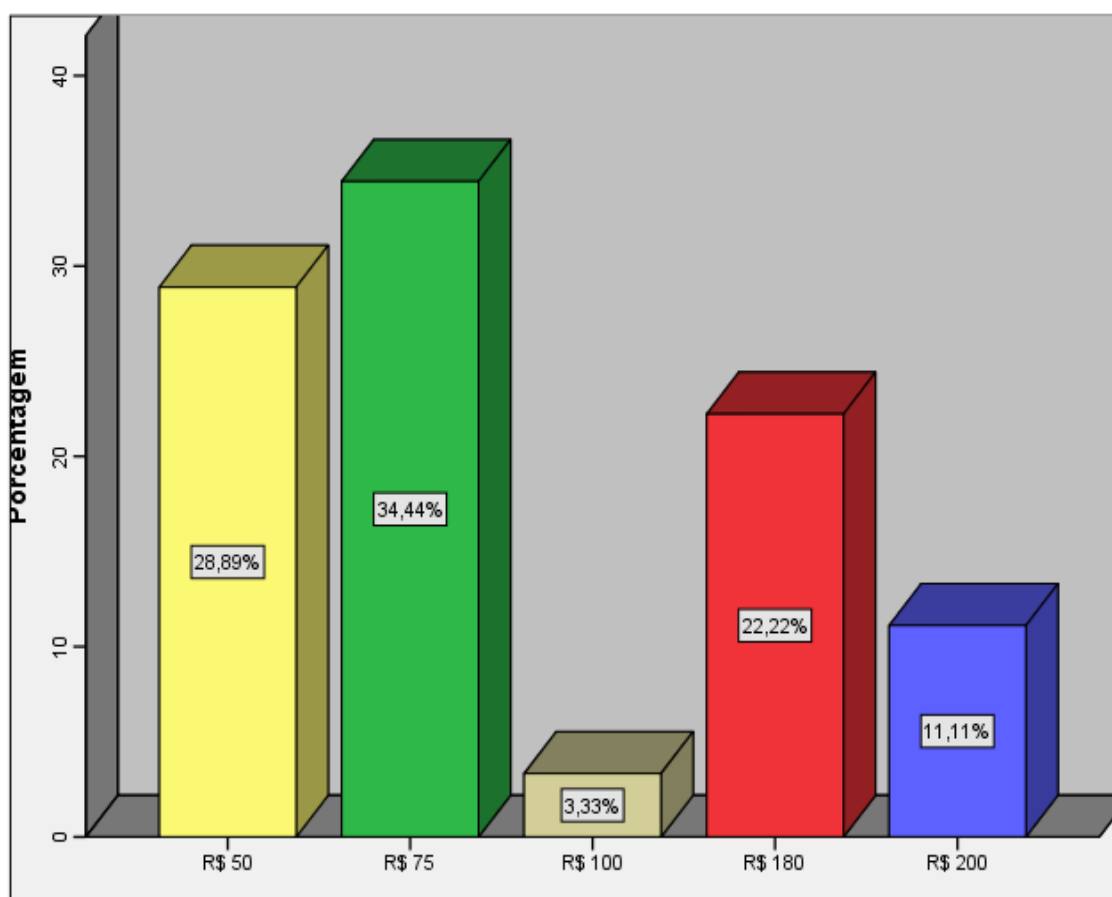
Fonte: Pesquisa de Campo, 2014-2016, Org. Rosivanderson Baia Corrêa

Os valores referem-se ao preço de uma lata de açaí, que é a medida utilizada para a venda pelo produtor que tem como parâmetro de referência quinze quilogramas.

Observe que obtivemos valores bastante variados mesmo no período da safra, ficando o valor mínimo em R\$ 5,00 e o valor máximo R\$ 20,00, estando a maior concentração entre R\$ 15,00 e R\$ 20,00 onde se concentraram as respostas de 68,89% dos produtores de açaí pesquisados, a média de preço obtida foi de R\$ 15,53 o desvio padrão foi de R\$4,21. Além da oscilação entre oferta e procura investigamos outras variáveis que pudessem justificar tal diferenciação de preço num mesmo período nas respostas dadas pelos

entrevistados e observamos que a distância do produtor em relação a cidade e em relação aos pontos de embarque influencia diretamente no preço, quanto mais distante o produtor estiver menor será o preço pago pelos atravessadores.

Gráfico 18 - Percentual do preço do açaí vendido pelo produtor (em lata) no período da entressafra nos municípios de Cametá, Igarapé-Miri e Oeiras do Pará, anos 2014-2016



Fonte: Pesquisa de Campo, 2014-2016, Org. Rosivanderson Baia Corrêa

Assim como no gráfico anterior os valores referem-se ao preço vendido de uma lata. Também apresenta alto grau de discrepância de preços sendo o valor mínimo obtido de R\$ 50,00 e o valor máximo de R\$ 200,00, a média obtida foi de R\$ 105,83 e o desvio padrão de R\$ 58,95. Esse é o período de maior escassez do produto na região, onerando bastante o preço em relação à safra. Nesse período a qualidade do produto vendido nas bateadeiras locais diminui com acréscimo de mais água e menos polpa acrescentado na formação do suco (vinho).

Isso torna difícil o consumo pela população de baixa renda, mesmo o preço do açaí popular (fino) torna-se muito caro, custando em torno de R\$ 10,00. Para os consumidores ávidos do açaí que o consideram indispensável e fazem esforço extremo para continuar consumindo, alguns preferem substituir por suco ou refrigerante, mas importante destacar que a qualidade do produto vendido diminui bastante.

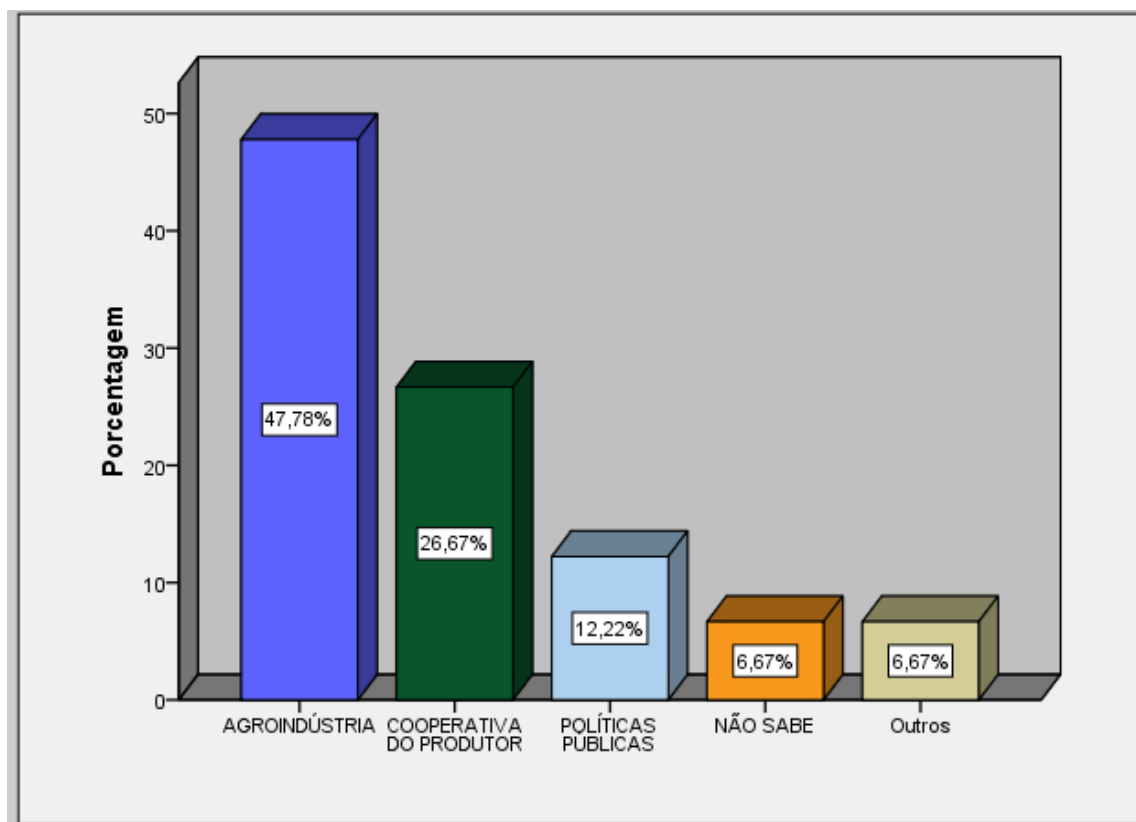
Nesse período da entressafra parte do açaí produzido já foi exportado para fora do município e, embora que tivesse a opção de comprar polpa congelada como é vendida para fora da região, a maioria dos consumidores da região ainda oferece resistência ao consumo de açaí congelado entre outras questões pela perda do gosto característico do produto quando consumido logo após o seu processamento.

Apesar de que experiência e o conhecimento acumulados dos produtores também têm permitido uma produção maior no período de entressafra, a partir do manejo dos açaizais, seleção de cultivares que melhor estão se adaptando a produzir neste período, escolha de áreas mais baixas, as quais apresentam uma maior concentração de água por estar constantemente submergidas pelas marés, escolha de outras árvores que propiciam o sombreamento adequado e até uma técnica de retirada dos cachos ao nascerem para forçar uma mudança no ciclo da planta. Mesmo assim não passa nem perto de suprir a demanda e o preço se torna exorbitante.

4.7. PERSPECTIVAS DO PONTO DE VISTA DO PRODUTOR DE AÇAÍ

Investigamos do ponto de vista do produtor de açaí sobre o que significaria para ele melhoria da qualidade de vida, sugerindo em outras palavras durante a entrevista o que seria desenvolvimento a partir da ótica do produtor. Obtivemos respostas diversas com um peso maior em algumas respostas que se repetiram bastante. Os resultados são apresentados no gráfico 19.

Gráfico 19 - Medidas que poderiam melhorar a qualidade de vida do produtor de açaí do ponto de vista dos entrevistados, em Cametá, Igarapé-Miri e Oeiras do Pará, anos 2014-2016



Fonte: Pesquisa de Campo, 2014-2016, Org. Rosivanderson Baia Corrêa

A resposta mais frequente para que medidas poderiam melhorar a qualidade de vida foi a implantação de agroindústria, sendo a resposta de 47,78% dos entrevistados. Principalmente estes entrevistados são dos municípios de Cametá e Oeiras do Pará. Desta forma, fica evidente nestes dois municípios o desejo da implantação de agroindústria para processamento do fruto, na opinião deles trazendo determinada estabilidade para o preço do produto no período da safra. Como bem podemos vislumbrar na fala desse entrevistado:

Assim né, assim, se tivesse uma fábrica se tornava muito melhor, mais fácil. Melhorava o preço do açaí. Porque aqui em Oeiras, ela é piquena não tem tanta preferência, sobre o negócio do litro do açaí. Porque na safra aqui, se viu aqui sai muito açaí. Tem barqueiro que vem aqui meti mil, dois mil rasa aí. Aqui em Oeiras, ela não aguenta, ela é piquena. Não tem como. Não consome muito, gente apanha negócio de dez quinze rasa já abastece a cidade. A coisa que espero é o respeito das autoridades, do governo atenção das autoridades e ajuda pra criar a fábrica. E esperar em Deus que as coisas mude” (PRODUTOR DE AÇAÍ PESQUISADO, Oeiras do Pará)

Ainda existe certa crença de que a implantação da agroindústria no município melhoraria a qualidade de vida tendo um mercado certo para o produto, uma vez que o mercado local não consegue absorver o volume da produção do município. Precisa de formas de despulpamento da produção, para armazenar ou exportar.

Essa ideia está muito presente na fala dos entrevistados e da sociedade em geral, que a microrregião não se desenvolve porque não tem indústrias e não tem como gerar emprego para as pessoas. Paradoxalmente muitas regiões são industrializadas e não são desenvolvidas.

Outra resposta que recorrente foi a necessidade de criar cooperativas do produtores, obtendo 26,67% das respostas dos pesquisados. Esses entrevistados são principalmente do município de Igarapé-Miri, uma vez que este município é o único da microrregião que já possui seis agroindústrias de processamento de polpa de açaí.

Desta forma, as respostas foram no sentido da falta de organização dos produtores e fomentar a criação de cooperativas do produtor que pudessem barganhar um melhor preço de venda do fruto, uma vez que as agroindústrias já existem.

No município de Cametá existem várias cooperativas, mas estão centradas na compra e venda do produto, não foi feito nada em relação a agregação de valor ao produto e ainda estão nas mãos de empresários, não são cooperativas organizadas por produtores de açaí, conforme demonstramos anteriormente, os atravessadores ainda desempenham papel importante na intermediação entre o produtor e essas cooperativas.

No município de Oeiras não existem cooperativas de compra e venda do produto a relação é feita entre o produtor e os atravessadores que compram para revender o produto para agroindústrias de outros municípios.

A necessidade de políticas públicas apareceu na fala de 12,22% dos entrevistados. Aqui consideramos aqueles que defenderam em suas falas não apenas o termo políticas públicas, mas aqueles que defenderam mais investimento, maior incentivo ao produtor e geração de emprego. Deixando

claro um baixo grau de políticas públicas nessas comunidades, mesmo os programas governamentais que logram algum tipo de incentivo ao produtor do açaí aparecem rebatidos em grau muito baixo, o acesso ao crédito ainda é muito limitado.

Finalmente, 6,67% afirmaram não saber o que poderia ser feito para melhorar a qualidade de vida nessas comunidades. Houve uma ocorrência de outras respostas diversas como preservação do açaí e intensificação do manejo na entressafra, estas apareceram como outros no gráfico, por termos utilizado o corte de 5% para a geração do gráfico.

Investigamos também sobre o momento atual, a partir da década de 1990 quando o açaí começa a ser comercializado mais intensamente fora da região, se houve melhoras das condições de vida e 96,7% dos entrevistados responderam que sim e pedimos que citassem exemplos da melhoria da qualidade de vida o obtivemos resposta diversas, alguns tendo citado até quatro exemplos, os resultados obtidos estão elencados na tabela 15.

Tabela 15 - Exemplo apontados como melhoria da qualidade de vida na perspectiva dos produtores de açaí pesquisados em Cametá, Igarapé-Miri e Oeiras do Pará, anos 2014-2016

	Nº	%
TELEVISOR	46	52,9
VALORIZAÇÃO DO AÇAÍ	41	47,1
CELULAR	33	37,9
CASA PRÓPRIA	33	37,9
BARCO MOTORIZADO	31	35,6
FOGÃO A GÁS	22	25,3
MÁQUINA DE BATER AÇAÍ	20	23
CASA NA CIDADE	19	21,8
MELHOR QUALIDADE DE VIDA	18	20,7
MOTOSERRA	10	11,5
CARRO	6	6,9
PLACA DE ENERGIA SOLAR	2	2,3

Total	281	323
-------	-----	-----

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014-2016, Org. Rosivanderson Baia Corrêa

Observe que as respostas foram muito associadas a compra de objetos eletrônicos com destaque para televisor (52,9%) barco motorizado (35,6%), aparelho de celular (37,9%) fogão a gás (25,3%) e máquina de bater açaí (23,0%), referindo-se estes percentuais ao número de casos encontrados. Tendo sido dadas como resposta valorização do açaí (aumento do preço) e a própria melhora da qualidade de vida.

Também merece destaque a compra de casa própria (37,9%) e a compra de casa própria na cidade (21,8%). Tabulamos essas duas modalidades de casa para destacar que no caso de casa própria refere-se a casa onde mora e a casa própria na cidade refere-se a uma segunda em geral para os filhos estudarem ou para ficarem quando precisam ficar na cidade. Esse indicador demonstra a concretização de um sonho para alguns produtores de açaí que se veem obrigados a mandar os filhos para estudarem na cidade e precisam de uma casa para morar.

4.8. COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO

Investigamos também o grau de participação em algum tipo de cooperativa ou associação dos entrevistados. O grau de participação em organizações da sociedade civil ainda é muito baixo sendo que minoria apenas 32,22% dos entrevistados afirmaram ter vínculo com algum tipo de associação ou cooperativa. Isso pode estar ligado a falta de cultura de participação e a consciência da importância que isso pode significar.

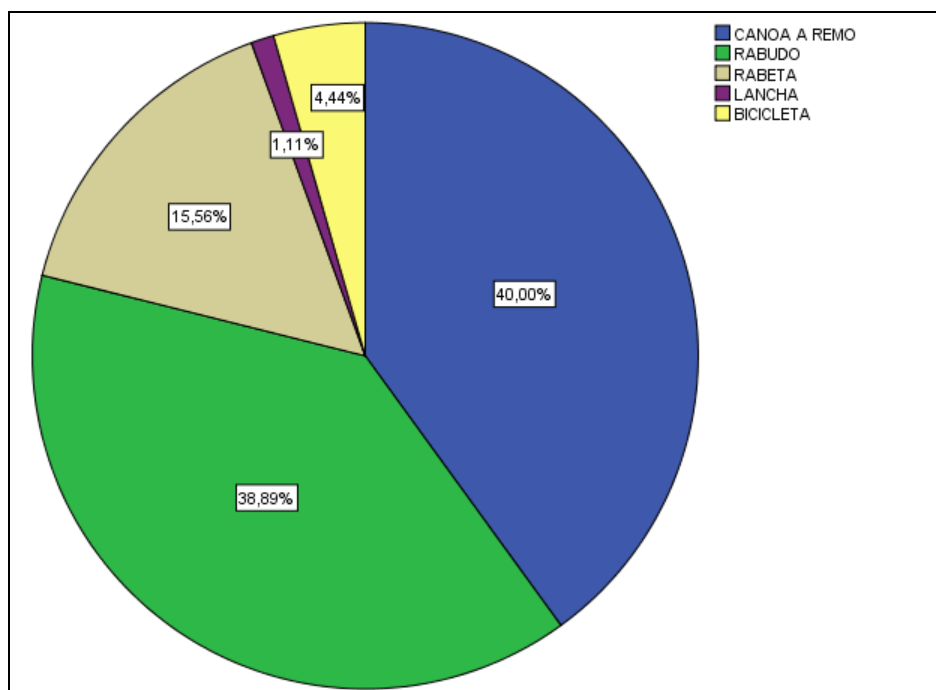
Quando investigamos sobre a organização sindical de trabalhadores a filiação a sindicatos demonstrou-se maior. Os dois sindicatos que foram encontrados filiados nos três municípios são a Colônia de pescadores e o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR. A Colônia representou 47,78% dos entrevistados, ou seja, quase metade, isso pode ser explicado pelo recebimento do seguro defeso. O STTR representou apenas

12,22%, somando os dois totaliza 60% dos entrevistados, 40% dos entrevistados não são filiados a nenhum sindicato.

4.9. MEIOS DE TRANSPORTE UTILIZADOS

Os meios de transporte utilizados pela comunidade são de fundamental importância para compreendermos a realidade local, já que a denominação barcos seria muito genérica, partindo do ponto de vista onde o principal espaço de circulação é o rio. Os trajetos mais longos são feitos sempre de barco motorizado sendo rabudo, rabeta ou lancha. No gráfico 20 elencamos o principal tipo de transporte utilizado e caracterizaremos cada um deles.

Gráfico 20 - Meio de transporte mais utilizado para se locomover internamente na comunidade pelos entrevistados em Cametá, Igarapé-Miri e Oeiras do Pará, anos 2014-2016



Fonte: Pesquisa de Campo, 2014-2016, Org. Rosivanderson Baia Corrêa

A canoa a remo enquanto meio de transporte tradicionalmente utilizado pelas comunidades ribeirinhas é uma herança indígena. Consiste em um barco leve feito do caule extraído de árvore apropriada (angelim, castanheira, piquiá)

que ao ser escavada com estreitamento chanfrado nas extremidades (proa e popa) serve de meio de transporte, na região amazônica também se utiliza a denominação de casco. Desta forma 40% dos entrevistados ainda se utilizam deste meio de transporte para circular internamente na comunidade.

Outro tipo de transporte utilizado pelos entrevistados é o chamado regionalmente de rabudo, que consiste em uma canoa ou casco, as vezes o mesmo movido a remo, que equipado com motor de popa recebe o nome de rabudo pelo fato do eixo e a hélice ficarem da popa para traz quando o motor está funcionando e parece um rabo. Este meio de transporte é utilizado por 38,89% dos entrevistados para viagens internamente na comunidade.

Observe que os percentuais dos que utilizam a canoa a remo e o rabudo praticamente são as mesmas, o que indica que o uso desta canoa motorizada vem assumindo papel importante, se no passado a canoa a remo preponderava agora existe uma tendência a maior utilização do rabudo para esses trajetos, mesmo em trajetos muito curtos. Isso se dá em função da melhoria das condições de vida conforme indicado anteriormente, com uma maior inserção de objetos tecnológicos.

Obviamente não podemos perder de vista a questão cultural, pois alguns mesmo tendo condições ou possuindo um barco motorizado preferem usar a canoa a remo. Também ressaltamos a coexistência entre esses meios de transportes, sendo que a chegada de outros meios de transporte mais rápido não tem anulado a utilização da canoa, apesar da sua utilização de ter diminuído consideravelmente.

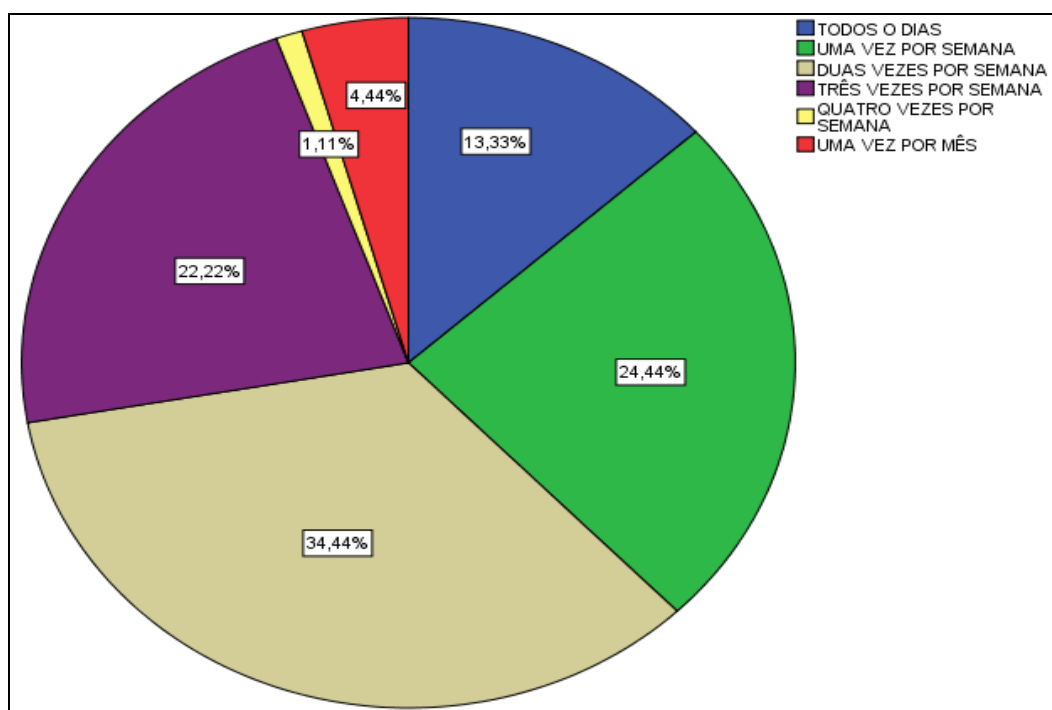
A utilização da rabeta que é o barco de porte médio, mas se diferenciando dos anteriores por ter o motor quase no centro do barco, também apareceu na fala de 15,56% dos entrevistados. Merece destaque que os tipos de transporte, tanto a canoa a remo, o rabudo, a rabeta não possuem toldo.

Apenas 1,11% dos entrevistados afirmaram usar a lancha como meio de transporte, esta se diferencia dos meios anteriores por possuir o toldo como cobertura para proteger do sol e da chuva e no geral possuir maior capacidade de carga.

Finalmente 4,44% dos entrevistados afirmaram usar bicicleta como meio de transporte, esta é utilizada por aqueles que moram nas proximidades das áreas de terra firme, que moram nas áreas de várzea alta ou de transição com a terra firme.

Nesse contexto dos transportes investigamos a frequência que o entrevistado viajava para a cidade sede de seu município, no gráfico 21 apresentamos os resultados.

Gráfico 21 - Frequência em que os entrevistados vão até a cidade sede do município em Cametá, Igarapé-Miri e Oeiras do Pará, anos 2014-2016



Fonte: Pesquisa de Campo, 2014-2016, Org. Rosivanderson Baia Corrêa

Observe que os resultados foram bastante diversificados. Sendo que a maioria se concentrou na faixa de uma, duas ou três vezes por semana. Obtivemos que 24,24% vão a cidade, em média, uma vez por semana, 34,44%

vão a cidade duas vezes por semana e 22,22% vão a cidade em média três vezes por semana. Da somatória destas três faixas teríamos 81,10%.

Temos, portanto, um contato bastante intenso com a cidade, que se dá em função da venda do açaí e em busca de serviços como os de saúde, bancos e fazer compras. Observamos que as comunidades mais próximas têm um contato mais intenso com a cidade devido a contiguidade espacial que se encontram.

Se num passado não muito distante, anteriormente aos anos 1990, esse contato era mais difícil devido ao baixo desenvolvimento dos meios de transportes, as canoas a remo e movida a vela eram muito lentas e demoravam muitas horas para chegar ao destino. O desenvolvimento dos meios de transportes e um certo melhoramento das condições socioeconômicas, conforme já destacado, permitiu a compra de motores a vapor e a motorização dos barcos tornou-os mais velozes, reduzindo o tempo demandado para se deslocar das comunidades para os espaços urbanos, melhorando o acesso a bens e serviços.

Neste contexto, os produtos importados tiveram um papel crucial, se antes comprar um motor de fabricação nacional era para poucas e raras pessoas, atualmente os objetos importados vendidos a preços acessíveis e com pagamento facilitado permitem a comprar desses objetos, dentre eles o motor a vapor que é de fundamental importância para o transporte nessas comunidades.

CONSIDERAÇÕES DO CAPÍTULO

O objetivo principal deste capítulo foi abordar a questão da caracterização do açaí, seus principais aspectos gerais e analisar a questão da produção pelas comunidades ribeirinhas, realizando a análise empírica, apresentando um quadro atual da situação das mesmas.

Percebemos ao longo do mesmo as contradições apresentadas, de um lado o grande volume da produção e de outro a dificuldade de agregação do

valor, apresentando contradições mesmo entre as famílias produtoras de açaí como foi o caso demonstrado na questão socioeconômica.

E temos um quadro de inserção inicial de objetos tecnológicos fruto de uma certa valorização do produto no mercado externo e na concessão de políticas sociais como o seguro defeso e o bolsa família. Ainda associado a expansão de formas de parcelamento desses produtos nos últimos anos no Brasil.

Residindo desta forma as principais contradições na oferta de serviços como saúde, educação e segurança. A oferta de serviços de saúde é escassa, sendo que a maioria das comunidades não possui assistência alguma. A educação tendo demonstrado um grau baixo de escolaridade dos entrevistados e uma oferta também no geral nas comunidades na maioria de apenas o ensino fundamental. E a segurança também inexistente, sendo que em nenhuma comunidade possui algum tipo de serviço de segurança.

Ainda são necessárias políticas públicas para que possa alcançar essas comunidades aproveitando as potencialidades que as mesmas possuem, bem como estabelecer as relações existentes entre os conceitos de território e desenvolvimento. É o que será tema do próximo capítulo, discutindo as políticas públicas atuais e as potencialidades existentes a partir da produção do açaí juntamente com outros produtos que as mesmas conseguem produzir.

CAPÍTULO V: TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO: POLÍTICAS PÚBLICAS, PRODUÇÃO DO AÇAÍ E PERSPECTIVAS FUTURAS

O objetivo deste capítulo é estabelecer as relações entre os conceitos de território e desenvolvimento dando ênfase para a produção do açaí na Microrregião Geográfica de Cametá, bem como discutir as políticas públicas existentes e as perspectivas futuras de desenvolvimento territorial tendo como base a produção deste fruto.

5.1 TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO

O conceito de desenvolvimento assume diversas acepções, isso suscita o surgimento de diversas vertentes dentro debate teórico-metodológico, sendo a mais vulgarizada aquela que associa desenvolvimento a crescimento econômico. Esse caráter economicista assumiu uma postura setorialista e durante muito tempo divulgado como sendo o aumento do PIB associado a renda *per capita*. Não levando em consideração as demais dimensões da sociedade. Isso serviu para que esse conceito fosse utilizado como instrumento de manipulação política e ideológica.

Outros conceitos vão sendo associados desta forma ao desenvolvimento como progresso, evolução e crescimento. Assumindo uma perspectiva linear, etapista pelas quais uma sociedade deveria passar e superar, para chegar ao tão sonhado desenvolvimento. Um equívoco bastante comum foi o de associar o conceito de desenvolvimento a industrialização, principalmente no chamado terceiro mundo. Como salientou Benko (1999, p. 70) “até uma época recente (apenas há alguns anos), essa teoria sugeria que o caminho mais eficaz para o desenvolvimento passava pelas indústrias dos grandes pólos de crescimento, às quais se juntavam, a montante, fornecedores atraídos por políticas de substituição das importações”.

Nesta perspectiva, para desenvolver uma sociedade, um país, bastaria que esta fosse industrializada e que os demais processos de melhoria da qualidade de vida ocorreriam automaticamente. Melhorando os indicadores econômicos, os indicadores sociais acompanhariam, não levando em conta o problema da distribuição e da desigualdade da renda.

No entanto, outras abordagens foram elaboradas a partir do século XX assumindo este conceito outras adjetivações como é o caso do desenvolvimento local, endógeno, regional, social, humano, ecodesenvolvimento e dentre eles o que mais interessa para o presente trabalho o conceito de desenvolvimento territorial com enfoque rural, sendo aquele que tem como plano de fundo uma abordagem territorial, rompendo com o caráter setorialista.

Durante muito tempo no Brasil as políticas de desenvolvimento estiveram centradas apenas no caráter setorial, não levando em consideração o território em suas múltiplas dimensões. Conforme enfatiza Hespanhol (2014) até o final de 1970, prevaleceram no Brasil políticas de cunho desenvolvimentista, focalizadas no estímulo ao crescimento econômico, sem maiores preocupações com os aspectos ambientais e sociais. É a partir das orientações da ONU que começam a ser incorporados outros elementos em especial na década de 1980.

É desta forma que no Brasil, seguindo uma matriz europeia irá se dá a confluência dos conceitos de desenvolvimento e território, no conceito de desenvolvimento territorial, levando-se em consideração outras dimensões do território na elaboração de políticas públicas, sendo inseridas paulatinamente políticas dessa natureza.

Mas a abordagem territorial propriamente dita só será incorporada no Brasil na década 1990, sendo as primeiras iniciativas de incorporação de elementos territoriais para se pensar o território. Como destacou Hespanhol (2014, p. 6)

No Brasil, a adoção da abordagem territorial tem como marco inicial o programa Comunidade Ativa, instituído pelo governo FHC no ano de 1999. Por meio de tal se procurou fomentar o desenvolvimento local de regiões menos dinâmicas com a implementação de Planos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DELIS).

Sendo apenas a primeira iniciativa utilizando da abordagem territorial, sendo que terá sua continuidade mais tarde, como destaca o mesmo autor, que:

Foi no governo Lula, iniciado em 2003, que a abordagem territorial ganhou força, sendo instituídas políticas com essa perspectiva. Uma das primeiras iniciativas foi a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a qual passou a ter a incumbência de estimular e coordenar projetos de desenvolvimento de territórios rurais (HESPANHOL, 2014, p. 6)

A criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial é considerada um marco para a abordagem territorial no Brasil. Conforme enfatiza Oliveira (2010, p. 165) que emerge de forma contundente a abordagem territorial do desenvolvimento concebida como estratégia eficaz para incentivar e aprofundar a interação entre os órgãos governamentais e a sociedade civil organizada.

No que diz respeito aos territórios rurais, as políticas públicas devem ser concebidas no intuito de reconhecerem plenamente a cidadania da população residente no campo, visando a garantir o acesso aos serviços públicos básicos, tais como educação, saúde, habitação, transporte, saneamento, lazer, telefonia, etc. A população rural precisa, tanto quanto a população urbana, de tais serviços, a despeito do seu menor adensamento, dado a maior dispersão espacial. (HESPANHOL, 2005, p. 17)

A ênfase deve ser centrada nos territórios rurais em busca de diminuir as desigualdades de oferta de políticas públicas e serviços públicos. Independente da população rural ser menor em alguns casos. Mas, no caso de nossa pesquisa, nos três municípios pesquisados a população rural é maior que a urbana e apesar de estar mais dispersa necessita de políticas para que possa exercer sua cidadania. Paradoxalmente o que se percebe a partir dos dados coletados é uma situação precária, como são os casos da segurança e da saúde. Nas comunidades pesquisadas não há nenhum tipo de policiamento ou medida de proteção a sociedade e no caso da saúde não há nenhum posto médico sequer. As comunidades estão completamente desprovidas, tem que se deslocar para a vila mais próxima ou a cidade sede do município. E no que diz respeito à segurança, estão entregues à própria sorte, haja vista que a violência também está presente nesses espaços atualmente.

A pobreza da população rural permanece elevada e não é somente por meio do estabelecimento de políticas de fomento à produção que tal quadro será revertido. Faz-se necessário o estabelecimento de políticas de cunho distributivo que propiciem o pleno acesso da

população aos serviços públicos e aos bens de consumo básicos (HESPANHOL, 2008, p. 92).

A pobreza rural é um problema grave e o empoderamento econômico não resolverá o problema, uma vez que o acesso a serviços públicos básicos é precário ou inexistente, como são os casos da saúde, educação e segurança.

A perspectiva do desenvolvimento territorial, devidamente importada da Europa, está incorporada ao discurso oficial. Cabe ao poder público converter tal discurso em prática efetiva. Para tanto haverá necessidade da alocação de recursos para fazer frente ao cumprimento de tal objetivo, bem como a contratação de técnicos ou de serviços técnicos com este propósito (HESPANHOL, 2008, p. 92).

Como salienta o autor citado, não é apenas a incorporação de um conceito ao discurso oficial que vai mudar a realidade, é preciso investimento, qualificação técnica para que esta política pública seja implementada. E principalmente quando se trata de política para a Amazônia, ou uma microrregião no interior da Amazônia como é o objeto que estudamos, isso ainda requer muito mais atenção, pois devido as dificuldades sempre colocadas à frente das necessidades, fazem com que muitas políticas públicas fiquem apenas no papel ou sejam implementadas precariamente apenas para fazer parte da estatística oficial e não contemplando a sociedade em sua maioria.

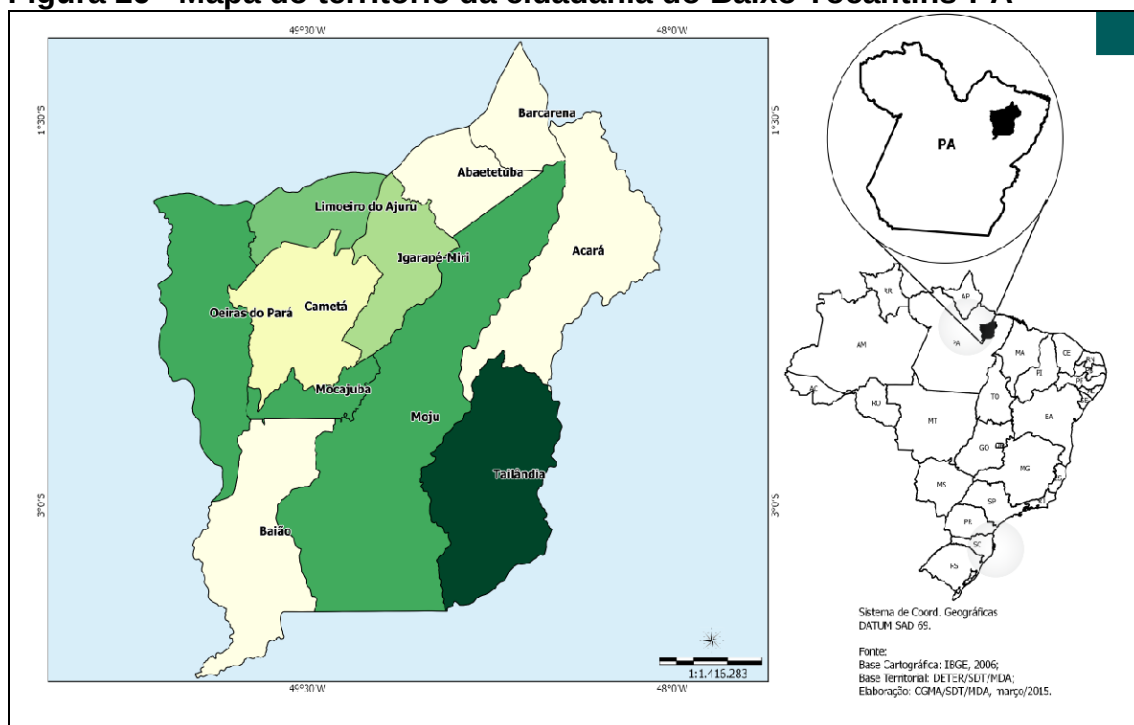
Mas é importante ressaltar a importância desse debate sobre a abordagem territorial para a produção do açaí, como bem explicitou Favaretto (2007, p.15)²⁹: “a economia das áreas rurais não pode ser compreendida isoladamente da economia das áreas urbanas. A superação desta dicotomia é, aliás, uma das razões da emergência da chamada abordagem territorial do desenvolvimento”. É preciso debater a questão do desenvolvimento tanto para o urbano como para o rural.

²⁹ Prefácio à terceira edição, Paradigmas do capitalismo agrário em questão, Abramovay, 2007.

5.2 O PROGRAMA TERRITÓRIOS DA CIDADANIA NA MICRORREGIÃO CAMETÁ

A Microrregião Cametá foi selecionada como o Território da Cidadania do Baixo Tocantins-PA. Além dos sete municípios da Microrregião Cametá (Abaetetuba, Baião, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajurú, Mocajuba e Oeiras do Pará) foram acrescentados os municípios de Acará, Barcarena, Moju e Tailândia totalizando, portanto, onze municípios. Conforme demonstra a figura 26:

Figura 26 - Mapa do território da cidadania do Baixo Tocantins-PA



FONTE: CGMA/SDT/MDA

Do ponto de vista do recorte regional esses quatro municípios devem ter sido inclusos como baixo Tocantins apenas como questão de contiguidade espacial, com exceção de Barcarena que está localizado fisicamente no Baixo Tocantins. Acará, Moju e Tailândia estão fora do Baixo Tocantins.

Alguns dados básicos do território são fornecidos pela Secretaria de desenvolvimento, conforme destacado na figura 26

Figura 27 - Dados básicos do território do Baixo Tocantins

Variável	Valor
Área (em Km ²)	35.838,92
População Total (hab.)	740.045
População Urbana (hab.)	349.297
População Rural (hab.)	390.748
Nº de Famílias Assentadas - Reforma Agrária	30.837
Número de Projetos - Reforma Agrária	137
Área Reformada - Reforma Agrária (em hectares)	492.848
Nº de estabelecimentos da agricultura familiar	32.301
Pessoal ocupado na agricultura familiar	121.321
Número de Pescadores	0

FONTE: CGMA/SDT.

Apesar dos dados de população estarem desatualizados, pois têm como fonte o Censo Demográfico de 2010 eles são os mais recentes disponíveis. Os dados referentes a reforma agrária do INCRA estão bem mais atualizados, pois são de 2014. No entanto, o que chama a atenção ao observar os dados é a inexistência de pescadores, numa pesqueira com expressivo número de pescadores na maioria dos municípios.

5.3 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Nesse contexto merece ênfase o Programa Bolsa Família. Esse programa tem demonstrado uma grande importância no combate a pobreza nos municípios estudados. Por isso dedicaremos este item para analisar essa política governamental.

Os municípios estudados apresentam baixo IDH, e conforme se verifica na tabela 16 um grande número de famílias apresentou perfil para ser beneficiária do Programa Bolsa Família no Censo Demográfico de 2010.

Tabela 16 - Síntese das informações Programa Bolsa Família para os municípios de Cametá, Igarapé-Miri e Oeiras do Pará.

Descrição	Municípios		
	Cametá	Igarapé-Miri	Oeiras do Pará
Estimativa de famílias pobres - Perfil Bolsa Família (CENSO 2010)	15.404	8.067	3.905
Total de pessoas cadastradas (03/2016)	92.868	46.837	26.125
Estimativa populacional (2016)	132.515 .	60.675.	31.257 .
Percentual de pessoas cadastrados no Bolsa Família	70,08%	77,19%	83,58%
Quantidade de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (03/2016)	19.860	10.008	5.085
Valor total pagos em benefícios (Reais)	3.821.619,00	1.692.084,00	1.267.232,00

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social, IBGE (2010, 2016), org. Rosivanderson Baia Corrêa.

Algo que chama atenção ao analisarmos os dados é o grande número de pessoas cadastradas no Programa Bolsa Família sendo a imensa maioria da população de cada município. Comparamos o número de cadastrados no ano de 2016 com a estimativa populacional (IBGE) para o ano de 2016 e obtivemos os seguintes resultados. Oeiras do Pará com 83,58%, Igarapé Mirí com 77,19% e Cametá com 70,08% da população cadastrada no Bolsa Família.

Esse dado nos ajuda a compreender a situação de pobreza da maioria da população desses municípios, por mais que exista um percentual daqueles que recebem o benefício indevidamente, mas não existem dados oficiais para analisarmos isso, o que existe de fato e o perfil do Censo Demográfico de 2010 demonstrou, é que a maioria das famílias depende dessa assistência governamental.

Se compararmos a quantidade de famílias com perfil bolsa família em 2010 e no ano de 2016 observamos que houve aumento do número, mas devemos levar em consideração que houve aumento populacional durante esses seis anos.

O fato que esses municípios dependem desse auxílio governamental, isso pode ou não dinamizar a economia, mas auxilia bastante no combate a extrema pobreza.

5.4 O AÇAÍ E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NA MICRORREGIÃO CAMETÁ

Neste item discutiremos as políticas públicas voltadas para a produção do açaí e para comunidades ribeirinhas no estado do Pará, bem como na Microrregião Cametá, embora algumas ainda sejam de caráter incipiente e outras não sejam encontradas em um grande número na área estudada.

PRO VÁRZEA

Um dos grandes problemas enfrentados pelas comunidades ribeirinhas é a regularização fundiária. A população residente nestas comunidades vive em áreas de várzea, as quais pertencem a marinha brasileira e, por isso, não possui o título de propriedade.

Nesse sentido atores como Instituto Brasileiro de Meio Ambiente - IBAMA, Secretaria de Patrimônio da União – SPU, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, ONGs, como a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), comunidades da várzea, governos dos estados do Pará e Amazonas, Conselheiros do Conselho Nacional do Meio ambiente (CONAMA), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e Ministério do Meio Ambiente, realizaram estudos para elaboração de um programa que pudesse viabilizar o processo de regularização fundiária (SANTOS, 2005, p. 33).

O resultado desse estudo é o Pro Várzea, um programa que prevê a regularização das áreas de várzea para as comunidades que vivem em tal ecossistema. O Programa de Regularização Fundiária de Áreas de Várzeas Rurais foi instituído pela Portaria nº 284, de 14 de outubro de 2005 – DOU de 17/10/2005. O programa tem a coordenação da Secretaria de Patrimônio da União (SPU), por meio da Gerência da Secretaria do Patrimônio da União do Estado do Pará (GRPU/PA).

Os principais objetivos do Programa são: Para os comunitários ter a posse da terra garantida, Incra e SPU têm o objetivo de resolver a situação de cerca de 1,5 milhão de pessoas que vivem em áreas de dominialidade pública, Ibama e Ministério do Meio Ambiente têm o interesse de garantir a gestão participativa dos recursos naturais da várzea, trabalhando com populações legalmente assentadas na terra, as ONGs têm o interesse de trabalhar em áreas onde é possível fazer o planejamento de longo prazo e onde os direitos de uso destas facilitem a implantação do manejo dos recursos naturais. (SANTOS, 2005)

Através desse marco legal e jurídico será possível a regularização fundiária das áreas de várzea para as comunidades ribeirinhas, dando-lhes maior segurança para a permanência em seu habitat, proporcionando-lhes capacidade para poder pensar em investimento a médio e longo prazo.

Além disso, esse instrumento pode servir como um facilitador de acesso ao crédito para o ribeirinho. Atualmente poucos conseguem algum tipo de financiamento para produzir, devido das exigências das instituições quanto a titulação das terras.

É importante ressaltar que do ponto de vista da implementação dessa política pública na microrregião estudada ainda precisa avançar muito, sendo encontrado um número muito baixo de pessoas beneficiadas pela regularização fundiária que foi efetivada pelo INCRA com vistas muito mais em conseguir a construção pelo projeto da casa própria fornecido pelo governo Federal.

A maioria das pessoas tem apenas a posse da terra, adquirida quase sempre através da herança de seus familiares, quando ocorre compra do lote de outras pessoas é muito comum se encontrar um recibo feito em cartório onde ambas as partes assinam apenas para obter algum documento por escrito, mas que não tem valor legal.

5.5 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA CADEIA PRODUTIVA DO AÇAÍ NO ESTADO DO PARÁ - PRÓ AÇAÍ

O estado do Pará é um dos maiores produtores de açaí do Brasil e precisa de políticas públicas específicas para esse produto. O governo do

estado do Pará, em parceria com outras instituições como EMBRAPA, lançou no início do ano de 2016 o Programa de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Açaí no estado do Pará – o Pró Açaí.

O Programa foi lançado por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca – SEDAP com o objetivo de expandir a oferta do fruto. Segundo a SEDAP o Pará é hoje o maior produtor nacional de açaí, com 154 mil hectares de área plantada e manejada em 12,8 mil propriedades rurais distribuídas em todo estado e produção anual de um milhão de toneladas. Em 2014 apenas as vendas externas do produto injetaram mais de R\$ 225 milhões na economia estadual. A demanda continua a crescer e a produção local já não consegue atender ao aumento do consumo em condições satisfatórias, o que tem levado, inclusive, ao aumento do preço. (AGÊNCIA PARÁ, 2016).

Conforme se constata no documento publicado pela SEDAP existe uma preocupação em atender a demanda externa e para isso precisa aumentar a área plantada e a quantidade produzida do produto. Uma clara preocupação com o mercado externo e com um aumento dos recursos que serão injetados na economia do estado.

Salienta ainda que com o Pró-Açaí, a Sedap espera expandir em 50 mil hectares a área cultivada com açaí no período de 2016 a 2020, fazendo com que a produção aumente em 360 mil toneladas anuais de frutos até 2024, quando todas as novas áreas cultivadas estarão produzindo de forma plena³⁰. A meta é implantar 10 mil hectares de açaizeiros nas regiões de terra firme do estado, na forma de cultivo solteiro ou em Sistemas Agroflorestais (SAFs). A ideia, na terra firme, é aproveitar apenas as áreas já abertas pela ação humana – como pastagens abandonadas – e envolver mil pequenos, médios e grandes produtores rurais utilizando, entre outras tecnologias, a irrigação. (AGÊNCIA PARÁ, 2016).

A ideia é aproveitar as áreas degradadas pela ação humana nas áreas de terra firme e implantar 10 mil hectares de açaizeiro em regime de SAF's ou plantio solteiro, não necessitando de abrir novas áreas da floresta nativa.

³⁰ Isso leva em consideração que o açaizeiro começa a produzir a partir do terceiro ano após o plantio em média.

Ressalte-se a ainda a importância da utilização da irrigação nessas novas áreas para evitar o déficit hídrico e alteração das propriedades organolépticas do fruto que quando plantado em área de terra firme apresenta alteração no gosto, por conta do ressecamento, diminuindo a quantidade e a qualidade da polpa extraída do fruto. Além do mais, o açazeiro quando irrigado diminui o seu ciclo de safra/entressafra podendo produzir quase o ano todo, diminuindo a escassez e os preços do produto na entressafra. Os elevados preços do açaí no mercado local, durante a entressafra dificultam o acesso ao produto pelas classes baixas.

Segundo a Sedap, nas áreas de várzea, onde se concentra atualmente a maior parte da produção paraense, a meta é ampliar o emprego de técnicas de manejo e de enriquecimento em 40 mil hectares de açazeais envolvendo 10 mil produtores familiares das regiões do Marajó e Baixo Tocantins no período compreendido entre 2016 e 2020 (AGÊNCIA PARÁ, 2016).

Dessa forma, o programa deverá ser responsável pela ampliação de 40 mil hectares de açazeais nas áreas de várzea e o que é de maior ênfase para o presente trabalho que será exclusivo para as regiões do Marajó e Baixo Tocantins, sendo esta última o objeto de estudo de nosso trabalho, o que poderá trazer impactos futuramente na forma de organização da produção e comercialização do açaí.

O diretor de Agricultura Familiar da Sedap, Luiz Pinto, destaca que: “Um dos pontos importantes do programa é a incorporação de tecnologia ao processo. Nas áreas de terra firme, por exemplo, a ideia é triplicar a produtividade com o uso de irrigação, passando das atuais quatro toneladas de frutos por hectare, em média, para uma média de 12 toneladas de frutos colhidos por hectare” (AGÊNCIA PARÁ, 2016). A principal técnica a ser empregada é irrigação dos açazeais em áreas de terra firme.

Outro ponto destacado pelo programa é a geração de emprego e renda, “a expansão da cadeia produtiva trará ganhos sociais, com a criação de mais de três mil empregos diretos e 12 mil indiretos na terra firme e de 5 mil ocupações produtivas diretas e de outras 20 mil ao longo da cadeia, nas áreas de várzea”. (AGÊNCIA PARÁ, 2016). O documento procura demonstrar os impactos na geração de emprego, apesar de não estar devidamente demonstrado como isto ocorrerá. A previsão de trabalhar com mil propriedades

e gerar três mil empregos diretos seria uma proporção de três empregos para cada propriedade na terra firme e na área de várzea a previsão de trabalhar com 10 mil produtores e a geração de cinco mil empregos, uma proporção de meio emprego direto para cada propriedade. O programa também contará com uma nova base genética que está sendo preparada pela Embrapa Amazônia Oriental, trata-se do lançamento de uma nova cultivar de açaí, chamada provisoriamente de BRS Ver-o-peso. Essa semente deverá ter como diferencial a maior produtividade, podendo alcançar até 15 toneladas por hectare/ano (EMBRAPA, 2016). Importante salientar que a Embrapa já lançou anteriormente o BRS Pará, uma cultivar com melhoramento genético próprio para área de terra firme e com ciclo mais curto para frutificação.

Além disso, o BRS Ver-o-peso tem a vantagem de ter sido desenvolvido exclusivamente para área de terra firme e sua produção garantirá a safra o ano inteiro minimizando um dos grandes problemas da cultura no estado que é a sazonalidade como ressaltou o pesquisador João Tomé "Atualmente 80% da produção ocorre de julho a dezembro. No restante do ano a oferta da fruta cai drasticamente, impactando toda a cadeia" (EMBRAPA, 2016).

De fato, a sazonalidade da produção do açaí sempre foi um problema para o consumidor, mas muitos produtores ribeirinhos têm manejado sua produção para que possa colher frutos na entressafra por conta do melhoramento do preço, pois o açaí na safra, conforme demonstramos no capítulo anterior, é vendido muito barato, os melhores preços são alcançados por atores sociais que conseguem fazer a agregação de valor ao produto que nesse caso não é o produtor e sim as grandes empresas que atuam no ramo.

Para a Sedap os números demonstrados são promissores e podem elevar o estado a um novo patamar, o que aumenta a satisfação em fazer parte desse programa, como falou o chefe adjunto de pesquisa e desenvolvimento da Embrapa Amazônia Oriental, Walkymário Lemos. Ele lembrou que a cultura do açaí é estratégica para áreas de pesquisa e transferência de tecnologia e que todos os esforços serão concentrados, para estabelecer e reforçar parcerias que auxiliem o Pará a alcançar desenvolvimento com sustentabilidade (EMBRAPA, 2016). Importante ressaltar que o açaí manejado de forma correta contempla a questão ecológica, mas é preciso contemplar as outras dimensões do desenvolvimento sustentável, devendo ser socialmente

justo e economicamente viável.

Se o investimento for apenas em ampliar as áreas produtoras e aumentar a quantidade da produção do fruto, podemos estar correndo o risco apenas de aumentar a oferta do produto para atender a demanda externa e é preciso pensar em outras formas de valorizar esse produto e não apenas vender de forma *in natura* como é feito pelas comunidades ribeirinhas hoje ou vender em forma de polpa de fruta como é exportado hoje pelas agroindústrias, sendo o beneficiamento maior feito fora do estado.

Não podemos andar na contramão da história uma vez que temos lições bastante contundentes de produtos que tiveram apenas a produção ampliada como foi o caso do café no vale do paraíba em São Paulo e do látex na Amazônia que passaram depois do auge entraram em decadência.

É preciso pensar em outras formas de agregar valor ao açaí como produto, e pensar esse circuito espacial da produção, sendo o Pará (e em nosso caso a microrregião Cametá) não apenas mero fornecedor de matéria prima, é preciso investir em tecnologia para transformar esse produto, como já é feito lá fora, como por exemplo a fabricação de alimentos funcionais, energético, geleia, doce, café, suco, sabão etc.

Do ponto de vista da efetivação do Pró Açaí pensamos que ainda está em caráter incipiente o processo de implementação, pois, não encontramos em nossa pesquisa de campo na microrregião Cametá nenhum produtor que tenha sido beneficiado por este programa.

5.6 A PRODUÇÃO DO AÇAÍ E O FOMENTO A PARTIR DO FNO E PRONAF

Neste item iremos destacar duas políticas de crédito que, de certa forma, tiveram algum impacto na produção do açaí nas comunidades ribeirinhas e que durante a pesquisa de campo encontramos produtores que utilizaram linhas crédito do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

O FNO é uma modalidade de crédito que remonta a década de 1990 e foi administrada pelo Banco da Amazônia – BASA. Sousa (2002, p. 157) destaca que: o FNO em Cametá foi conquistado a partir de uma luta dos

trabalhadores rurais em vistas de superar a crise da agricultura, sem que houvesse clareza de antemão sobre a que tipo de produção deveria ser orientado.

Sousa (2002) destaca que os fundos constitucionais foram criados a partir da constituição de 1988 e regulamentados pela lei 7.827, de setembro de 1989, tendo por objetivo o soerguimento do desenvolvimento nas regiões consideradas periféricas do país, com a justificativa de corrigir as desigualdades regionais históricas existentes no Brasil. Um recurso específico para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

No caso do FNO, o autor destaca que foram financiados na década de 1990 projetos voltados para áreas de ilhas e de terra firme, sendo os projetos das áreas de ilhas um total de 296 projetos exclusivamente para açaí, ao todo 826 hectares e um montante de R\$ 904.254,00 (SOUSA, 2002).

Na amostra coletada na presente pesquisa 20% dos entrevistados afirmaram ter atualmente financiamento pelo FNO especial, variando em média de três a cinco hectares, o valor financiado por hectare é de até R\$ 3.00,00 (três mil reais), de acordo com as informações dos entrevistados. Para ter acesso ao financiamento é preciso ter o aval da EMATER.

As vantagens demonstradas pelos produtores em ter projeto financiado pelo FNO são muitas, dentre elas a segurança de ter a capacidade de investir em um manejo mais intenso do açaizal e poder pagar mão de obra externa a família. Uma vez que o trabalho no manejo requer muita mão de obra e dedicação intensa, sendo que em muitos casos apenas a mão de obra familiar não é suficiente.

Alguns entrevistados criticaram a elevada burocracia enfrentada para conseguir esse tipo de financiamento, pois precisam fazer a regularização fundiária e seguirem as orientações do Banco e do técnico da EMATER que nem sempre condizem com a realidade. Os produtores nem sempre estão dispostos a tudo isso ou não possuem recursos para se locomover e conseguir as portas de entrada desse recurso.

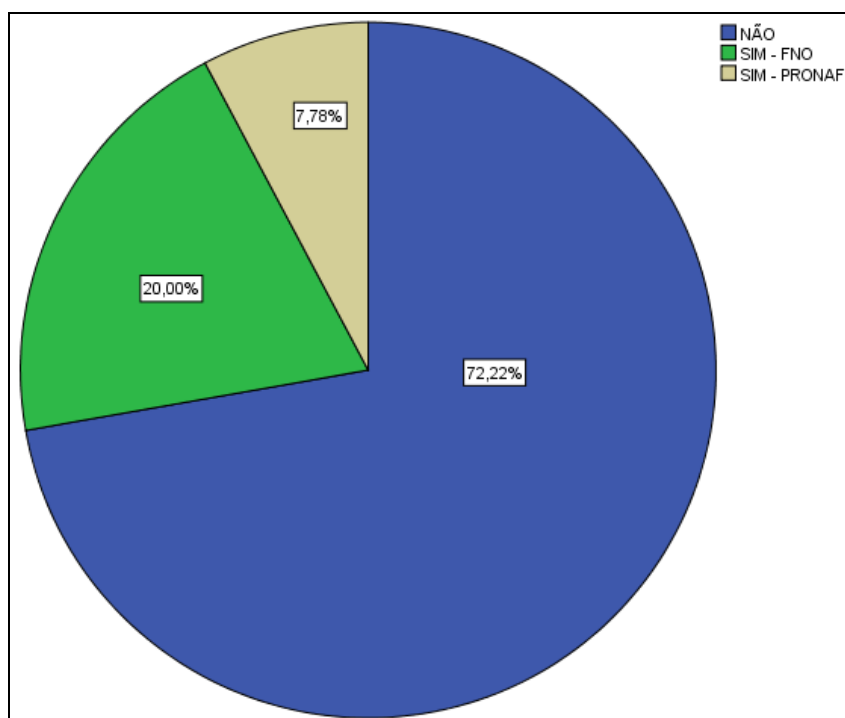
Outra fonte de financiamento utilizada pelos produtores de açaí pesquisados é o PRONAF, criado na segunda metade da década de 1990. Que conforme salienta Hespanhol (2014) por meio deste programa devem ser beneficiados produtores rurais com até dois trabalhadores contratado e que

exploram propriedades cujas áreas são inferiores a quatro módulos fiscais.

Apenas 7,78% dos produtores pesquisados foram ou estão sendo beneficiados por esse programa, apesar de todos se enquadrarem nos critérios exigidos pelo PRONAF.

O gráfico 22 demonstra o percentual de entrevistados que foram beneficiados ou estão sendo financiados pelo FNO e PRONAF e aqueles que não possuem algum tipo de financiamento.

Gráfico 22 - Percentual de entrevistados que possuem algum tipo de financiamento nos municípios de Cametá, Igarapé-Miri e Oeiras do Pará, anos 2014-2016



Pesquisa de Campo, 2014-2016, Org. Rosivanderson Baia Corrêa

Podemos observar a partir do gráfico que 72,22% dos pesquisados nunca utilizaram crédito do PRONAF e FCO. O manejo dos açaizais é realizado apenas com os esforços dos produtores utilizando a mão de obra familiar e, eventualmente, recorrem a contratação de diaristas para realizar o manejo dos açaizais.

5.7 PRINCIPAIS GARGALOS NA PRODUÇÃO DO AÇAÍ: ENTRAVES AO DESENVOLVIMENTO

Neste item discutiremos os principais problemas encontrados na produção e comercialização do açaí no estado do Pará e em especial na Microrregião Cametá, alguns deles já enfatizados em Bayle (2013) em relatório publicado sobre a cadeia produtiva do açaí e do cupuaçu.

Um dos grandes problemas enfrentados é o baixo nível de organização dos produtores, conforme ressalta Bayle (2013). Os produtores ainda não conseguem se organizar em associações ou cooperativas, isso abre espaço para que as cooperativas sejam criadas por empresas e grande parte da produção seja vendida a atravessadores, conforme demonstramos no capítulo anterior. Bayle (2013) também atribui esse baixo grau de organização as distâncias, isolamento das comunidades produtoras, falta de contato entre as mesmas, mas pensamos que hoje esse isolamento é relativo devido ao avanço da comunicação como o celular e os meios de transportes cada vez mais rápidos.

Para Bayle (2013), os altos custos de manutenção e as distâncias prejudicam o trabalho das instituições que deveriam realizar a assessoria técnica. Seriam necessários elevados investimentos para prestar assessoria a todas as comunidades ribeirinhas que produzem o açaí. Além do mais, a assistência técnica existente ainda é pouco preparada, a maioria dos técnicos não possui conhecimento condizente com a realidade, não compreende as especificidades da produção do açaí. Hoje temos consciência que os Sistemas Agroflorestais – SAF's são a melhor opção de manejo, pois o açaí não pode se tornar uma monocultura como as outras, os riscos ambientais seria sérios, eliminando a diversidade de espécies existentes no ecossistema de várzea.

Problemas com a posse e regularização fundiária ainda afetam a grande maioria dos produtores, isso dificulta o acesso ao crédito de custeio e investimento nas instituições financeiras. A aquisição de novas áreas por aqueles que pretendem fazer novos investimento é dificultada pelo fato das não terras não estarem legalizadas.

O surgimento dos açazais cultivados em terra firme, com sistema de irrigação e utilização de defensivos e fertilizantes podem trazer riscos ambientais sérios para o ecossistema e para a produção, bem como para os pequenos produtores, já se tem notícias de plantações de até 50 mil pés de açai, o que poderá inviabilizar a permanência dos pequenos. Esse “novo” produto produzido em terra firme não tem boa recepção no mercado local/regional devido a maioria não ser de origem orgânica e o sabor é diferente do açai produzido nas áreas de várzea. O açai preferido no mercado local/regional é o açai da ilha. Mas teria um novo produto concorrendo no mercado externo e como isso afetará a produção das comunidades ribeirinhas ainda não sabemos, ainda é algo bastante recente, se teremos a presença do agronegócio nesse ramo, isso é incerto.

A demanda pelo açai fruto tem pressionado pela ampliação do cultivo isso pode influenciar os produtores a uma tendência a um sistema de produção de monocultivo, conforme salienta Bayle (2013). Existe uma tendência a retirada das árvores de menor valor comercial, conforme destacamos: “Esse processo tem ocasionado um certo *açaizamento* da paisagem ribeirinha, homogeneizando a paisagem com uma certa tendência a predominância do açazeiro” (CORRÊA, 2016, p.7).

Essa tendência a monocultura coloca em risco a sustentabilidade econômica das comunidades, pois não sabemos quanto tempo esse *boom* do açai vai durar, quem sabe pode ser apenas uma moda. Já temos lições na história bastante elucidativas sobre os riscos da monocultura, como o caso do cacau na Bahia e do café em São Paulo. Além disso, existe o risco ambiental, pois o açazeiro precisa de outras espécies para o controle de iluminação que garanta a qualidade do açai, por outro lado também a mata ciliar vem sendo substituída apenas por açazeiro e ainda não sabemos até que ponto isso garantirá a conservação ambiental da mesma.

Na colheita do açai ainda há muito risco de contaminação, como enfatiza Bayle (2013), apesar de vários cursos terem sido ministrado e cartilhas de informação terem sido pela SAGRI, SEBRAE, SENAI, EMATER, EMBRAPA distribuídas, ainda é necessário informar e acompanhar os produtores para garantir boas práticas desde a colheita. O açai é debulhado (retirado do cacho) no próprio açazal, esse processo exige cuidado como forramento com lonas e

plásticos para evitar o contato com o solo e com as fezes de animais, o próprio paneiro por vezes é colocado no chão. Essa questão vem sendo bastante debatida e já se tem um grau bastante alto de informação aos produtores, apesar das dificuldades de chegar a todos.

Para Bayle (2013) a introdução de novas práticas requer investimentos e isso pressupõe maior acesso ao crédito pelo o produtor.

A distância entre o produtor, o mercado consumidor e as agroindústrias são grandes e o caráter perecível do açaí, que conforme já ressaltado. O açaí fruto em caroço dura apenas 24 horas para ressecar e se tornar inadequado ao consumo, perdendo suas propriedades organolépticas, essas dificuldades podem ser solucionadas com investimentos em tecnologia.

Salienta ainda Bayle (2013) que tudo indica que a estrutura produtiva vai se consolidar num sistema com dois grandes tipos: o cultivo em áreas de várzea e o plantio irrigado de terra firme, caracterizando dois sistemas bastante diferentes e orientados para o mesmo mercado. Talvez isso gere concorrência entre o mesmo produto com formas diferentes de produção.

O alto custo de transporte e escoamento da produção, abordados por Bayle (2013), é um fator de enclave, pois a vasta extensão dos municípios compromete a qualidade do produto e serve como justificativa do preço baixo pago ao produtor.

Bayle (2013), destaca a sazonalidade do produto, com rigor o fator safra/entressafra obriga algumas agroindústrias a fecharem na entressafra por falta de matéria-prima ou tem que procurar outras frutas para processar tirando o foco do processamento do açaí e necessitando investir em outros tipos de equipamentos.

Os elevados custos dos equipamentos para montar uma agroindústria dificultam a iniciativa dos produtores em criarem suas próprias agroindústrias de processamento da fruta. Além do mais, existem dificuldades em cumprir a legislação sanitária e ambiental pelas agroindústrias e batedeiras de açaí atuais, faltam políticas de incentivo ao empreendedorismo. Como destacou um proprietário de agroindústria: “o preço de uma planta para uma capacidade diária de 15 toneladas de açaí é de cinco milhões de reais e metade disso é papel” (E.M, proprietário de agroindústria). Ressalta o empresário em sua fala o alto custo em se cumprir a burocracia e a legislação ambiental, sendo que a

metade do investimento deve ser feita em documentos.

Ainda um dos gargalos que gostaríamos de ressaltar é a questão do trabalho infantil, que debatemos no capítulo 4, que se utilizado como aprendizado, como ritual de passagem faz parte da cultura, do saber-fazer das comunidades ribeirinhas, mas se utilizado com interesses produtivos, visando aumentar a produtividade, seja na colheita, seja no transporte do açaí do açcaizal até a ponte de embarque, pode se tornar um problema para as crianças e a sociedade. Pelo que pudemos perceber isso vem sendo utilizado mas precisa ser debatido, e o empoderamento econômico da família pode ajudar a solucionar, investindo em mais mão de obra.

5.8 PERSPECTIVAS FUTURAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Ao longo deste trabalho procuramos demonstrar a importância e a dimensão da produção de açaí na microrregião e em especial nos três municípios estudados: Cametá, Igarapé mirí e Oeiras do Pará. Bem como na fase final demonstrar os principais entraves ao desenvolvimento.

A articulação entre os conceitos estudados de desenvolvimento e território, tendo sua confluência no conceito de desenvolvimento territorial. A produção do açaí precisa contemplar todas as dimensões do desenvolvimento territorial, em busca de um desenvolvimento territorial sustentável de base agroecológica.

É importante salientar que isso não se alcança tendo como base apenas um produto e nem apenas com a força de vontade dos produtores. É preciso que tenha como complemento outros produtos para fugir da tendência a monocultura. É preciso políticas públicas específicas que contemplem essa produção.

Os Sistemas Agroflorestais – SAF's envolvendo outras culturas que encontramos em baixa escala é uma boa indicação de que isso é possível. Criar sistemas que juntem o açaí, com o cupuaçu, buriti e cacau, por exemplo. Tendo desta forma outras formas de sobrevivência principalmente no período da entressafra. Sendo que a maioria destas comunidades no período da entressafra fica muito vulnerável economicamente, dependendo do apoio governamental em forma de assistência como a bolsa família e o seguro

defeso para aqueles que são pescadores filiados a algum sindicato de pesca.

Bayle (2013) sugere algumas ações que podem melhorar a produção e a comercialização do açaí no Estado do Pará e algumas se aplicam a microrregião estudada quais sejam:

- 1) Fortalecer e atualizar os conhecimentos das entidades prestadores de serviços: o Estado conta com algumas instituições de apoio seja no campo do ensino, da pesquisa ou da extensão, como pode-se destacar o (Instituto de Desenvolvimento Florestal do Pará – IDEFLOR, SAGRI, EMBRAPA, EMATER, SEBRAE etc.. Esses institutos poderiam firmar parcerias juntando o conhecimento técnico que dispõem com o saber fazer das comunidades ribeirinhas que têm anos de experiência no manejo dos açaizais;
- 2) Capacitação dos produtores: é preciso haver uma capacitação contínua dos produtores, introduzindo novas práticas de manejo, visando a conservação ambiental;
- 3) Construção de Parcerias: poderá ser feito parceria entre as instituições já citadas, Organizações Não-Governamentais – ONG's, instituições privadas como empresas e Universidades. Bayle (2013) cita o exemplo da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu (CAMTA) que dispõe de técnicos que realizam visitas regulares aos produtores;
- 4) Além dos SAF's já mencionados Bayle (2013), sugere a prática da apicultura, o meliponicultura que além de produzir mel aceleraria o processo de polinização do açaí;
- 5) Incentivo aos produtores no sentido de se organizar seja em cooperativas ou associações;
- 6) Bayle (2013) enfatiza que os produtores de açaí precisam obter a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e fazer o Cadastro Rural Ambiental (CAR) para que assim os produtores possam buscar ter acesso ao crédito oficial;
- 7) Busca de modalidade de financiamento próprio para o açaí como analisado o Pró Açaí é boa iniciativa, que precisa ser implementado e chegar até os produtores;
- 8) Instalação de agroindústrias de processamento próximas ao produtor de preferência em cada município que produz açaí, assim reduziria os custos de transportes, sendo que 85 % do açaí é caroço e apenas 15%

é polpa. Além disso evitaria a perda da qualidade o fruto, transformando em polpa ou pasteurizando o mesmo;

- 9) Desenvolvimento de novas técnicas como otimização da irrigação mesmo nas áreas de várzea, procurando diminuir a escassez do açaí na entressafra;
- 10) Intensificação do manejo dos açaizais, como hoje vem sendo feito e algumas áreas já conseguem produzir na entressafra, esse conhecimento pode ser ampliado, mesclando ao conhecimento científico, fazendo áreas de experimentações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho teve como objetivo principal identificar e analisar como se organiza a produção do na região do baixo Tocantins em especial nos municípios de Cametá, Igarapé-Miri e Oeiras do Pará, com vistas a fomentar o desenvolvimento territorial. Foi realizado trabalho de campo e feitas análises de documentos oficiais e de dados secundários do IBGE.

Neste contexto, demonstramos a existência de uma grande produção de açaí nestes municípios e tendo como uma das peculiaridades dessa produção a venda do produto *in natura* sem agregação de valor. Este é um dos grandes problemas, principalmente dos municípios de Cametá e Oeiras do Pará, sendo ressaltada a importância de se ter uma agroindústria de processamento do fruto nas proximidades das áreas de produção.

No que diz respeito aos objetivos específicos inicialmente propomos identificar as relações de produção e comercialização do açaí. E conseguimos realizar este objetivo principalmente no capítulo III discutindo através do circuito espacial da produção do açaí os processos de produção, distribuição, consumo, troca. Onde enfatizamos as principais etapas do processo produtivo nos municípios estudados, demonstrando as especificidades desse produto.

Nos propusemos também analisar como se organiza a produção do açaí pelas comunidades ribeirinhas nos municípios estudados. Focamos neste objetivo em especial no capítulo IV, abordando como se organiza essa produção do açaí, enfatizando outras atividades que são realizadas pelas comunidades produtoras de açaí na região, realizando diversas atividades, como a atividade da pesca, do extrativismo do buriti, cultivo do cacau dentre outras. Essas atividades tornam essas comunidades complexas ao realizarem várias atividades as vezes ao mesmo tempo para sua sobrevivência. Importante salientar a realização das outras atividades para a somatória da renda familiar.

Ainda tendo bastante ênfase no que diz respeito a comercialização do produto pelas comunidades o papel do atravessador, eles ainda exercem papel preponderante no processo, responsável pela comercialização da maioria dos

frutos, embora hoje revendam não mais nas feiras como anteriormente e façam a interligação comercial entre as cooperativas ou com as agroindústrias.

Foi proposto também Identificar e analisar os indicadores sociais e econômicos da unidade familiar envolvida no processo de produção do açaí. Este objetivo foi abordado no capítulo IV a partir dos dados coletados na pesquisa de campo foi possível discutir a situação social e econômica, principalmente na carência de dados oficiais sobre as comunidades, trabalhamos com os dados colhidos na pesquisa de campo. Com isso foi possível constatar um baixo grau de organização dos produtores, com carência ainda no que diz respeito ao associativismo, com a falta de associações ou cooperativas realmente organizadas pelos produtores.

Na questão econômica apontamos a partir dos dados enormes discrepâncias entre a renda das unidades familiares o que se dá um função não somente da produção do açaí e do tamanho dos lotes em que trabalham, mas também da influência da renda das outras atividades, bem como a influência da assistência governamental.

Também procuramos identificar formas de manejo sustentável do açaí, tanto aqueles promovidos pelo Estado como os que são realizados pelas próprias comunidades. Desta forma discutimos as políticas públicas encontradas que exercem alguma influência nessa produção, como o FNO e PRONAF, com poucos financiamentos a esta produção. Algumas políticas como o PRÓ AÇAÍ ainda está em estágio incipiente e abordamos a partir dos documentos oficiais ainda não tendo sido encontrada em campo alguma família financiada por essa política.

As formas de manejo que são praticados são desenvolvidas pela própria comunidade a partir do saber-fazer, baseado no conhecimento empírico acumulado ao longo dos anos, na prática, na lida nos açaizais. Experiências que vem se aperfeiçoando ao longo dos tempos.

E por último tínhamos proposto analisar o papel de atores sociais como as agroindústrias, atravessadores e cooperativas. A abordagem deste objetivo ficou muito mais centrado no papel dos atravessadores que estão presentes nos três municípios e das agroindústrias centralizadas apenas no município de Igarapé-Miri. Faltou mais ênfase no papel das cooperativas de compra e venda do açaí encontradas apenas no município de Cametá, mas tivemos dificuldade

em realizar entrevistas com as mesmas.

Elaboramos três hipóteses na introdução do trabalho e iremos discutir a possibilidade de ter se aproximado de cada uma delas. A primeira hipótese diz respeito ao fato de a expansão do açaí no mercado externo, levando em consideração o volume da produção na região ter gerado poucos benefícios para as comunidades ribeirinhas e, por consequência, as famílias que produzem o açaí, porque as mesmas vendem o açaí ao atravessador de forma *in natura* e a preços baixos, sem nenhuma agregação de valor.

Essa hipótese se confirma apenas em parte, pois os entrevistados afirmaram que é preciso haver agregação de valor ao produto, necessitando enfocar que no município de Igarapé-Miri ocorre processamento da produção, mas é feito pelas agroindústrias de processamento que são de empresários e não pertencem aos produtores e desta forma os produtores defendem a criação de cooperativas para implantar agroindústrias dos produtores. Em Cametá e Oeiras do Pará os produtores defendem a implantação de agroindústrias de processamento do fruto para melhoria do preço do açaí, vendido atualmente em sua maioria a atravessadores.

Mas, por outro lado, os produtores em sua maioria afirmam que a produção de açaí vendida ao mercado externo tem gerado benefícios e apontaram como melhoria da qualidade de vida a compra de casa própria, sendo que alguns possuem casa na comunidade e no espaço urbano para os filhos estudarem, também apontaram como melhoria da qualidade de vida a compra de alguns bens, tais como: televisores, aparelhos de celular, barcos motorizados, motores para geração de energia, máquinas elétricas para bater açaí etc.

A segunda hipótese elaborada diz respeito a existência de poucas mudanças impressas no território, levando em consideração o volume da produção advinda da atividade produtiva do açaí, uma vez que a principal agregação de valor ao produto se dá externamente aos territórios onde a produção é realizada. De fato, não houve mudanças em termos de infraestrutura gerada para e pelo açaí, apenas no município de Igarapé-Miri houve uma organização espacial em função da instalação de agroindústrias.

Mas as mudanças impressas no território para as comunidades ribeirinhas não ocorreram de fato como a construção de portos, cooperativas, pequenas agroindústrias nas comunidades, embora que caseiras. Mesmo a debulha do açaí (retirada dos frutos do cacho) continua sendo feita no açaizal em cima de lonas ou folhas, quando poderia se ter galpões ou outra estrutura, como em outros cultivos, para que esses serviços fossem feitos e não improvisados.

Nesse sentido, a metamorfose mais importante que se pôde vislumbrar foi na maneira como é feito o manejo dos açais que se tornou mais intensa e isso fez com que os açazeiros se tornassem mais visíveis na paisagem ribeirinha os açazeiros do que outras espécies vegetais. Isso pode representar sérios riscos ambientais para a proteção da mata ciliar e para a diversidade, inclusive para o próprio açazeiro precisa de outras árvores para o controle de sombreamento.

A terceira hipótese tecida foi que falta organização aos produtores em associações e esta pode se apresentar como uma alternativa viável para agregar valor ao produto e fomentar o desenvolvimento, mas deverá ser feita a partir da organização dos produtores em associações e criando formas de inovação como a transformação do açaí em outros produtos, uma vez que há matéria prima em abundância.

A falta de organização e da cultura do associativismo se confirmou através dos dados coletados em campo demonstrando que a maioria não participa de nenhuma associação ou cooperativa de produtores, aqueles que possuem vínculo com alguma coisa desse gênero são associados à colônia de pescadores com vistas a receber o benefício do seguro defeso.

O açaí se apresenta como uma alternativa importante para o desenvolvimento territorial desde que aliado a outras culturas e a outras atividades, pois apenas uma cultura não propicia, de fato, o desenvolvimento para uma região.

No final da hipótese ressaltamos a grande abundância de matéria-prima, necessitando salientar que esse produto tem um caráter sazonal e que a abundância do produto ocorre na safra que dura basicamente de julho a

dezembro. A sazonalidade se constitui num gargalo para o desenvolvimento, pois no período de janeiro a junho não há disponibilidade de matéria-prima e ocorre o aumento dos seus preços.

Isso deixa evidente que existe uma necessidade de intensificação do manejo nas áreas de várzea e por novos métodos do cultivo de açaí, para assim poder vencer essa discrepância entre a quantidade de produção na relação safra/entressafra. Uma vez que o manejo atual não consegue suprir nem as demandas do mercado interno no período da entressafra.

A utilização de sistemas de irrigação, que vem sendo utilizada nas áreas de terra firme, poderia muito bem ser utilizada nas áreas de várzea se aproveitando da água dos rios, furos e igarapés próximos. Preenchendo assim a falta de água que é crucial para a produção dos frutos, naturalmente se observa que a safra sempre se sucede a um período abundante de precipitação.

A utilização de sistemas de irrigação nas áreas de várzea podem diminuir a rigidez entre períodos de safra/entressafra podendo produzir mais meses durante ano ao invés de apenas seis meses como no modelo atual.

Uma vez que o açaí produzido nas áreas de várzea vem sendo caracterizado como orgânico, agroecológico e sustentável, pois, não utiliza agrotóxicos e adubos químicos. A adubação feita é orgânica, sendo utilizadas as folhas de árvores resultantes da poda de outras espécies e são utilizados, a palha e o caule do próprio açaizeiro que são cortados e organizados de forma a servir de cobertura e enriquecimento do solo.

Característica importante da produção do açaí é o forte caráter identitário dessa produção, pois o produtor o ribeirinho também é grande consumidor do produto. O açaí faz parte da dieta alimentar do produtor ribeirinho, sendo o consumido com farinha e com outros alimentos como peixe, carne, charque, camarão, além do tradicional mingau com açaí feito seja a base de farinha, arroz, curueira etc. Existe um dito popular muito conhecido nas comunidades ribeirinhas produtoras de açaí que come-se “qualquer coisa com açaí”. O açaí é o alimento principal o outro acompanhamento é secundário.

Isso nos permite afirmar que é um produto com identidade territorial e faz parte da cultura dessas comunidades, muito além do caráter produtivo, econômico e de subsistência. A unidade familiar sempre retira uma parte da produção para seu consumo. Alguns pesquisados ressaltaram que sempre consomem um produto de boa qualidade, retirado na hora e bem preto. Normalmente os produtores possuem açazeiros nas proximidades da casa para o consumo familiar.

Temos então uma produção familiar de base agroecológica, sustentável com um forte componente identitário e cultural. Caracterizamos como familiar, pois como demonstramos a gestão da produção e a mão de obra utilizada são familiares. Possui base agroecológica porque se utiliza de métodos orgânicos sem utilização de adubos e agrotóxicos. A adubação é completamente orgânica, aproveitando os produtos encontrados no ecossistema de várzea.

Pode-se afirmar que se trata de uma produção sustentável, em virtude de ser economicamente viável, socialmente justo e ecologicamente equilibrado. No entanto, é necessário aperfeiçoar essas dimensões, principalmente no que diz respeito ao aspecto econômico, a renda advinda do açaí ainda é baixa se levarmos em consideração a importância dessa produção para a comunidade e o valor monetário movimentado ao longo da cadeia produtiva.

Desta forma, por meio do aperfeiçoamento da produção e melhor organização dos produtores de açaí é possível promover o desenvolvimento territorial sustentável de base agroecológica com forte caráter identitário. A inclusão da questão territorial se dá pela necessidade de contemplar outras dimensões que tradicionalmente o desenvolvimento renegou, sendo necessário que o planejamento e as políticas públicas levem em conta as comunidades ribeirinhas produtoras de açaí.

Ainda é necessário lembrar que existem alguns gargalos que impedem o desenvolvimento dessa produção. Um dos principais é a carência de políticas públicas que visem diretamente o produtor de açaí, seja no que diz respeito ao financiamento (concessão de crédito), seja na questão da orientação técnica, o que requer parceria entre diversos órgãos e instituições. É preciso uma política específica para esse produto.

No que diz respeito à comercialização, as distancias dos municípios produtores e as agroindústrias de processamento ainda são grandes, isso prejudica a qualidade do produto processado. É necessário estimular a implantação de agroindústrias descentralizadas procurando atender as demandas de cada município e que as mesmas sejam geridas por organizações dos próprio produtores. A proximidade entre as áreas de produção e de processamento baratearia o transporte levando em consideração que 85% do açaí é caroço e apenas 15% é polpa. Hoje transporta-se muito caroço que depois de retirada a polpa ainda é pouco aproveitado. O caroço de açaí pode ter várias formas de aproveitamento como carvão para olaria, adubo orgânico, misturado a outros componentes produz-se ração para animais.

Nas comunidades ribeirinhas sua principal utilização é como adubo orgânico após sua decomposição é usado para adubar plantas e em especial nas hortas que são cultivadas próximas a casa, seja para alimento da família e mesmo nas hortas medicinais bastante comuns nessas comunidades para o tratamento de doenças de forma tradicional. Mas o caroço de açaí ainda vem sendo utilizado como matéria prima para estofados e na fabricação de papel.

Nas cidades ele se torna um problema para o poder público que na falta de projetos para destiná-lo é coletado e jogado nos lixões que posteriormente são queimados, prática que vem se tornando comum em várias cidades para o lixo em geral, causando sérios problemas de saúde pela fumaça emitida.

Ainda existem muitos problemas internos no processo de comercialização do açaí. Um deles é a persistência da figura do atravessador que poderia ser minimizada com um grau mais alto de organização dos produtores. O que acaba interferindo no preço em que o produto é vendido pelas comunidades. E a outra principal que apontamos desde o começo do trabalho é a falta de agregação de valor, sendo que os produtores vendem o açaí em caroço sem nenhum tipo de beneficiamento.

Se por um lado, conforme detectamos, os produtores apontam uma certa melhoria da qualidade de vida e apontam como indícios disso a compra de bens industrializados, por outro lado, ainda convivem com a falta de

serviços públicos básicos tais como de saúde, educação e segurança. Nenhuma das comunidades dos três municípios pesquisados possuem posto de saúde de atendimento básico, contanto apenas com um Agente Comunitário de Saúde (ACS) que prestam serviços de caráter preventivo e de orientação a comunidade. A educação, na maioria das comunidades, é limitada ao ensino fundamental I (1º ao 5º anos), sendo necessário que os estudantes se desloquem até os espaços urbanos mais próximos para dar prosseguimento aos estudos.

A segurança é um dos aspectos mais críticos. As comunidades ribeirinhas são completamente desprovidas de segurança e são vítimas constantes de assaltos, latrocínios e furtos. Não existe nenhuma medida preventiva ou corretiva para evitar isso. Municípios, cuja maioria da população vive no espaço rural não contam sequer com uma delegacia fluvial. Outra questão que se mostra importante no contexto da produção do açaí é a questão da regularização fundiária. Uma vez que a produção de açaí ocorre em áreas de várzea e esta pertence a marinha, sendo patrimônio da união, o que dificulta o reconhecimento do título dos posseiros. Alguns programas governamentais como o Projeto de Manejo dos Recursos Naturais da Várzea (Pró-Várzea), por exemplo, têm trabalhado no sentido de legalizar as posses, por meio do estabelecimento de contratos de concessão de uso coletivo do território com as associações de moradores. Além do INCRA também tem trabalhado no sentido de dar a posse coletiva a algumas comunidades o que lhes impede de vender as terras.

A regularização fundiária permitiria aos produtores mais segurança para investir a médio e longo prazo. Além de poder buscar com segurança o financiamento para a produção nas instituições financeiras. A própria Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP precisa de ter a terra regularizada.

Uma vez que esta produção precisa de recursos financeiros para a realização do manejo é necessário o acesso a linhas de crédito oficiais. Esse manejo intenso permite que caracterizemos cada vez mais como agricultura ou como um agro extrativismo, rompendo com o caráter tradicional do extrativismo. A dedicação dos produtores tornou-se intensa para gerar

excedentes para a exportação, isso exige investimentos, mão de obra e novas técnicas.

Importante salientar que são necessários certos cuidados nesse manejo e para isso exige assistência técnica, qualificação do produtor, os riscos da monocultura hoje é bastante grande, ocorrendo a homogeneização da paisagem as margens dos rios com a predominância dos açazeiros minimizando a ocorrência de outras espécies de menor valor comercial.

Nesse caso existe um risco duplo na tendência a monocultura, por um lado os riscos ambientais, e por outro os riscos sociais. Se o açaí se demonstrar apenas como um momento de *boom* no mercado externo e se começar a ser plantado fora da Amazônia, o surgimento de um concorrente, o “novo” açaí da terra firme baseado no agronegócio plantado em grandes áreas poderá abastecer o mercado facilmente, tanto interno quanto externo, as consequências para as comunidades podem ser drásticas.

A solução poderia ser a implantação de Sistemas Agroflorestais rompendo com a tendência a monocultura, implantando junto ao açaí espécies com demanda no mercado, como o cacau, o cupuaçu e o buruti por exemplo, algo já realizado em baixa escala por alguns produtores, que geraria renda extra inclusive no período da entressafra.

Neste contexto, também é importante salientar o fortalecimento das outras atividades que essas comunidades já realizam, conforme destacamos, em especial a pesca que se destaca como a segunda atividade em nível de importância, mas precisa ser valorizada, por meio, por exemplo, da implantação de projetos de piscicultura.

Defendemos aqui a tese com alguns ajustes da que foi outrora proposta na introdução do trabalho, com o amadurecimento da pesquisa e principalmente com a realização da pesquisa de campo:

A produção do açaí possui um grande potencial econômico, social, ambiental e cultural, no sentido de subsidiar o desenvolvimento territorial sustentável de base agroecológica, com vistas a agregação de valor, a montagem de cestas de serviços onde poderia ser recebido visitantes nas

comunidades e ser oferecidos vários produtos cultivados pela comunidade, não somente o açaí a partir do açaí, mas utilizando outras frutas como base, por exemplo o cacau e o cupuaçu, transformando em doces, bombom, geleias, sucos etc, aproveitando dos saberes que estão impregnados no território das comunidades ribeirinhas na Amazônia. Este produto possui uma forte identidade territorial, sendo que o produtor é, ao mesmo tempo, um consumidor assíduo, fazendo parte de sua dieta alimentar, tendo dessa forma um envolvimento em diversas dimensões de sua vida. Esta produção deve estar articulada com outras formas de produzir, pois apenas um produto não conseguirá alavancar o desenvolvimento e contemplar todas as suas dimensões, sob o risco de se transformar em monocultura. A região possui outras potencialidades que podem ser articuladas criando sistemas agroflorestais juntamente com o buriti, cacau e cupuaçu. Outra potencialidade que também não é aproveitada e pode vir a ser é a questão do turismo, uma região com muitas ilhas e praias interioranas pode ser aliada à produção do açaí, demonstrando os produtos que são gerados a partir dessa matéria-prima.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL FILHO, Jair do. **A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local**. Revista planejamento e políticas públicas-IPEA, n. 23, 2001.
- ANDRADE, Soraya Souza de. **Põe tapioca, põe farinha d'água? Gastronomia do açaí e identidade socioespacial e cultural da grande Belém**. Belém-PA: UFPA-NAEA, 20014. (tese de doutorado)
- ARAGÓN, Julia Hernández H. **La Localización de las Actividades de los Servicios Superiores en el Centro de la Ciudad: Un Análisis Estático del Patrón de Localización de los Bancos y Servicios Especializados en la Ciudad de Puebla**. Edição eletrônica, 2007. Biblioteca Virtual de Derecho, Economía y Ciencias Sociales. Disponível em: <http://www.eumed.net/libros-gratis/2007a/249/3.htm> acesso em: 04/05/2015
- ARROYO, Mónica. **Circuitos espaciais de produção industrial e fluxos internacionais de mercadorias na dinâmica territorial do estado de São Paulo**. Campinas: Boletim Campineiro de Geografia, v. 2, 2012.
- BARRIOS, Sônia *et al.* **A construção do Espaço**. São Paulo: Nobel, 1986.
- BAYLE, Emmanuel Eric Marie. **Estudo da cadeia produtiva do açaí e do cupuaçu** – relatório final, Belém, 2014.
- BENKO, Georges. **Economia, Espaço e Globalização na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BOMTEMPO, Denise Cristina; SPOSITO, Eliseu Saverio. **Circuitos espaciais da produção e novas dinâmicas do território**. Revista Mercator, Fortaleza, v. 11, nº 26, p. 27-46, set./dez. 2012

BRAGA, Tania Moreira. **Desenvolvimento local/endógeno e suas aplicações na formulação de políticas municipais: descentralização/participação ou fragmentação/estratégias de legitimação.** Porto Alegre: ANPUR, 1999. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=zqooDQAAQBAJ&pg=PA120&lpg=PA120&dq=Desenvolvimento+local/end%C3%B3geno+e+suas+aplica%C3%A7%C3%B5es+na+formula%C3%A7%C3%A3o+de+pol%C3%ADticas+municipais:+descentraliza%C3%A7%C3%A3o/participa%C3%A7%C3%A3o+ou+fragmenta%C3%A7%C3%A3o/estrat%C3%A9gias+de+legitima%C3%A7%C3%A3o?&source=bl&ots=tWWMrPB6aR&sig=OvhGXtRZ4Q2h4-rT_vmflfH6ids&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwiAi9Wwrb3WAhUDx5AKHfH4CskQ6AEIJzAA.

Acesso em: 12/03/2014

BRANDÃO, Carlos. **Território & desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global.** São Paulo: Editora da UNICAMP, 2007.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário – Secretaria de Desenvolvimento territorial. **Perfil Territorial Baixo Tocantins** – PA, 2015.

BRASIL, MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Pará ganha programa para ampliar produção de açaí. Brasil: Ciência e Tecnologia.** Disponível em: < <http://www.brasil.gov.br/ciencia-e-tecnologia/2016/01/para-ganha-programa-para-ampliar-producao-de-acai>> acesso em: 11/04/2016

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e combate à fome. **Dados estatísticos Programa Bolsa Família e cadastro único.** 2015.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento, progresso e crescimento econômico.** Lua Nova, São Paulo, 93: 33-60, 2014

CALZAVARA, Batista Benito Gabriel. **Recomendações Básicas: açaizeiro.** Embrapa-CPATU, Belém, 1987.

CARVALHO, Delza Maria de. **Política e exclusão social: um estudo sobre o município de Cametá.** Belém: Camutás, 1998.

CASTILLO, Ricardo; FREDERICO, Samuel. **Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. Uberlândia: Revista sociedade e natureza,** 2010.

CAVALCANTE, L. R. M. T. **Produção teórica em economia regional: uma proposta de sistematização**. Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, v. 2, n. 1, p. 9-32, 2008. Disponível em: <https://www.revistaaber.org.br/rberu/article/view/12> acessado em: 15/04/2015

CLAVAL, Paul. **Geografia Econômica e Economia**. Revista GeoTextos, vol.1, n.1, 2005. P.11-27

COHEN, Kelly de Oliveira. **Quantificação do teor de antocianinas totais da polpa de açaí de diferentes populações de açaizeiro**. Belém-PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2006.

CORRÊA, Rosivanderson Baia. **Do território recurso ao território abrigo: modo de vida e processo de valorização do açaí no município de Cametá-PA**. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belém, 2010.

CORRÊA, Rosivanderson Baia. **A produção do açaí na Amazônia Tocantina: perspectiva para o desenvolvimento regional**. Anais do XVIII encontro nacional de geógrafos brasileiros. São Luiz – MA, 2016. Disponível em: http://www.eng2016.agb.org.br/resources/anais/7/1468290776_ARQUIVO_AR_TIGOENG.pdf. Acesso: 25/10/2016.

CRUZ, Rossine. **Marcos teóricos para a reflexão sobre as desigualdade regionais: uma breve revisão da literatura**. Revista de desenvolvimento econômico, Salvador – BA, ano II, Nº 3, 200. Disponível em: <http://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/581> acessado: 30/03/2015.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **O mito moderno da natureza intocada**. 6 edição. São Paulo, Hucitec, 2008, [1996].

DOCKÈS, P. **L'Espace dans la pensée économique du XVIe au XVIIIe siècle**. Paris: Flammarion, 1969.

DOWBOR, L. **Requisitos para um projeto de desenvolvimento local**. revista DICAS, nº 53, 1995.

ESTEVA, G. Desenvolvimento. IN: Sachs, W. **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder; tradução: Vera Lúcia M. Joscellyne, Susana de Gyalokay e Jaime A. Clasen**. Petrópolis, Rio de Janeiro: vozes, 2000.

FAVARETO, Arilson. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo: Iglu: FAPESP, 2007. 220p.

FLORES, Murilo. **A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento – uma visão do estado da arte**, RIMISP, 2006.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GAVENTA, Jonh. **Em direção a uma governança local participativa: seis propostas para discussão**. Breton: IDS, 2001.

GUIMARÃES, Luís Alfredo. **O açaí já “parou” o carioca? Estudo qualitativo do consumo da polpa de açaí na cidade do Rio de Janeiro**. Belém: NAEA, 1998. 17p. (NAEA, Paper, 90).

GÓMEZ, Jorge Montenegro. **Desenvolvimento em (des)construção: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural**. 438 f. Tese (Doutorado em Geografia). Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2006.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. 2ª edição, São Paulo: Contexto, 2006.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. Abordagem Territorial e fomento ao desenvolvimento rural no Brasil e em Portugal. Anais do XXII Encontro Nacional de Geografia Agrária. Natal, 2014. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/nivaldo/Publica%E7%F5es-nivaldo/2014/ABORDAGEM%20TERRITORIAL%20-%20BRASIL%20e%20PORTUGAL.pdf>. Acesso em: 15/04/2015

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. Políticas Públicas, modernização e crise da agricultura brasileira. **Faz Ciência**, Francisco Beltrão, v. 1, n. 1, p. 38-49, 1997

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. Agricultura, desenvolvimento e sustentabilidade. In: MARAFON, G. J.; RUA, J.; RIBEIRO, M. A. (Org.). **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. p. 179-198.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. **Manutenção e reprodução da pobreza rural no Brasil e o desafio da sua superação por meio de políticas públicas.** Revista Campo-Território, edição especial XXI ENGA 2012.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo; SARON, Flávio de Arruda. **O PRONAF e as políticas de desenvolvimento rural no Brasil: o desafio da (re)construção das políticas de apoio a agricultura familiar.** Revista GeoUERJ - Ano 14, nº. 23,v. 2, 2012.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. Desafios da geração de renda em pequenas propriedades e a questão do desenvolvimento rural sustentável no Brasil. In: Alves, Adilson Francelino et al (orgs). **Desenvolvimento territorial e Agroecologia.** São Paulo: Expressão popular, 2008.

HIRSCHMAN, A. **The Strategy of Economic Development.** New Haven: Yale University Press, 1958.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama et al. **Sistema de produção do açaí.** 2. ed. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2006. (versão eletrônica) disponível em: https://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Acai/SistemaProducaoAcai_2ed/paginas/mercado.htm acesso em 22/12/2015

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama et al. **Custo Operacional de Açaizeiro Irrigado com Microaspersão no Município de Tomé-Açu.** EMBRAPA Amazônia Oriental. Comunicado técnico, 219. 1ª Edição. Belém, 2009. Disponível em: <http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/AcaiMicroaspersao_000gbxwc56b02wx5ok01dx9lctaricfj.pdf> Acesso em: 05/11/2014.

IBGE. Estimativas da população residente nos municípios brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2016, atualizada em 13/09/2016. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2016/estimativadou.shtm>. Acesso em: 18/10/2016.

IBGE. Extração Vegetal e Silvicultura – PEVS. Série histórica extrativismo açaí 1990-2014 Sidra – sistema IBGE de Recuperação automática. Disponível em: www.ibge.gov.br . Acesso em: 18/10/2016.

JARDIM, Mário Augusto Gonçalves; ANDERSON, Anthonny. **Manejo de populações nativas do açaizeiro (*Euterpe oleracea* Mart.) no estuário amazônico: resultados preliminares**. Boletim de Pesquisa Florestal. CNPF. Curitiba. V. 15, n.12, p.1-19. 1987.

JARDIM, Mário Augusto Gonçalves et al. **Açaí: possibilidades e limites para o desenvolvimento sustentável no estuário amazônico**. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 2004.

KRUGMAN, P. **Geography and Trade**. Leuven-London: Leuven University Press/MIT Press, 1991a.

Lançado em Belém programa para expansão da cadeia do açaí. Belém, Embrapa. Disponível em: < <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/9300926/lancado-em-belem-programa-para-expansao-da-cadeia-do-acai>> . Acesso em: 30/04/2016

MARSHALL, A. **Industry and Trade**. Londres: Macmillan, 1919.

MARX, Karl. **Introdução à crítica da economia política** [1859] disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1859/contcriteconpoli/introducao.htm> acessado: 10/03/2016.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Os circuitos espaciais da Produção e os círculos de cooperação no espaço**. Relatório de leituras apresentado como trabalho de avaliação no curso “A reorganização do espaço geográfico na fase histórica atual. São Paulo: FFLCH, 1984.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Bases da Formação Territorial do Brasil**. Vitória: Revista geografares, 2001.

MORAES, Roque. **Análise de conteúdo**. Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/386715/mod_folder/content/0/Roque-Moraes_Analise%20de%20conteudo-1999.pdf?forcedownload=1. Acesso em: 25/09/2013.

MOULAERT, F. **Social Innovation: Institutionally Embedded, Territorial (RE) Produced**. In: MACCALLUN, D.; HILLIER, J.; MOULAERT, F.; VICARARI, S. (Org.). Social innovation and territorial development. Lile–Leuven: IFRESI-CNRS, 2008 b. p. 13-31

MOULAERT, F.; NUSSBAUMER, J. **La logique sociale du développement territorial**. Québec: Presse De L'Université Du Québec, 2008. 153 p.

MOURÃO, Leila. **Do açaí ao palmito: usos de produtos e subprodutos do açaizeiro no estuário amazônico**. in: SEMINÁRIO AÇAÍ (*Euterpe oleracea*), 1996, Belém: NAEA/MPEG/Embrapa/SECTAM, 1996. P.33-34.

MOURÃO, Leila. **História e natureza: do açaí ao palmito**. Revista Territórios e Fronteiras V.3 N.2 – Jul/Dez 2010. Programa de Pós-Graduação – Mestrado em História do ICHS/UFMT, 2010.

MYRDAL, G. **Economic Theory and Under-developed Regions**. London: Duckworth, 1957

OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de. **O associativismo na região do Pontal do Paranapanema-SP: Limites e possibilidades para o desenvolvimento rural**. 2010. 209 f. Tese (doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista – Presidente Prudente.

OLIVEIRA, Maria do Socorro Padilha de; FARIAS NETO, José Tomé de. **Cultivar BRS-PARÁ: Açaizeiro para a produção de frutos em Terra Firme**. -PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2004

ORTEGA, Antônio César (org). **Território, Políticas Públicas e estratégias de desenvolvimento**. Campinas, SP: Alínea, 2007.

PARÁ – Governo do Estado. CADEIA DO AÇAÍ: **Programas e projetos desenvolvidos**. Belém - Secretaria de desenvolvimento agropecuário e da Pesca. Disponível em: www.pa.gov.br. Acesso em: 11/04/2016.

PECQUEUR, Bernard. **A guinada territorial da economia global**. disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2009v8n14p79>. Acesso: 3/05/2016.

PECQUEUR, Bernard. **O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do sul.** Revista Raízes, Campina Grande, Vol. 24, nºs 01 e 02, p. 10–22, jan./dez. 2005. disponível em: http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_53.pdf. Acesso em 3/05/2016.

PERROUX, F. **Note sur la Notion de Pôle de Croissance. Économie Appliquée**, p. 307-320, Paris, 1955.

PIO CÔRREA, M. **Dicionário das plantas úteis do Brasil e das exóticas cultivadas.** Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1984. v.2. 777p.

Pró-Açaí vai consolidar liderança do Pará na produção do fruto. Belém. Disponível em: < http://www.agrolink.com.br/noticias/pro-acai-vai-consolidar-lideranca-do-para-na-producao-do-fruto_346374.html> . Acesso em: 11/04/2016.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder.** Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Ana Clara Torres (org) et al. **Globalização e Território: Ajustes periféricos.** Rio de Janeiro: Arquimedes, 2005.

ROGEZ, Hervé. **Açaí: Preparo, Composição e Melhoramento da Conservação.** Belém: EDUFPA, 2000.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável.** Rio de Janeiro, Garamond, 2002. (Série Idéias Sustentáveis).

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento Incluyente, Sustentável, Sustentado.** Rio de Janeiro, Garamond, 2004.

SACHS, Ignacy. **Rumo à Ecosocioeconomia. Teoria e prática do desenvolvimento.** São Paulo: Cortez, 2007.

SANDOVAL, Marcelo Aydar. **Uma análise sobre a concentração e centralização urbana sob a ótica da economia evolucionista.** São Paulo: PUC, 2014. (dissertação de mestrado)

SANTOS, Milton. O retorno do território. IN: Santos, Milton et al: **Território: globalização e fragmentação**, São Paulo, Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado.** São Paulo: Hucitec, 1998.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 10 ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SANTOS, Milton. **Circuitos Espaciais da Produção: um comentário**. In: Barrios, Sônia *et al.* A construção do Espaço. São Paulo: Nobel, 1986.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005.

Santos, Marli Terezinha dos. **Aprendizados do projeto de manejo dos recursos naturais da várzea-ProVárzea**. Ministério do Meio Ambiente, Série estudos 4, Brasília, 2005. Disponível em <http://www.meioambiente.gov.br/estruturas/168/publicacao/168_publicacao30012009112639.pdf>. Acesso em: 25/11/2016

SANTOS, Vívian da Silva. **Açaí (Euterpe olerácea Mart.) como importante fonte de alguns elementos químicos essenciais potencialmente biodisponíveis e efeito neuroprotetor de seu extrato frente à neurotoxicidade do manganês em astrócitos**. Ribeirão Preto-SP: USP, 2014. (tese de doutorado)

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Mineração. **Pará, terra do açaí oportunidade de investimentos**, Belém-PA, Governo do Estado, 2010. Disponível em <<http://www.pa.gov.br>> acesso em: 30/11/2016

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVEIRA, Maria Laura; SANTOS, Milton. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SIMÕES, Rodrigo Ferreira; CRUZ LIMA, Ana Carolina. Teorias do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica no pós guerra: o caso do Brasil. Belo Horizonte, UFMG-CEDEPLAR, 2009.

SIMONIAN, L.T.L. **Açaí, ah! Belém do Pará tem!** – Belém: UFPA, NAEA, 2007

SOBRINHO, Sebastião Aluizio Solyno. **A certificação do açaí na região do Baixo - Tocantins: uma experiência de valorização da produção familiar agroextrativista na Amazônia.** Revista Agriculturas - v. 2 – nº.3 - outubro de 2005. Disponível em: <http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2014/10/Artigo-6-A-certifica%C3%A7%C3%A3o-do-a%C3%A7a%C3%AD-na-regi%C3%A3o-do-Baixo-Tocantins-uma-experi%C3%Aancia-de-valoriza%C3%A7%C3%A3o-da-produ%C3%A7%C3%A3o-familiar-agroextrativista-na-Amaz%C3%B4nia.pdf>. Acesso em: 10/04/2014.

SOUSA, Raimundo Valdomiro de. **Campesinato na Amazônia: da subordinação à luta pelo poder.** Belém: NAEA, 2002.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática Sócio-espacial nas metrópoles brasileiras.** 2ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento.** In: Castro, Iná Elias de Et. Alii. Geografia: Conceitos e Temas. 7ª edição, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

SPÓSITO, Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurelio (orgs). **Territórios e territorialidades: Teorias, processos e conflitos.** São Paulo: Expressão TEIXEIRA et al. **Processo de compostagem a partir de lixo orgânico urbano e caroço de açaí.** Belém-PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2002.

Terras cultiváveis de açaí são expandidas no Pará! Belém. Disponível em: < <http://www.adubarofuturo.com.br/tag/programa-pro-acai> > acesso em: 01/03/2016

VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de. **Economia: Micro e Macro.** 4ª edição. São Paulo: Atlas, 2009

APÊNDICES

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA-PRODUTOR

DADOS DO ENTREVISTADOR			
ENTREVISTADOR:		MUNICÍPIO:	
ESCOLARIDADE		DATA:	
DADOS PESSOAIS DO ENTREVISTADO			
ENTREVISTADO (A)			
COMUNIDADE:		IDADE:	SEXO: ()
HÁ QUANTOS ANOS O SENHOR (A) MORA NESTA LOCALIDADE?			
QUANTAS PESSOAS MORAM NESTE DOMICÍLIO?			
QUAL O SEU NÍVEL DE ESCOLARIDADE (EDUCAÇÃO FORMAL)?			
Ord.	DADOS ECONOMICOS EM RELAÇÃO AO AÇAÍ		
1.	Há quanto tempo o senhor (a) trabalha com o açaí?		
2.	Vocês usam somente mão de obra familiar ou contratam pessoas de fora da família? ☐ apenas familiar ☐ contratação de diaristas esporadicamente ☐ contratação de diaristas regularmente ☐ trabalhadores meeiros Em caso de diarista qual o valor da diárias?		
3.	O senhor (a) planta o açaí? Ou somente faz o manejo (preparo) do açaizal? Fale um pouco sobre esse processo. ☐ apenas extrativismo ☐ manejo ☐ manejo e extrativismo ☐ plantio e manejo		
4.	E o como se dá o processo de produção do açaí? (manualmente ou já existem outras formas) ☐ manual ☐ com auxílio de outros instrumentos (roçadeira, motosserra) ☐ mecanizada ☐ outras formas -descreva....		
5.	Fale um pouco dos instrumentos usados para a produção do açaí? ☐ faca ou terçado ☐ peconha ☐ colete protetor do peito ☐ EPI - capacetes e roupas protegidas		
6.	Fale um pouco sobre o tipo ou classificação do açaí que você colhe: ☐ preto e branco ☐ preto e tuíra ☐ preto somente ☐ preto e parau ☐ tinga		
7.	Qual o tamanho aproximado da área (terra) onde o senhor (a) e sua família trabalham? calcular em hectares:		
8.	Qual o preço médio por hectare da terra na sua comunidade?		
9.	Atualmente vocês já conseguem ter o título de propriedade da terra?		
10.	Qual a quantidade estimada de açaí (fruto) que o Sr. (a) produz		
11.	Qual a quantidade estimada de açaí (fruto) que a sua família consome : semanal/mensal/anualmente?		

12.	Como é que o Sr. (a) procede a comercialização? ☐ atravessadores ☐ cooperativas ☐ feira da cidade ☐ feira de vilas próximas ☐ atravessadores e feira da cidade ☐ cooperativa e feira da cidade ☐ cooperativas e atravessadores	
13.	O açaí recebe algum tipo de beneficiamento ou é vendido em caroço (<i>in natura</i>)? ☐ vendido in natura ☐ vendido em polpa	
14.	Em torno de quanto (R\$) é vendido a lata ou kg de açaí? (R\$ safra e entressafra) a) safra: _____ b) Entressafra: _____	
	O Sr(a) têm vínculo com alguma associação de produtores de açaí? ☐ sim ☐ não	
15.	O Sr(a) pratica a retirada de palmito?	☐ sim ☐ não
16.	(Só fazer pergunta 17 e 18 se a resposta anterior for sim) Qual a quantidade anual de palmito é retirada?	
17.	(Só fazer pergunta 18 se a resposta da 16 for sim) Qual o valor unitário de venda do palmito?	R\$
18.	O Sr (A) recebe algum tipo de incentivo governamental para a produção do açaí, tipo FNO, PRONAF etc.? ☐ Não ☐ Sim. PRONAF ☐ Sim. FNO	
19.	Qual o valor do financiamento por hectare? _____ Quantos hectares são financiados? _____	
20.	Nos últimos anos com essa expansão do açaí no mercado externo o senhor acredita que houve melhora no preço de venda de frutos de açaí? ☐ sim ☐ não	
21.	Isso trouxe implicações na melhoria da qualidade de vida? ☐ sim ☐ não	
22.	Se trouxe, cite exemplos (de melhora na qualidade de vida)? ☐ comprou casa na cidade ☐ celular ☐ barco motorizado ☐ casa própria ☐ motorserra ☐ valorização do açaí ☐ fogão a gás ☐ carro ☐ televisor ☐ melhor qualidade de vida	
23.	Que medidas poderiam ser tomadas para melhorar a qualidade de vida das pessoas que trabalham com o açaí no seu município de (seja OEIRAS DO PARÁ, CAMETÁ, IGARAPÉ-MIRI), sendo que o açaí é muito valorizado lá fora?	
24.	O Sr. (a) participa de algum projeto alternativo de melhora seja da produção, seja do beneficiamento do açaí? ☐ sim ☐ não	

Ord.	BENS DE USO E ELETRÔNICOS
37.	Possui a aparelho de TV? Quantos?
38.	Possui aparelho de DVD? Quantos?
39.	Possui antena parabólica? Quantos?
40.	Possui rádio? Quantos?
41.	Possui aparelho de celular? Quantos?
42.	Possui aparelho de som com cd? Quantos?
43.	Possui motor c/ gerador para iluminação?
44.	Possui barco motorizado (inclusive rabudo)?

Ord.	TRANSPORTE
45.	Qual o meio de transporte mais utilizado para circular internamente aqui na localidade? ☐ canoa a remo. ☐ rabudo ☐ rabeta ☐ lancha ☐ bicicleta
46.	Qual o meio de transporte que mais utilizado para chegar à cidade? ☐ lancha de linha ☐ rabeta ☐ rabudo ☐ lancha própria ☐ bicicleta
47.	Demora em média quanto tempo para chegar à cidade?
48.	Com que frequência vai cidade-sede do município? ☐ todos os dias ☐ uma vez por semana ☐ duas vezes por semana ☐ três vezes por semana ☐ uma vez por mês
49.	Deixe uma mensagem final para o nosso trabalho principalmente destacando o que se pode fazer para melhorar as condições de vida das comunidades ribeirinhas que trabalham com açaí e sobre algo que o senhor(a) gostaria de dizer que a nossa pesquisa não contemplou?